

2ª EDIÇÃO

OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO

SANTA CATARINA



8 JEITOS DE
MUDAR O MUNDO

OS GOVERNOS
SANTA CATARINA

MOVIMENTO NACIONAL RELACIONADA ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO

SANTA CATARINA



**8 JEITOS DE
MUDAR O MUNDO**

**NÓS PODEMOS
SANTA CATARINA**

MOVIMENTO NACIONAL PELA CIDADANIA E SOLIDARIEDADE

SUMÁRIO

| | |
|-----------|--|
| 6 | ...Apresentação |
| 14 | ...Introdução |
| 16 | ...Objetivo 1:Acabar com a fome e com a miséria |
| 22 | ...Objetivo 2:Educação básica de qualidade para todos |
| 30 | ...Objetivo 3:Igualdade entre sexos e valorização da mulher |
| 36 | ...Objetivo 4:Reduzir a Mortalidade infantil |
| 40 | ...Objetivo 5:Melhorar a saúde das gestantes |
| 44 | ...Objetivo 6:Combater a AIDS, a malária e outras doenças |
| 48 | ...Objetivo 7:Qualidade de vida e respeito pelo meio ambiente |
| 54 | ...Objetivo 8:Todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento |
| 58 | ...Santa Catarina em relação aos países da OCDE |
| 70 | ...Considerações e recomendações |
| 78 | ...Entidade signatárias do Movimento Nós Podemos SC |
| 80 | ...Expediente |

APRESENTAÇÃO

O Movimento Nós Podemos Santa Catarina (MNPSC) atua desde o início de 2009 com a finalidade de melhorar as condições de vida dos catarinenses por meio dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) das Nações Unidas (ONU). Os ODM também são conhecidos como os 8 Jeitos de Melhorar o Mundo: Acabar com a fome, Melhorar a educação, Promover a igualdade entre os sexos, Reduzir a mortalidade infantil, Melhorar a saúde materna, Combater a HIV/Aids, a malária e outras doenças, Garantir a sustentabilidade ambiental, Estabelecer uma parceria mundial para garantir as condições de desenvolvimento.

O estudo que ora apresentamos traz, com base nos dados disponíveis, uma radiografia geral da situação no Estado em relação aos 8 Objetivos do Milênio. As análises e conclusões deste estudo não representam necessariamente a posição das instituições que participam do Movimento Nós Podemos Santa Catarina. O documento proporciona uma fotografia abrangente, não de um único tema isoladamente, possibilitando uma atuação sistêmica dos atores sociais e políticos. Se melhorarmos a renda das famílias, por exemplo, estaremos aperfeiçoando também o acesso à educação e as condições de saúde da população. Os dados possibilitam direcionar energias, projetos e recursos para regiões e temas em que as condições são, ainda, menos favoráveis para o alcance das metas previstas nos ODM. Com base em dados, pretendemos estimular as ações do poder público, das empresas, da sociedade civil e dos trabalhadores para melhorar os indicadores até 2015, ano estabelecido pelas Nações Unidas para alcançar os Objetivos do Milênio.

Cabe ressaltar que o alcance das metas estabelecidas é o mínimo que pode ser feito e devemos evitar a postura acomodada de fazer apenas o mínimo necessário. O fato é que estamos no século XXI, resolvendo ainda problemas do século XX. Queremos e precisamos trabalhar muito para que um dia Santa Catarina, de verdade, se aproxime dos padrões de qualidade de vida dos países europeus. Um simples exemplo para ilustrar: a expectativa de vida de Santa Catarina atualmente é bem superior à média do Brasil, mas equivale à expectativa de vida do Canadá, França, Noruega, Suécia, Dinamarca em 1970, mais de quarenta anos atrás.

O Movimento Nós Podemos Santa Catarina começou “nadando contra a corrente” por diversos motivos. Primeiro, os Objetivos do Milênio eram, e ainda são, bastante desconhecidos da sociedade catarinense e, para nossa surpresa, também das autoridades públicas. Segundo, embora Santa Catarina tenha um padrão socioeconômico relativamente elevado quando comparado aos demais Estados brasileiros – motivo de orgulho para nós catarinenses –, esta visão é sempre exagerada, dando a impressão de que Santa Catarina é uma espécie de “Suíça brasileira”. Infelizmente, este não é o caso. Ainda estamos muito distantes do padrão de vida de alguns países europeus, que continua elevado em termos relativos, apesar da atual crise econômica que assola aquele continente. Em decorrência dessa visão, pode-se ter a sensação de que o Estado já está com seus problemas resolvidos, correndo-se o risco, portanto, de prescindirmos de investimentos em áreas essenciais. Observa-se até certa resistência em olhar com mais profundidade a situação de vida dos catarinenses e debater os problemas de maneira mais madura. Quem questiona essa realidade não é bem visto, como se desejasse menosprezar os indiscutíveis bons indicadores do Estado em vários aspectos.

O fato é que seremos ainda mais respeitados se discutirmos abertamente os problemas existentes e as suas soluções possíveis, ainda que estas dependam de grandes esforços e de elevados investimentos financeiros, além do engajamento de toda a sociedade. Aliás, uma das características do povo catarinense é sua força empreendedora e a sua capacidade de cooperação, princípios que norteiam os Objetivos do Milênio. Podemos alcançar a maioria das metas em poucos anos, com maior dificuldade, possivelmente, naquelas que dependem também de mudanças culturais, como, por exemplo, na questão da igualdade entre homens e mulheres, ou na questão racial.

É fundamental debater a realidade sem mistificações, pois, desta forma, construiremos diagnósticos precisos, que permitirão encontrar as melhores soluções coletivas. Por isso, na segunda parte do estudo apresentamos informações que comparam, em alguns aspectos, o Estado de Santa Catarina com países desenvolvidos, que compõem a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Em alguns casos esse cotejamento é motivo de satisfação, em outros é uma indicação de que há muito a ser feito. Mas nada é impossível se juntarmos esforços e traçarmos as metas a serem cumpridas.

A terceira razão das nossas dificuldades é que a média dos indicadores de qualidade de vida esconde algumas situações negativas na maioria dos municípios, principalmente nos bairros dos maiores centros urbanos do nosso Estado e na área rural de muitas cidades. A situação é semelhante quando comparamos o desenvolvimento regional do Estado. As diferenças são gritantes entre as micro e mesorregiões, o que exige de nossa parte a canalização de mais energia e recursos para aquelas com maiores dificuldades. Este panorama da situação de Santa Catarina em relação aos ODM deve ser entendido como uma indicação das áreas e regiões com necessidades mais prementes, de forma a estabelecer assim prioridades para os investimentos públicos e privados, que em princípio são sempre escassos. De antemão fica evidente o papel decisivo que as prefeituras e as instituições de âmbito regional têm e terão para que o Estado consiga atingir as metas até 2015.

O MNPSC vem crescendo e ficando cada vez mais robusto. Hoje, reunimos mais de cinquenta organizações de governos (federal, estadual e municipal), empresas, organizações da sociedade civil e representação dos trabalhadores. Estamos presentes em algumas das principais cidades polos do Estado. Superamos muitos obstáculos e estamos muito otimistas em relação à crescente adesão por parte de diversas organizações catarinenses, condição essencial para ir além da obrigação de fazer o mínimo. Sim, NÓS PODEMOS alcançar as Metas em Santa Catarina. Esta é a principal missão do Movimento Nós Podemos Santa Catarina: contribuir para mobilizar a sociedade em prol do desenvolvimento inclusivo e sustentável.

No longo prazo, estamos semeando bases sólidas para um verdadeiro desenvolvimento sustentável, o qual exige que as condições sociais, econômicas e ambientais caminhem juntas. Em pleno século XXI, é impossível separar o desenvolvimento econômico da responsabilidade social e ambiental. Sem dúvida, Santa Catarina reúne as melhores condições para ser uma referência nacional de novo padrão de produção e consumo sustentável. Este estudo tem o propósito de abrir a mente e os corações das autoridades públicas e, principalmente das empresas, para o fato de que a melhoria das condições básicas de vida dos catarinenses é essencial para o desenvolvimento. A História revela que os países e sociedades menos desiguais e com alto padrão de saúde e educação são aqueles que obtêm um processo de desenvolvimento socioeconômico mais equilibrado e sustentável, social e ambientalmente.

Este estudo contou com o patrocínio e cooperação da Eletrosul e o valioso apoio da Federação das Indústrias do Estado da Paraná (FIEPR) que, por meio do ORBIS (Indicadores de Sustentabilidade), forneceu preciosas informações e dados. A impressão deste estudo foi viabilizada pelo Governo de Santa Catarina, pelas empresas Baesa Energética Barra Grande S/A e Enercan Campos Novos Energia. Agradecimento especial aos pesquisadores envolvidos pela competência e qualidade do estudo realizado.

Boa leitura. Esperamos a sua participação no Movimento Nós Podemos Santa Catarina!

ODILON LUÍS FACCI

Coordenador Estadual

Novembro de 2011

Santa Catarina pode, sim!

O Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade, criado em 2004, vem trabalhando para que empresas, organizações sociais e governos – juntos – realizem ações que contribuam para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), melhorando, assim, a qualidade de vida das pessoas.

Para tal, sugere metodologia que contempla, fundamentalmente, a estruturação de núcleos “Nós Podemos”, animados pelo diálogo, informações, parcerias e projetos.

O Nós Podemos Santa Catarina (NPSC) é um dos destaques no Brasil, por seu trabalho sério e planejado, tendo como base informações estruturadas e analisadas sobre a situação dos Indicadores do Milênio no Estado, como bem demonstra esta publicação. Ela ajudará a orientar as ações de todos que desejarem participar desse movimento que pretende contribuir para tornar Santa Catarina um lugar ainda melhor de se viver e uma referência no alcance dos ODM.

Trata-se de precioso exemplo de como, trabalhando juntos, nós podemos acelerar processos, racionalizar custos e contribuir para que avanços em direção ao desenvolvimento sustentável sejam conquistados.

Santa Catarina pode, sim!

RODRIGO DA ROCHA LOURES

Secretário Executivo do Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade

Uma vida melhor... mais justa... mais digna.

É com grande prazer que apresento o Diagnóstico dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio de Santa Catarina, elaborado pelo Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade - Nós Podemos. Santa Catarina é um estado que se destaca na luta pelo alcance dos 8 Objetivos do Milênio: seis metas já foram cumpridas no estado, com grande envolvimento da sociedade civil e da iniciativa privada. Trata-se de um esforço coletivo em prol da inclusão social e da oferta de uma vida mais digna a todos, em especial os mais pobres.

Entre as conquistas mais relevantes, podemos citar a queda de 40% na taxa de mortalidade infantil entre 1995 e 2009 bem como a redução de 35% na mortalidade materna entre 2000 e 2009. Estes dois objetivos são considerados fundamentais no alcance dos 8 ODM, pois têm impactos diretos e indiretos sobre o alcance dos demais. É importante também destacar o desempenho do estado na redução da pobreza e na universalização do ensino, reduzindo também em paralelo as diferenças entre homens e mulheres.

Porém, sabemos que as estimativas médias muitas vezes ainda escondem problemas sérios, localizados em bolsões isolados de pobreza e fome. Neste sentido, Santa Catarina também enfrenta obstáculos parecidos com os do Brasil: é um estado heterogêneo e grande, dividido em regiões urbanas e rurais, onde a pobreza pode se concentrar em determinadas áreas geográficas. Este diagnóstico é importante porque serve de ferramenta útil para orientar os gestores na localização de populações que ainda não possuem acesso a serviços públicos essenciais.

Uma outra utilidade bastante relevante deste levantamento está na municipalização dos ODMs, estratégia de desenvolvimento em curso por todo o Brasil e que conta com o apoio e o incentivo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Quando os municípios têm consciência e conseguem acompanhar seu desempenho em relação ao alcance dos ODM, há um estímulo maior à mobilização social e ao melhor planejamento das políticas públicas utilizando os instrumentos disponíveis.

Assim, esperamos que este diagnóstico seja mais uma ferramenta capaz de ajudar o estado de Santa Catarina na caminhada rumo ao alcance pleno dos ODM, oferecendo ao seu povo uma vida melhor, mais justa e mais digna..

JORGE CHEDIEK

Representante Residente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

O Brasil e os Objetivos de

O Brasil avançou política, econômica e socialmente sem comprometer sequer uma das liberdades democráticas. Cumprimos quase todos os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, antes de 2015. Saíram da pobreza e ascenderam para a classe média no meu país quase 40 milhões de brasileiras e brasileiros. Tenho plena convicção de que cumpriremos nossa meta de, até o final do meu governo, erradicar a pobreza extrema no Brasil”. Estas palavras foram pronunciadas pela presidenta Dilma Roussef na abertura da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), no último mês de setembro. E não há dúvida de que as transformações ocorridas nos últimos anos impactaram positivamente na qualidade de vida dos brasileiros e das brasileiras.

Um bom termômetro dessa melhoria são as ações do governo brasileiro para cumprir os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Já em 2003, o governo criou um grupo interministerial para acompanhar o andamento das metas do milênio no país. Por meio do lançamento de quatro relatórios nacionais de acompanhamento, foi possível verificar que o Brasil tem grandes chances de cumprir as metas estabelecidas até 2015.

O governo brasileiro não está sozinho nessa tarefa. A participação da sociedade civil, consolidada por meio do Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade desde 2004, faz do Brasil um exemplo para o mundo em relação à participação social nos ODM.

A participação social se dá também por meio do Prêmio ODM Brasil, que está em sua quarta edição. O Prêmio foi instituído em 2005 pelo governo brasileiro, em conjunto com o Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade e com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), para disseminar e reconhecer iniciativas que contribuem notavelmente para o país atingir as metas.

O Brasil tem obtido várias conquistas. Em relação ao primeiro objetivo, o governo estabeleceu metas mais ousadas, de erradicar a fome e de reduzir a pobreza extrema a um quarto da população até 2015, a um quarto da proporção existente em 1990. A meta foi alcançada em 2007 e superada em 2008.

Nos últimos anos, o Brasil tirou 28 milhões de brasileiros da pobreza, mas ainda há 16,2 milhões de brasileiros que vivem na extrema pobreza. Para esses brasileiros e brasileiras o Governo Federal lançou o Plano Brasil sem Miséria, que aperfeiçoa e amplia a experiência do país na área social.

A pobreza diminuiu 51,9% entre 2002 e 2009, (Pesquisa do IBGE, 03/05/2011); a renda per capita média brasileira subiu 23,7% em termos reais entre 2001 e 2009 (IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Desenvolvimento do Milênio

- PNAD) e a renda dos mais pobres no Brasil subiu 69,08% entre 2001 e 2009. Entre os mais ricos, a taxa de crescimento atingiu 12,8%. (PNAD). Esses indicadores permitem afirmar que houve uma queda histórica e persistente de desigualdade no país, o que fez com que 36 milhões de brasileiros passassem a integrar a classe média.

O salário mínimo aumentou e a renda de aposentados e pensionistas também. As políticas sociais do governo e as de geração de empregos contribuíram para a ampliação do mercado interno. O acesso universal à educação primária também avançou; a taxa de matrícula das crianças em idade escolar está em cerca de 95% e o analfabetismo entre jovens de 15 a 24 anos foi reduzido.

A taxa de mortalidade das crianças abaixo de cinco anos apresentou queda de 58% entre 1990 e 2008 e, caso a tendência persista, o Brasil atingirá sua meta antes do prazo. As metas relacionadas ao HIV/AIDS, à malária e à tuberculose estão sendo cumpridas, com programas de tratamento e assistência que alcançam, atualmente, cerca de 220 mil pessoas – das quais 190 mil recebem antirretrovirais.

Para 2015, projeções indicam que o Brasil deverá reduzir a mortalidade materna pela metade. Esse desafio vem sendo enfrentado por diversas políticas públicas, dentre as quais se destacam a Rede Cegonha, a atenção pré-natal e a assistência ao parto, disponibilizadas pelo Sistema Único de Saúde, o SUS.

O Brasil alcançou a meta de reduzir pela metade a proporção da população sem acesso à água potável em áreas urbanas, com o percentual da população servida por água de rede geral com canalização interna girando em torno de 92%, em 2008. Além disso, mais de 80% da população urbana contam com esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica. A proporção de pessoas residentes em domicílios urbanos com condições de moradia adequadas passou de 51% em 1992 para 66% em 2008.

Os indicadores sociais mostram que o Brasil vai muito bem na média em relação ao cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e não há dúvidas de que os esforços do governo brasileiro e da sociedade civil vão gerar os resultados que todos nós buscamos.

WAGNER CAETANO ALVES DE OLIVEIRA

Secretaria Nacional de Estudos e Pesquisas Político-Institucional - SEPII
Secretaria-Geral da Presidência da República

Santa Catarina e os

O conhecimento se multiplica e sua aplicação tecnológica dobra em tempo inimaginável. A evolução acontece em todos os segmentos. Nos meios de comunicação também... Tudo está mais transparente, desde a escolha do papa, até o submundo do crime. Tudo vai ficando claro aos olhos da sociedade. O mundo passou a se ver mais e melhor. Ao tempo que, vemos tudo o que de bom existe e acontece, também ficam escancaradas as diferenças sociais. Como governo e sociedade não podem ficar passíveis às diferenças insuportáveis.

O Estado de Santa Catarina tem 102 mil pessoas na extrema pobreza; tem 450 mil pessoas no programa bolsa família; mais de 1 milhão e duzentos mil pessoas passam o mês com menos de meio salário mínimo. Este é o universo prioritário, alvo principal das ações da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação e Segurança Alimentar (SST).

Por determinação do Governador Raimundo Colombo e em seu nome, vamos materializar o seu discurso, sua alma, seu coração, de governar para todos, pelo menos esses 20% dos 6 milhões e duzentos e cinquenta mil pessoas a quem se devem dar oportunidades.

As ações da Secretaria estão alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU, em pelo menos em cinco grandes ações:

1 – Programa Bom Pastor, voltado à transferência de renda às famílias pobres (deveremos atingir 170 mil famílias), para os idosos sem aposentadoria e as pessoas portadoras de deficiências. Avaliamos que deve existir mais de 40 mil idosos e pessoas com deficiência, além dos 56 mil já atendidos.

2- Programa de Inclusão Produtiva seja pelo Pró-Jovem Urbano voltado aos jovens de 19 a 29 anos que não concluíram o ensino médio; seja pelo Pró-Jovem Trabalhador e o Pronatec, que garante cursos de 160 a 300 horas de qualificação técnica para pessoas destes grupos ou pelos programas de economia solidária. Estamos atingindo mais de 30 mil pessoas com este programa.

3 – Programa Habitacional em parceria com o governo federal e os municípios. Estamos construindo mais de 75 mil casas, dessas 25 mil para famílias com renda mensal menor de R\$ 1600,00. O programa conta ainda

Objetivos do Milênio

com o apoio aos municípios nas iniciativas de regularização fundiária.

4 – Programa de Segurança Alimentar, aproveitando as iniciativas da Conab, em parceria com os CRAS. Estamos envolvendo este público referido acima na produção, comercialização, distribuição e consumo. O Governo já fez a Lei, a camara intersetorial e a adesão ao Plano Nacional de Segurança Alimentar.

5 – Programas diretamente voltados a criança e o adolescente. O FIA (Fundo da Infância e da Adolescência) é um grande instrumento onde a sociedade pode participar com o trabalho do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA/SC). Contamos com o apoio especial do Ministério Público, Tribunal de Contas e Entidades Governamentais e Sociais de controle e Fiscalização. Cada cidadão que paga imposto de renda, 94% paga ao leão, mas pode destinar 6% ao “Rei Leão” (amigo das crianças e adolescentes), como também as empresas podem destinar 1% do lucro real para as crianças e adolescentes.

Enfim, o conjunto destas ações e a realidade atual de Santa Catarina são oportunidades de gerar meios e instrumentos de transformações sócio-econômicas. Cabe a nós, conhecendo tudo isso e também o comportamento humano, agir em parceria, apoiando às iniciativas dos Objetivos do Milênio e agindo pró ativamente.

A sociedade não suporta mais este desenvolvimento desigual; não podemos demorar um milênio. Temos conhecimento e tecnologia. Produzir é fácil, difícil é repartir. Me conforta ver a vontade política desse governo e a disposição da sociedade mobilizada em resolver esta cruel realidade. Por isto estamos juntos e vamos trabalhar fortemente para que Santa Catarina alcance os Objetivos do Milênio e, sem sombra de dúvidas, precisamos ir além em favor da melhoria da qualidade de vida da população catarinense.

SERAFIM VENZON

Secretário de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação

INTRODUÇÃO

Os 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), detalhados em metas e indicadores, constituem o compromisso dos 191 países presentes à Assembléia Geral da ONU de 2000, incluindo o Brasil, de trabalharem para um mundo pacífico, justo e sustentável. Esta publicação apresenta uma breve análise sobre a situação dos Indicadores de Desenvolvimento do Milênio no Estado de Santa Catarina, visando iniciar um diagnóstico geral que possa apoiar processos locais de implementação e promoção dos ODM.

Este estudo é uma síntese de grande esforço de coleta, processamento e análise dos dados relativos aos ODM de Santa Catarina. Utilizamos também a base de dados do Portal ODM (www.portalodm.com.br), que por sua vez organiza a base a partir de várias fontes.¹ A maior parte dos dados analisados é recente; algumas informações ainda estão sendo processadas, em função do cronograma do IBGE de divulgação dos resultados do Censo Demográfico 2010.

Com a divulgação dos primeiros resultados do Censo Demográfico do IBGE, as expectativas dos pesquisadores e analistas se voltam para a variação dos grandes eixos que caracterizam as desigualdades no Brasil (regionais, urbano/rural, gênero, cor e raça), visto que os fatores que expressam estas desigualdades são essencialmente renda, escolaridade e saúde.

De acordo com o Censo IBGE/2010, Santa Catarina apresentou um crescimento populacional de 11,67% na última década – 11,72% na população masculina e de 11,61% na feminina. Na área urbana o crescimento população foi de 24,4% e houve um decréscimo de 22,11% na área rural. Em termos mesorregionais, pode-se observar uma grande disparidade na variação demográfica entre 2000 e 2010, com destaque para a região Serrana, com um aumento de apenas 1,71%, e a Mesorregião do Vale do Itajaí, com 27,33%. Esta grande variação mesorregional e, conseqüentemente, entre as microrregiões e os municípios que as compõem, exerce uma enorme pressão sobre os serviços públicos essenciais como saúde, educação, saneamento e habitação.

O estudo revela que, quando se consegue atingir as metas de determinado ODM, se estará, simultaneamente, influenciando outros ODM. A mortalidade infantil, por exemplo, está diretamente associada à incidência de doenças infectocontagiosas, bem como à oferta precária de serviços públicos básicos como água e saneamento. Sobre os serviços públicos essenciais, aliás, merece destaque a questão do saneamento básico em Santa Catarina. No Brasil, mais de 50% da população não tem acesso à rede de esgoto tratado, o que representa quase 100 milhões de brasileiros sem este serviço básico. Os indicadores do Brasil, nessa área, estão muito distantes dos verificados nos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) que atingiram a chamada universalização nos serviços de saneamento básico. Mas a situação é mais grave na área de saneamento em Santa Catarina, pois o Estado está entre os piores no ranking de cobertura de saneamento básico no país, com menos de 10% das cidades com tratamento de esgoto. A universalização da rede de água e esgoto é uma política que

exige investimentos de longo prazo, os quais, em regra, devem ser realizados pelo setor público, visto que o setor privado não tem interesse em assumi-los. A redução da mortalidade materna atingiu apenas 70% da meta, o pior resultado no conjunto. Este indicador está muito relacionado com o péssimo desempenho da Meta 5, porque mortalidade infantil e mortalidade materna se correlacionam através de causas muito semelhantes, especialmente a pobreza e suas mazelas.

Além do desempenho dos indicadores do ODM no período, é fundamental considerar a análise ao nível das mesorregiões, onde as diferenças são acentuadas em Santa Catarina. Na maior parte dos parâmetros considerados, as regiões Serrana e Norte catarinense apresentam indicadores, no que se refere aos ODM, abaixo da média observada para o conjunto do Estado. Estas regiões, que juntas formam um corredor central do Estado, têm algumas características comuns, mas também diferenças importantes. Apesar de nelas existirem vários municípios de grande extensão territorial, baixa densidade demográfica e tradição econômica pautada principalmente na agropecuária, também possuem indústria desenvolvida (especialmente no Norte).² A faixa litorânea, que engloba a parte leste do Norte catarinense, o Vale do Itajaí, Grande Florianópolis e Sul catarinense, expressa, no conjunto, bom desempenho e uma maior homogeneidade dos indicadores. Esta faixa se caracteriza economicamente como a área mais industrializada do Estado e onde ocorre a maior oferta de serviços públicos. Já as regiões do Oeste catarinense e Serrana apresentam acentuado grau de diversidade na maioria dos indicadores, seja pela menor incidência da indústria de transformação, seja pelo fato de existir um elevado número de pequenos municípios, relativamente novos considerando a média estadual, o que implica, muitas vezes, uma menor capacidade de gestão de políticas públicas.

Ficarmos atentos aos desequilíbrios regionais afirma-se como uma condição fundamental para que a oferta de serviços públicos possa ser ampliada, consolidada e qualificada. Nesse sentido, a avaliação de políticas públicas regionais e o permanente monitoramento do desempenho dos seus indicadores devem ser o primeiro argumento dos gestores públicos e políticos na formulação de projetos, programas e políticas públicas. Nossa expectativa para o próximo ano é poder sistematizar e aprofundar a análise das políticas públicas estaduais e seus impactos nos ODM, aperfeiçoando o presente estudo.

¹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

² Metal-mecânica, Fiação e Tecelagem, Vestuário, Móveis. São Bento do Sul é o maior exportador de móveis do Brasil e Joinville é chamada de Manchester Catarinense pelo número e diversidade de suas indústrias.





ACABAR COM A FOME E A MISÉRIA

METAS

1. Reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população abaixo da linha da pobreza.

2. Reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população que sofre de fome.

INDICADORES

.Intensidade da pobreza;

.Intensidade da indigência;

.Participação dos 20% mais pobres da população na renda total do município;

.Participação dos 20% mais ricos da população na renda total do município;

.Proporção de domicílios com renda mensal domiciliar per capita abaixo da linha da pobreza;

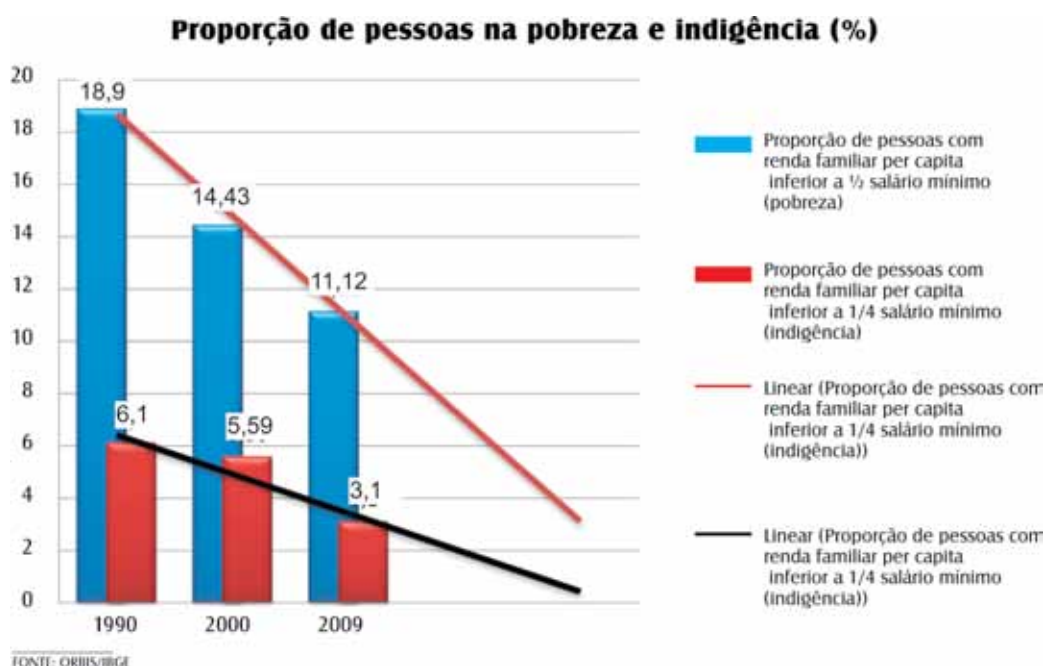
.Proporção da população com renda familiar mensal per capita inferior a 1/2 salário mínimo (Linha da Pobreza);

.Proporção da população com renda familiar mensal per capita inferior a 1/4 salário mínimo (Linha da Indigência);

.Proporção de crianças menores de dois anos abaixo do peso nas áreas cobertas pelo Programa de Saúde da Família.

O objetivo 1 dos ODM tem como metas reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população com renda abaixo da linha da pobreza e reduzir pela metade a proporção da população que sofre de fome. Segundo o IBGE/ORBIS em 1990, o Estado possuía 18,9% de sua população vivendo em situação de pobreza extrema (rendimento médio domiciliar per capita de até meio salário mínimo mensal), percentual que, em 2009, havia caído para 11% (Gráfico I). Já o número de indigentes em 1991, isto é, a proporção de pessoas com renda familiar per capita mensal inferior a 1/4 de salário mínimo, alcançava 6,1% da população, percentual que recuou para 3% em 2009, uma expressiva queda, cerca de 50% no indicador. Este desempenho superou a meta do ODM, que propõe reduzir pela metade a população em condições de indigência.

Gráfico I



Este é um avanço muito considerável. Especialmente se levarmos em conta que, no período mencionado, o salário mínimo apresentou aumentos reais significativos. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), o salário mínimo de agosto de 1991 equivalia a R\$ 424,04 em valores de hoje, o que corresponde a 77% do salário mínimo atual. Isto significa que, se o salário mínimo não tivesse tido aumentos reais no período analisado, a queda do percentual da população que vive com renda inferior a 1/2 salário mínimo teria ficado ainda mais evidenciada, o que revela o indiscutível avanço no objetivo de reduzir a pobreza no Estado.

Esse desempenho dos indicadores de pobreza, dentre outros fatores, está relacionado com a evolução da conjuntura socioeconômica nacional. Após um início de década difícil para o crescimento, a partir de 2004 a economia brasileira voltou a crescer, alcançando 5,7% e puxando também o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que aumentou 4,3%, um ganho bastante importante, considerando o cenário da década de 1990 e os primeiros anos da década de 2000. Com o crescimento da economia o emprego começou a expandir, correlação bastante evidente. É possível dividir a década de 2000, do ponto de vista da relação entre crescimento e emprego, em dois momentos: entre 2001 e 2003, em que o crescimento médio do PIB foi de 1,7%, e o crescimento total do emprego formal foi de 12,6%, um crescimento médio anual de 4,2%; e entre 2004 e 2010, período em que o crescimento médio do PIB atingiu 4,4%, o emprego formal expandiu 47,9%, um crescimento médio anual de 6,8%. Quando enfatizamos a importância do emprego

formal, estamos nos referindo a um dos principais instrumentos de combate as desigualdades sociais ainda existentes no Brasil e em Santa Catarina: emprego formal garante renda regular, direito à aposentadoria, 13º salário, férias e outros direitos.

Na análise de 2010, ano de melhor crescimento do PIB na década, os indicadores do mercado de trabalho revelam claramente os efeitos do crescimento econômico. A taxa de desemprego total da Pesquisa de Emprego e Desemprego do DIEESE nas Regiões Metropolitanas recuou para 10,1% da população economicamente ativa, menor percentual de toda a década. O rendimento médio real dos ocupados, que havia caído fortemente na década de 1990 e nos primeiros anos da década de 2000, terminou 2010 com recuperação em relação aos níveis da década anterior. O ano de 2010 concluiu, assim, com sucesso o decênio que alguns especialistas chamaram de a “década da formalização”. Santa Catarina, Estado pujante e que possui o maior grau de formalização do emprego entre todas as unidades da Federação, de forma natural, se beneficiou do crescimento do emprego de carteira assinada. Neste sentido, pode-se afirmar que, direta ou indiretamente, o crescimento do emprego teve um papel fundamental na diminuição da pobreza e das desigualdades em Santa Catarina.

A expansão dos programas de transferência de renda, como o Bolsa-Família, também exerceu um papel importante, especialmente no combate à fome e à indigência. As pessoas que estão ao nível da indigência têm maiores dificuldades até para se beneficiar de uma onda de expansão do emprego formal, dentre outras razões, porque muito comumente são exatamente estes os menos qualificados, portanto com maior dificuldade de inserção no mercado, especialmente o formal. Ao nível municipal, segundo o IBGE, 54% dos municípios catarinenses têm programas ou ações de geração de trabalho e renda e 33% para a população de baixa renda; 34,3% têm políticas ou ações de combate ao trabalho forçado e 11,6% têm política, programas ou ações para a população que vive na rua.

No caso de Santa Catarina, que tem na agricultura familiar um fator importante para o seu desenvolvimento e inclusão social, os investimentos públicos destinados ao Programa Nacional de Valorização da Agricultura Familiar (Pronaf) contribuíram para elevar a renda dos agricultores e diminuir a pobreza no meio rural. Só na Safra 2009/2010 foi investido R\$ 1,5 bilhão com aproximadamente 140.000 contratos, beneficiando aproximadamente 70.000 famílias. Outro exemplo importante é o investimento realizado para indenizar agricultores familiares que sofrem por sinistros climáticos cada vez mais frequentes no Estado (enchentes, seca, granizo, vendavais etc.). O Seguro da Agricultura Familiar (SEAF) pagou, em Santa Catarina, de 2004 a 2010, mais de R\$ 246 milhões em indenizações para mais de 70.000 contratos de agricultores familiares, contribuindo para evitar o aumento do êxodo rural.

Pelo ritmo de redução da pobreza extrema e absoluta em Santa Catarina nas últimas duas décadas, pode-se considerar bastante factível a possibilidade de erradicação da pobreza nos próximos anos no Estado, inclusive a pobreza absoluta. A este propósito, segundo estudo recente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a projeção do comportamento de queda na taxa de pobreza extrema nos últimos anos permite prever que Santa Catarina e Paraná sejam os primeiros Estados da federação a transpor a condição de miséria, talvez já em 2012.

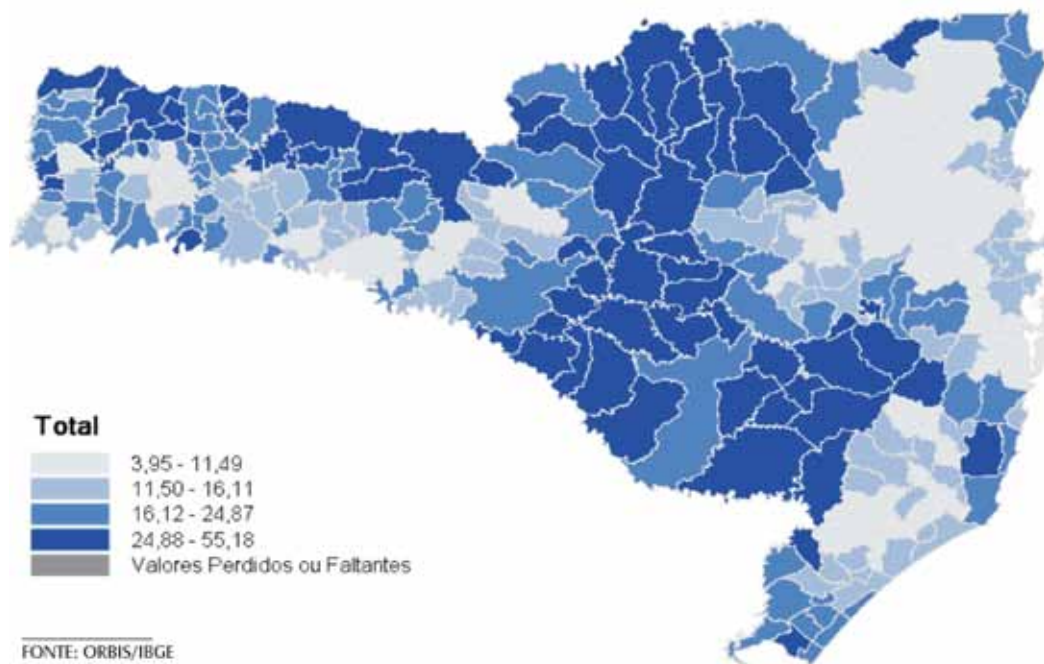
A melhoria dos indicadores estaduais de pobreza, no entanto, não impede que o processo seja assimétrico, entre as mesorregiões do Estado e grupos sociais, como revela o Mapa I. Apesar da razoável situação do Estado, relativamente aos demais Estados da Federação, internamente em Santa Catarina o processo ocorre de forma bastante desigual. Os menores índices de domicílios com renda mensal abaixo da linha de pobreza encontram-se nas mesorregiões do Vale do Itajaí, Grande Florianópolis e Sul, onde existe grande



diversidade industrial (metalurgia, materiais elétricos, autopeças, máquinas e equipamentos, indústria naval, têxtil e vestuário, tecnologia e informática, cerâmica e produtos plásticos) e serviços mais sofisticados, inclusive o serviço público, em função da Capital do Estado, que concentra maior número de funcionários públicos. Claramente, as maiores concentrações de pobreza encontram-se nas mesorregiões Oeste, Serrana e na parte Nordeste do Estado, que têm menor diversidade industrial e onde se localizam predominantemente as indústrias de mobiliário, papel e celulose, alimentícia e madeira.

MAPA I

Proporção de domicílios com renda mensal domiciliar per capita abaixo da linha da pobreza (%) - 2010

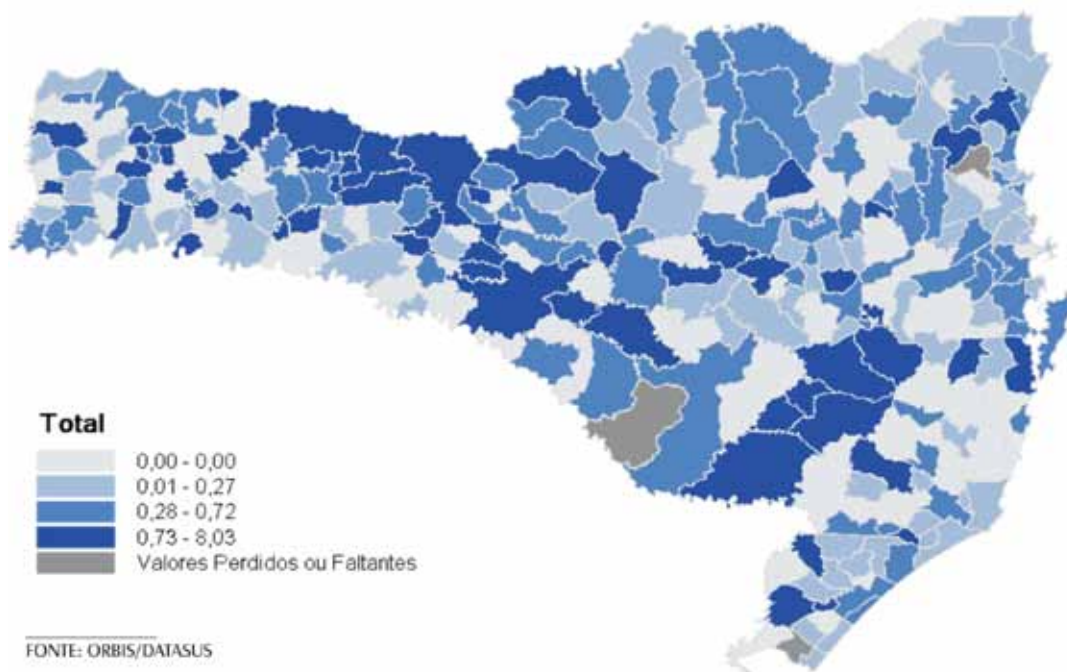


Aparentemente, portanto, há uma relação direta entre nível de industrialização e incidência de pobreza: nas regiões de maior dinamismo industrial os percentuais de pobreza são inferiores àqueles observados em regiões em que a economia depende da produção agrícola ou da indústria que possui menor valor agregado. Por isso, preocupa o risco de desindustrialização e a queda da participação dos produtos manufaturados na composição do PIB ao longo dos últimos anos. Um processo de desindustrialização seria dramático porque a indústria de ponta é estratégica para o desenvolvimento dos países, por agregar valor ao processo produtivo, além de gerar empregos diretos de qualidade e aumentar a produtividade da economia, com disseminação para os demais setores.

Outro desafio no âmbito do ODM I é reduzir pela metade a proporção da população que sofre de fome e o indicador mais sensível é de crianças menores de 2 anos abaixo do peso. Em Santa Catarina, este índice passou de 9,38% em 1999 para 0,4% em 2010. Mesmo diante de um desempenho tão significativo ao nível estadual, em algumas regiões de menor desenvolvimento este percentual pode alcançar 8%, como se pode observar nas partes mais escuras do Mapa II.

MAPA II

Proporção de crianças menores de dois anos abaixo do peso (em áreas cobertas pelo Programa Saúde da Família) (%) - 2010



¹ Dados de vários anos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

² Dimensão, evolução e projeção por região e por estado no Brasil, Comunicado IPEA nº 58, julho de 2010.



2



EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE PARA TODOS

METAS

3. Garantir que, até 2015, todas as crianças, de ambos os sexos, terminem o ensino fundamental.

INDICADORES

.Taxa de frequência líquida de 7 a 14 anos no ensino fundamental;

.Taxa de conclusão do ensino fundamental entre 15 a 17 anos;

.Distorção idade-série 4ª e 8ª e nos ensinos fundamental e médio;

.IDEB: Índice de Desenvolvimento de Educação Básica - Rede Pública série inicial 4ª e série final 8ª;

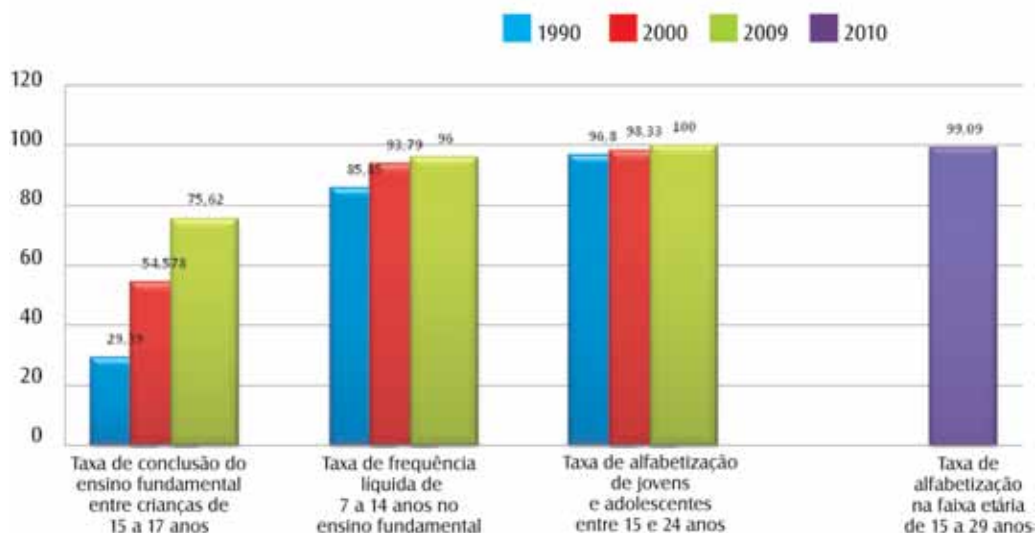
.Taxa de alfabetização na faixa etária de 15 a 24 anos.

O Objetivo 2 dos ODM, atingir o ensino básico universal, tem como meta garantir que, até 2015, todas as crianças, de ambos os sexos, terminem o ensino fundamental. Os indicadores principais da educação em Santa Catarina demonstram que essa meta vem sendo atingida, porém, em ritmo aquém do necessário, dada a importância da educação para o presente e o futuro dos jovens. Entre 2000 e 2010, por exemplo, a taxa de conclusão do ensino fundamental (1º ao 9º ano) entre jovens de 15 a 17 anos, saltou de 54,57% para 76,4%, número que mostra um avanço considerável, mas ao mesmo tempo revela um percentual significativo de jovens que não concluem o ensino fundamental no período adequado. Este indicador está muito relacionado com a incidência de pobreza entre as crianças e jovens que, muitas vezes, precisam abandonar os estudos para trabalhar, ou em razão do baixo nível de ensino, ou mesmo de projetos pedagógicos que não conseguem atrair os jovens para a escola.

A taxa de frequência líquida entre crianças de 7 a 14 anos vem crescendo nos últimos anos e, em 2010, já havia alcançado 96% (Gráfico II). Uma frequência elevada (que está quase ao nível da universalização) é condição indispensável para garantir que toda criança termine o ensino fundamental até 2015. Mas, a frequência, por si só, não garante a consecução da meta, na medida em que a criança precisa, mais do que frequentar a escola, ser aprovada na série. Uma conquista importante no campo educacional foi a erradicação do analfabetismo entre jovens e adolescentes de 15 a 24 anos em 2010, o que aponta para a cura dessa chaga no Brasil, entre a população total, em alguns anos. Em 2010 a taxa de alfabetização na faixa etária de 15 a 29 anos praticamente atingiu a universalização.

Gráfico II

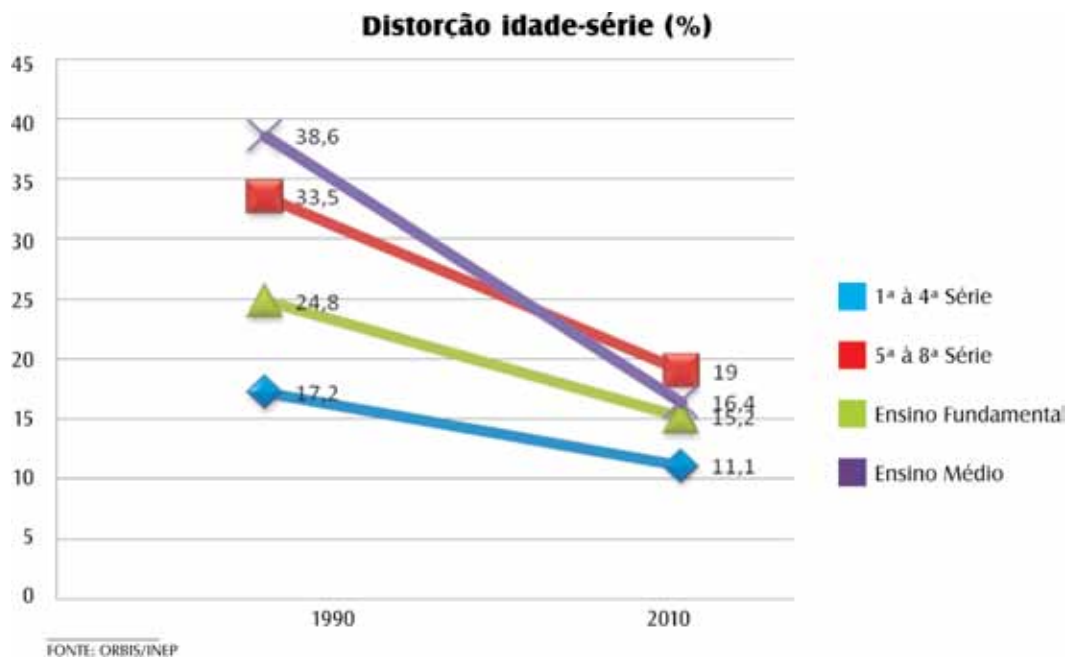
ODM 2 - Santa Catarina (%)



Fonte: ORBIS/INEP/PNAD

Em Santa Catarina a distorção idade/série, ou seja, a defasagem entre a idade e a série que o aluno deveria estar cursando, recuou significativamente nos últimos 11 anos, conforme demonstra o Gráfico III. A queda mais significativa foi na faixa de 5ª à 8ª série e no ensino médio, que caem, respectivamente, de 33,5% para 19%, e de 38,6% para 16,4%. Mesmo reconhecendo os avanços, cabe registrar que tais percentuais de distorção idade/série são ainda bastante elevados e requerem atenção especial.

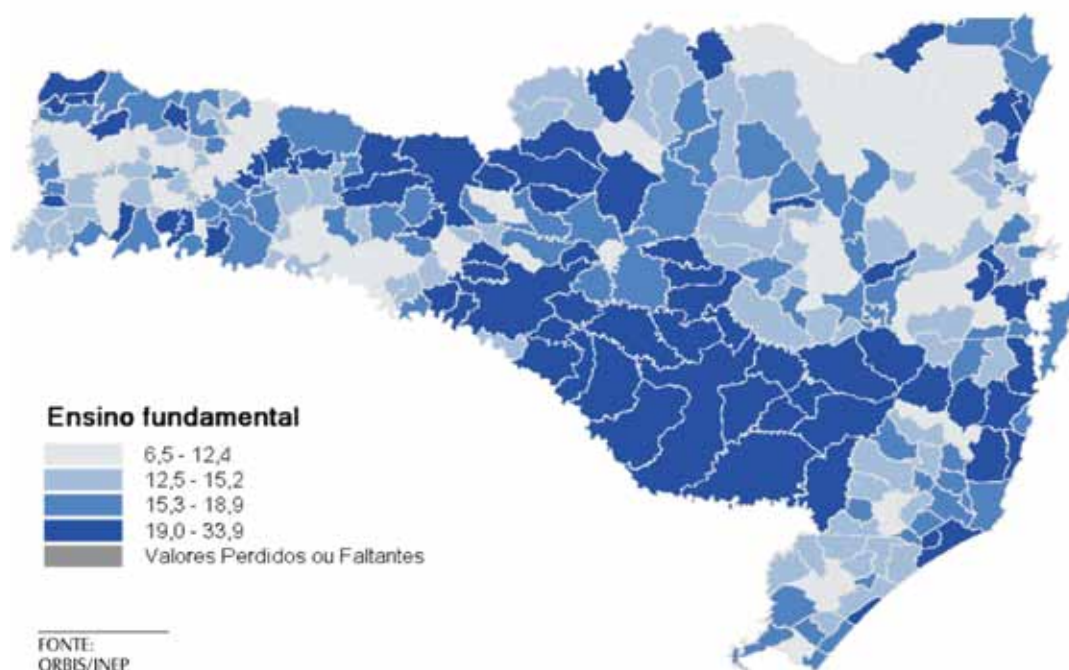
Gráfico III



Além disso, como revela o Mapa III, em algumas áreas de Santa Catarina, especialmente na mesorregião Serrana e em uma parcela significativa da região Oeste, os percentuais de distorção de série chegam a atingir o dobro da média verificada no Estado. Novamente se observa a correlação muito forte entre a base econômica e os indicadores sociais. Conforme constata o IBGE em sua Síntese de Indicadores Sociais (SIS) 2010, as desigualdades no rendimento familiar per capita exercem grande e direta influência na adequação idade/nível de ensino frequentado. Segundo a SIS 2010, entre os 20% mais pobres da população brasileira, 32,0% dos adolescentes de 15 a 17 estavam no ensino médio, enquanto que, nos 20% mais ricos, essa situação se aplicava a 77,9%.

MAPA III

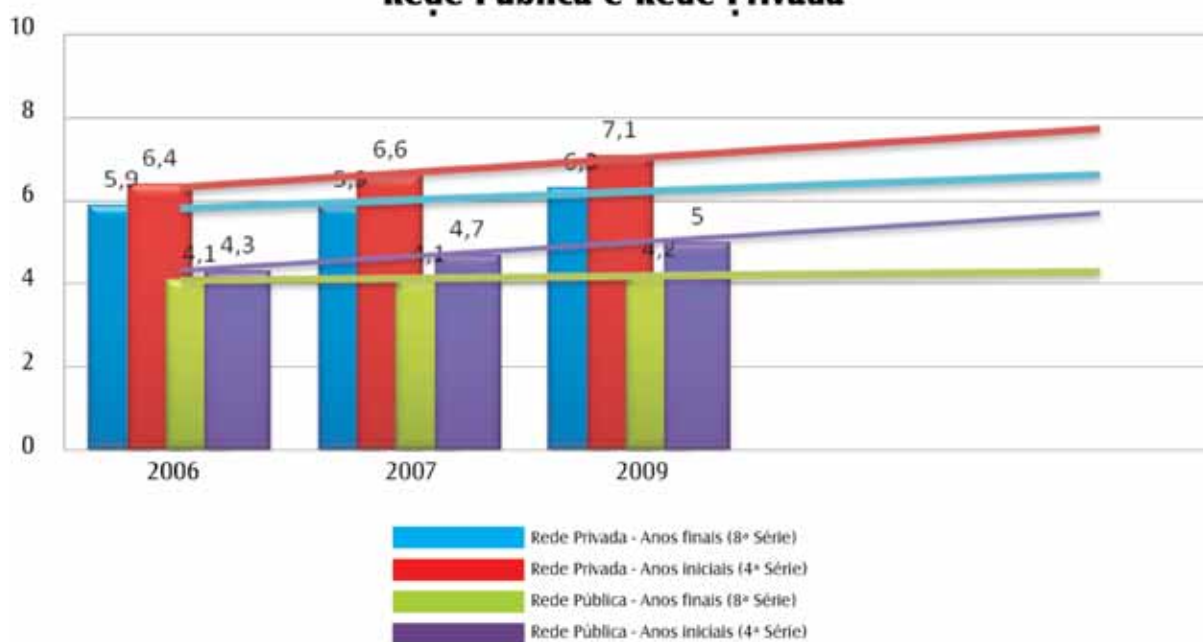
Distorção idade-série (%) - 2010
Ensino Fundamental



O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) avalia a qualidade do ensino numa variação de 0 a 10. Conforme o Gráfico IV, o desempenho das escolas públicas no período de 2005 a 2009 revelou-se bem aquém das escolas privadas, o que evidencia um grave problema de distorção social a partir da educação. Nas escolas públicas, o IDEB dos alunos da 4.ª série do Ensino fundamental passou de 4,4, em 2005, para 5 em 2009; já entre os alunos da 8.ª série, a evolução foi mais discreta, praticamente se mantendo em 4,2%. Segundo o Gráfico III, são os anos finais do ensino fundamental que revelam um quadro mais crítico; a linha de tendência revela uma variação quase mínima para os próximos biênios. Interferem neste nível fatores de ordem familiar e social que atingem principalmente o sexo masculino. Esta situação se reproduz no ensino médio e, principalmente, na Educação de Jovens e Adultos (EJA), que termina por receber o contingente de alunos que não lograram êxito na vida escolar regular. Vários fatores passam a interferir na vida escolar destes jovens, desde situações críticas na estrutura e vida familiar, passando por condições mínimas de renda familiar até o envolvimento com drogas e violência. Estudos de natureza sociológica e antropológica devem ser estimulados para que, ao se colocar uma lupa sobre esta situação, seja possível monitorar os (des)caminhos desses segmentos sociais, com vistas a produzir políticas públicas socialmente eficazes.

Gráfico IV

**IDEB Santa Catarina
Rede Pública e Rede Privada**

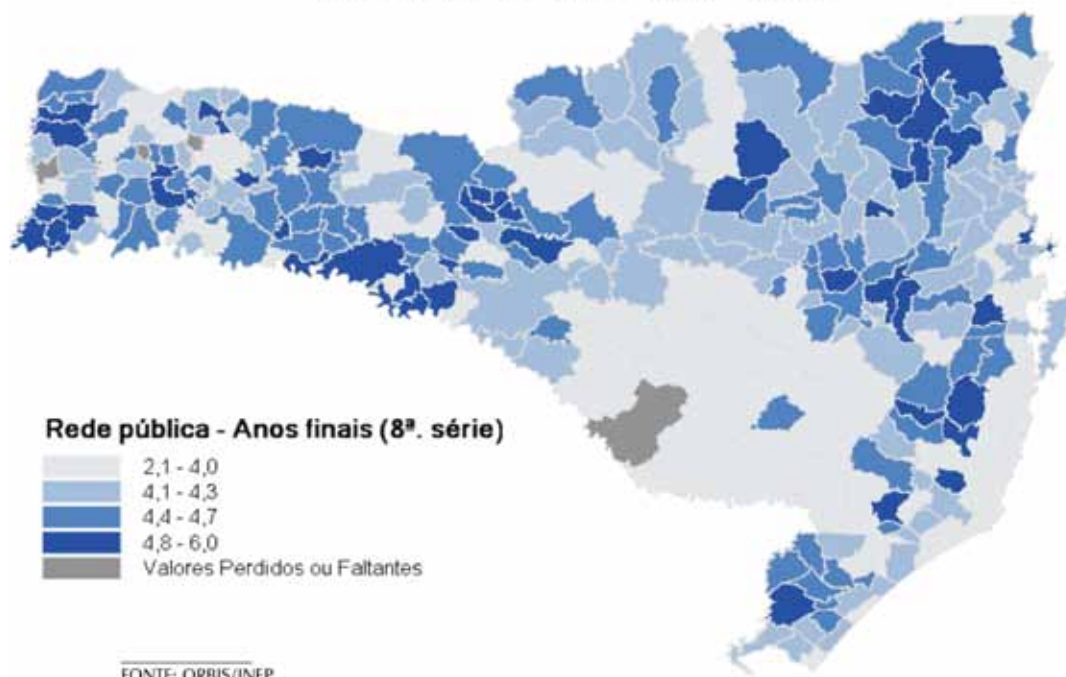


FONTE: ORBIS/INEP

-O Mapa IV, que traz o IDEB na rede pública nos anos finais, novamente revela a grande desigualdade regional de Santa Catarina, por meio dos índices muito ruins verificados nas mesorregiões Serrana e Oeste. O que chama a atenção, no entanto, é que o baixo desempenho da rede pública nesse indicador é comum a todas as mesorregiões, inclusive na Sul e na Grande Florianópolis, que, em regra geral, apresentam desempenhos melhores em outros indicadores.

MAPA IV

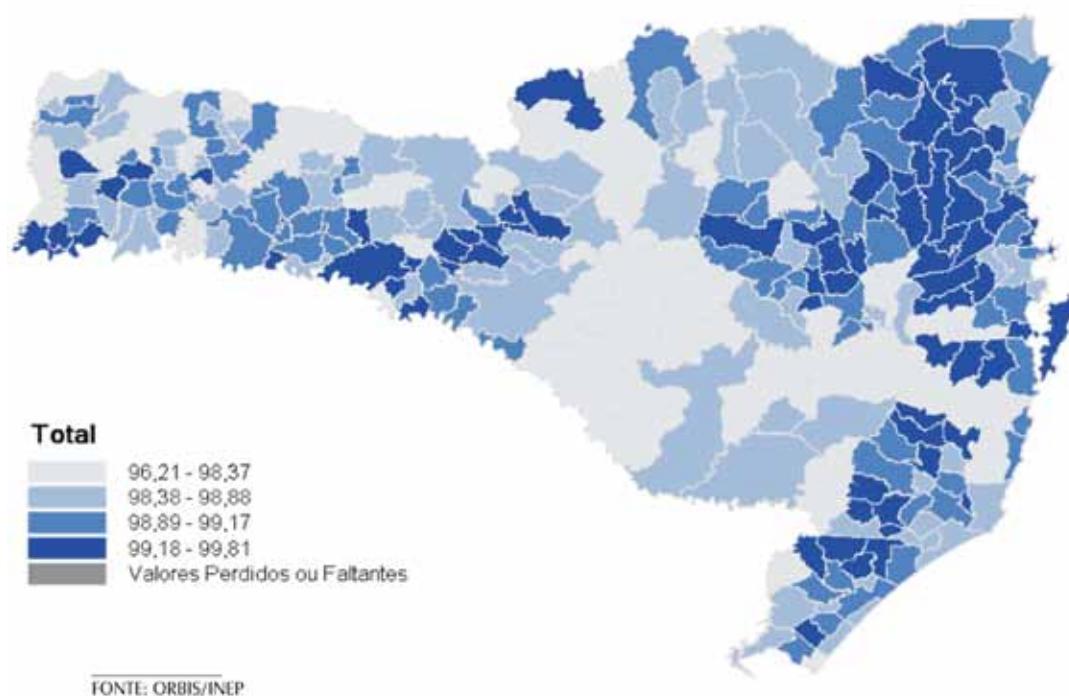
IDEB - Rede Pública Anos finais (8ª Série) (%) - 2009



O Mapa V traz a taxa de alfabetização de jovens e adolescentes entre 15 e 24 anos. O panorama educacional e socioeconômico retratado é bastante semelhante aos anteriores. Nas mesorregiões do Vale do Itajaí, em boa parte do Norte, na Grande Florianópolis e no Sul, o índice de alfabetização de jovens e adolescentes se aproxima da universalização, apesar de ainda persistirem diferenças regionais. Em praticamente toda a Região Serrana e boa parte da mesorregião Oeste os percentuais se encontram em patamares menores, atingindo, no máximo, 98% de cobertura.

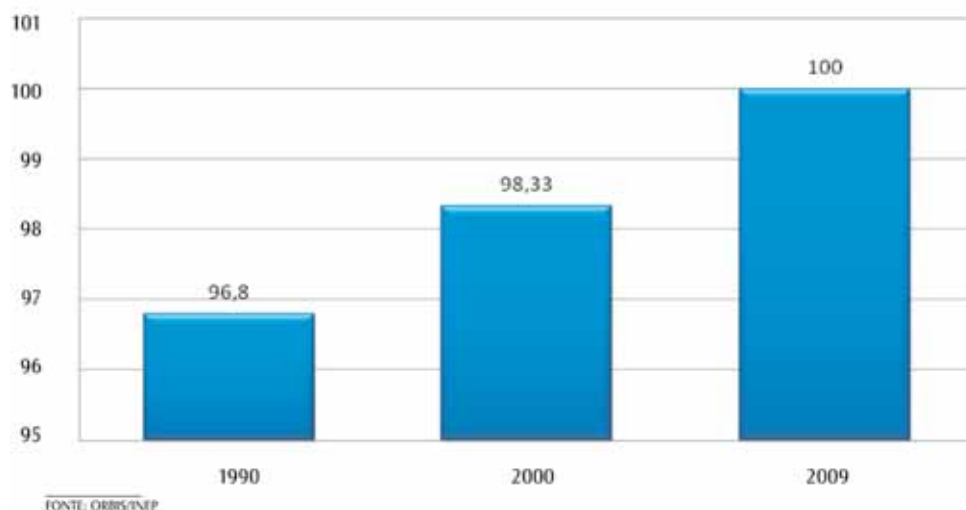
MAPA V

Taxa de Alfabetização na faixa etária de 15 a 29 anos (%) - 2010



Os resultados do Gráfico IV são fundamentais porque se conectam diretamente com o objetivo 2 dos ODM, cuja meta é justamente garantir que, até 2015, todas as crianças, de ambos os sexos, terminem o ensino fundamental. As informações dão conta que, praticamente de forma linear, a taxa de conclusão do ensino fundamental pelas crianças vem aumentando a cada ano que passa.

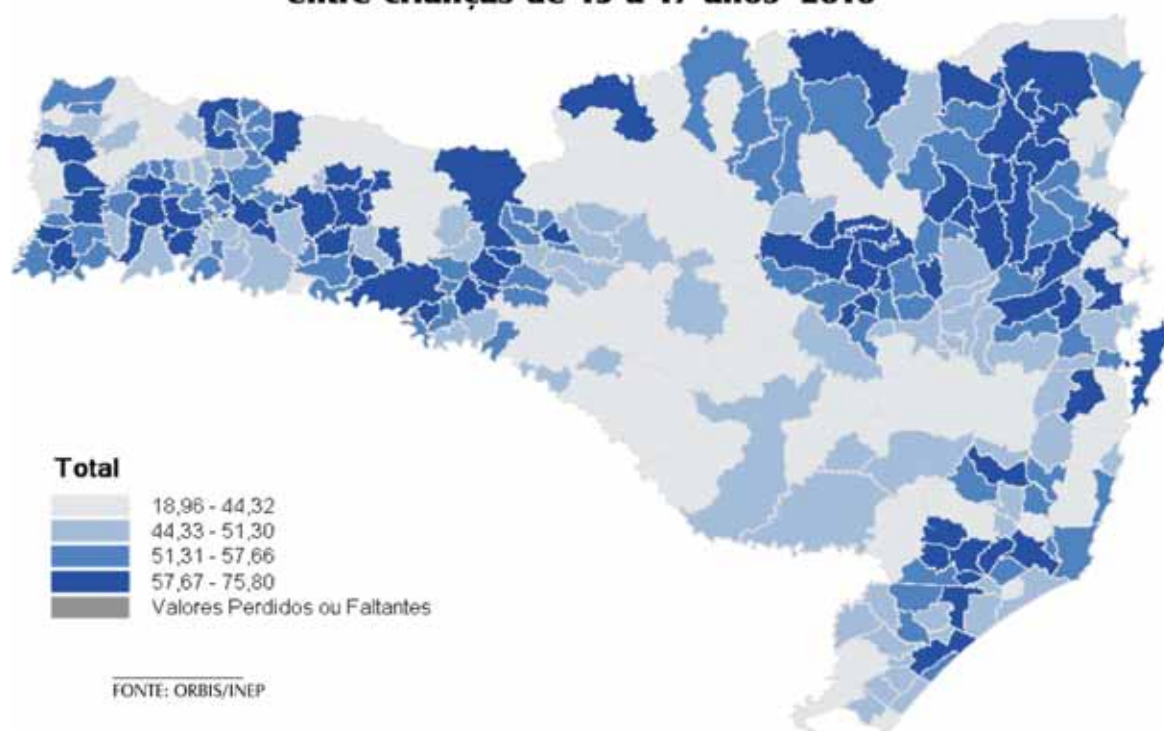
Gráfico V
Taxa de Alfabetização de jovens e adolescentes entre 15 a 24 anos (%) - 2010



Apesar dos esforços de universalização do ensino fundamental, o Mapa VI revela um indicador mais preocupante, pois se refere ao segmento dos jovens entre 15 e 17 e sua trajetória no Ensino fundamental, indicando que a vida escolar desses jovens foi influenciada por fatores adversos, assim como já apontamos na análise dos dados do IDEB. Em termos regionais, os baixos índices na mesorregião Serrana são contrastantes com a mesorregião Norte do Estado.

MAPA VI

Taxa de conclusão do Ensino Fundamental entre crianças de 15 a 17 anos -2010



A universalização do ensino fundamental entre as crianças até 2015 requer que alguns problemas sejam enfrentados com determinação. Por exemplo, a remuneração dos professores, que são o centro da educação em qualquer lugar do mundo, é muito baixa. Segundo dados da RAIS, em Santa Catarina, 63% dos profissionais da educação no sistema privado recebem salários entre um e cinco salários mínimos e 42% têm remuneração de até dois salários mínimos. Isso, apesar de 90% dos trabalhadores do setor possuírem escolaridade que vai do nível médio completo à pós-graduação. Os trabalhadores com nível superior completo (incluindo mestrado e graduação) chegam a 65%. É claro que os baixos salários não são a única causa da escassa qualidade do ensino, mas nenhuma escola pode ter qualidade superior se salários baixos dificultam a contratação de bons professores.

Os dados mostram que o Brasil e Santa Catarina praticamente universalizaram o ensino fundamental e continuam a expansão da educação na pré-escola e no ensino médio. No entanto, persiste em grande escala o analfabetismo escolar e funcional. Ou seja, os indicadores da educação, de fato, estão melhorando do ponto de vista quantitativo.

Cabe observar que, se o Plano Nacional de Educação (PNE), do governo federal, atingir metade de suas metas até 2020, o país pode ingressar em outro patamar do ponto de vista educacional, visto que o PNE estabeleceu objetivos para aquilo que é fundamental na educação. O plano enfatiza a educação básica, visa reduzir as desigualdades educacionais no país e elevar a qualidade da educação. Também procura valorizar o professor, através da proposta de elevação do piso salarial e de uma perspectiva de carreira capaz de atrair os bons profissionais. Além disso, o Plano abre a possibilidade de maior participação da sociedade para a garantia do direito ao ensino de qualidade e, em uma de suas metas (5), determina que toda criança seja alfabetizada até os 8 anos de idade.

Na questão educacional, é fundamental programar ações com perseverança e atentar sempre para os detalhes. Possivelmente em nenhuma outra área o “senso de urgência” seja tão fundamental quanto na educação. Em 2010, foram gastos com educação R\$ 44,06 bilhões pelo governo federal, R\$ 75,3 bilhões pelos governos estaduais e R\$ 73,43 bilhões pelas prefeituras. Isso representa 5,2% do PIB, mais ou menos a mesma proporção da maioria dos países europeus e mais do que a Coreia do Sul, que investe em educação 4,2% do PIB. Mas essa diferença se justifica, pois, aqui, os desafios a serem enfrentados são maiores que na Europa ou na Coreia do Sul. Atualmente o Brasil gasta mais com o pagamento de juros da dívida pública (5,6% do PIB) que com educação. Na educação é preciso, além do dinheiro, políticas corretas de gestão, especialmente na escola pública. Professor precisa ter uma boa remuneração, com um salário de ingresso razoável e progressão salarial. Para obtermos mais qualidade na educação é indispensável rever o sistema de formação e carreira de professores, que devem dominar os conteúdos como condição de ingresso e passar por período de experiência, aliado ao investimento em projetos pedagógicos ajustados à realidade das crianças e uma infraestrutura das escolas em melhores condições.





3

IGUALDADE ENTRE SEXOS E VALORIZAÇÃO DA MULHER



METAS

4. Eliminar a disparidade entre os sexos em todos os níveis de ensino

INDICADORES

.Razão meninos/meninas no ensino fundamental e médio;

.Participação das mulheres no emprego formal;

.Razão entre mulheres e homens no rendimento médio mensal, em emprego formal, por nível de escolaridade (EF Completo e Incompleto; EM Completo; ES Completo; Total);

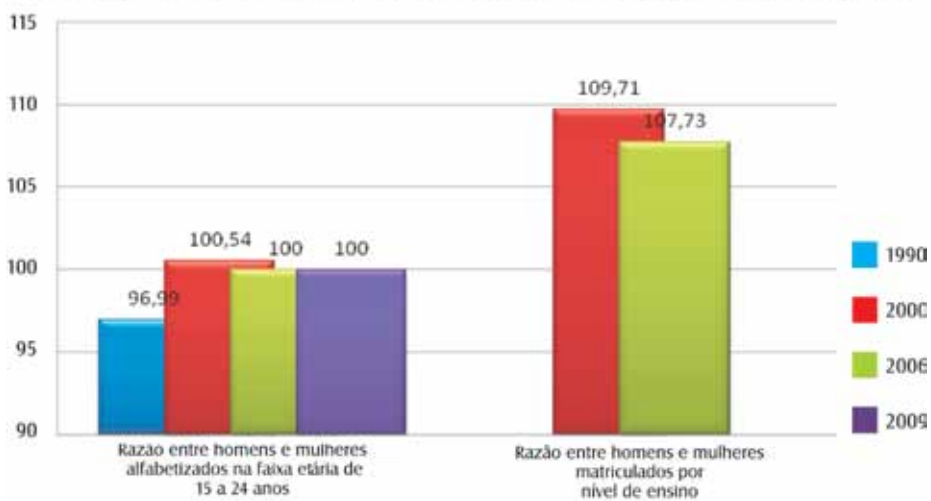
.Proporção de mulheres exercendo mandatos nas Câmaras de Vereadores e Prefeituras;

.Razão entre mulheres e homens alfabetizados na faixa etária de 15 a 24 anos - 20000.

No conjunto dos indicadores que compõem o ODM 3, a razão dos sexos no âmbito escola é o que mais merece atenção. Este indicador verifica a disparidade entre os sexos no ensino fundamental e médio. Caso o valor da razão seja maior que 100%, existem mais mulheres que homens matriculados; se for inferior a 100%, há mais homens. Nos anos iniciais (ensino fundamental) existem na população escolar mais meninos que meninas. Porque nascem, em média, mais meninos do que meninas (de 2% a 5%) há uma expectativa de que o número de matriculas do sexo masculino seja maior.

O Gráfico VI mostra que a razão entre homens e mulheres é 100, no que se refere à alfabetização, ou seja, não há, a partir de 1995, disparidades entre os sexos no que refere ao acesso à alfabetização. Quanto à razão entre homens e mulheres por nível de ensino, a mesma vem sendo superior a 100 nos últimos anos, ou seja, o número de meninas e jovens matriculadas tem sido superior aos dos meninos e jovens. Portanto, não há disparidades entre meninos e meninas no acesso à educação no período considerado.

Gráfico VI
Razão entre homens e mulheres alfabetizados e por nível de ensino

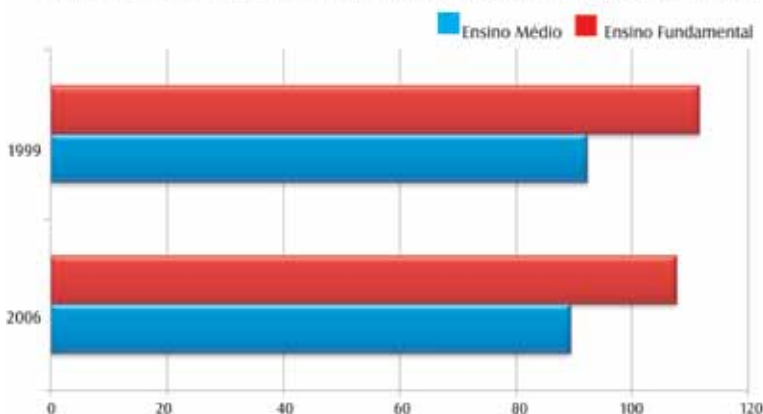


FONTE: ORBIS/IBGE/PNAD

Além da inexistência de disparidade, conforme o Gráfico VII, percebe-se que no ensino fundamental a razão entre homens e mulheres matriculados é inferior a 100, enquanto, no ensino médio, supera 100. Isso indica uma maior escolaridade das mulheres, que, aparentemente, permanecem mais tempo na escola. Esse dado é coerente com as informações gerais sobre escolaridade entre os sexos no país: as mulheres, em média, são mais escolarizadas do que os homens.

Gráfico VII

Razão entre homens e mulheres alfabetizados e por nível de ensino

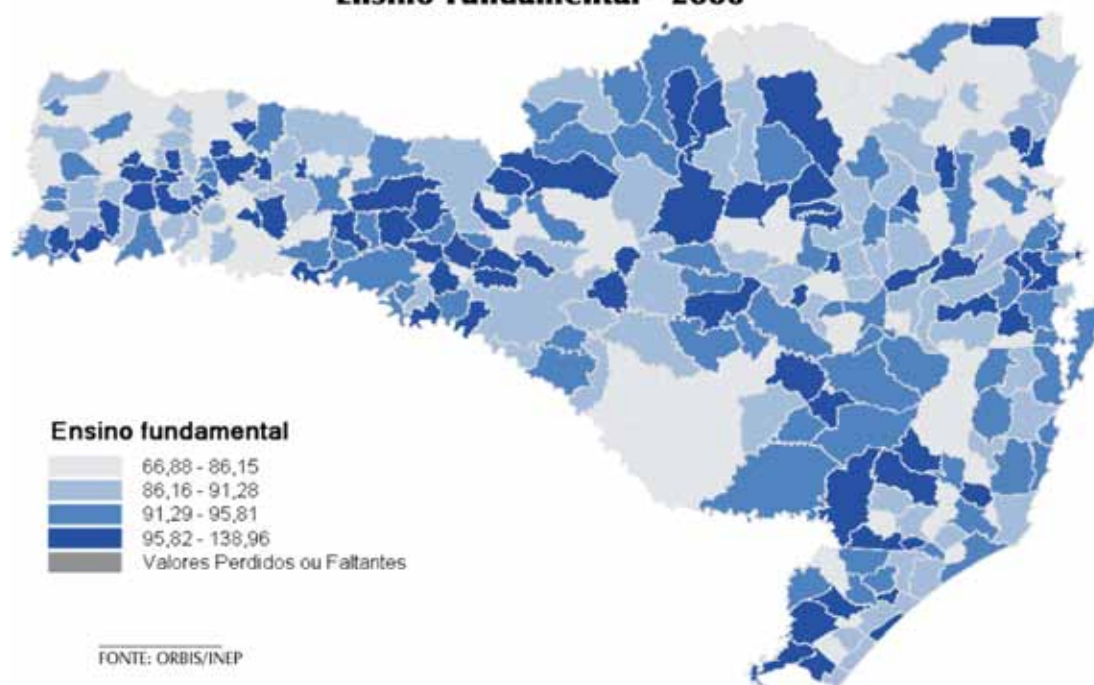


FONTE: ORBIS/IBGE/PNAD

Novamente as diferenças regionais se manifestam em Santa Catarina, quando analisamos a razão entre homens e mulheres matriculados por nível de ensino. Em algumas regiões essa razão ultrapassa 100 com bastante folga, enquanto em outras regiões (especialmente no Norte e Serra) essa razão está um pouco abaixo de 70 (Mapa VII).

MAPA VII

Razão entre mulheres e homens matriculados por nível de ensino Ensino Fundamental - 2006

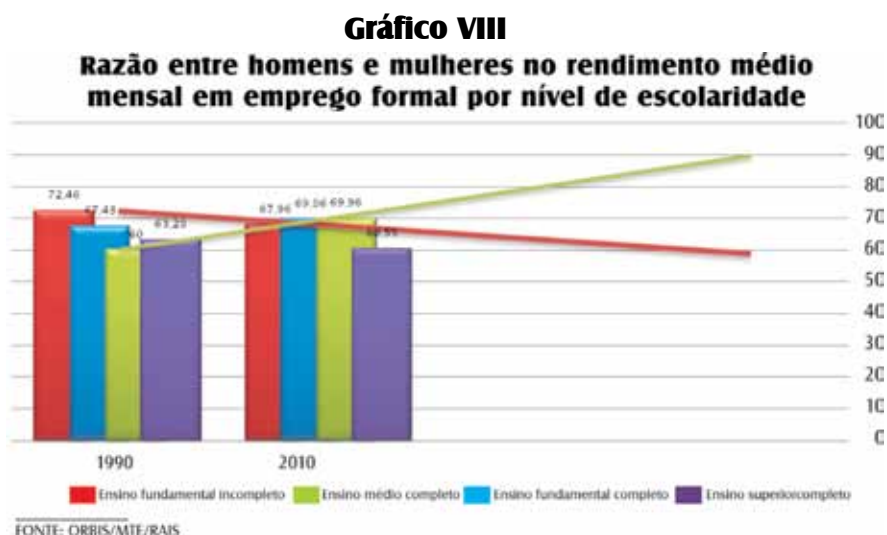


As diferenças entre homens e mulheres estão arraigadas na própria cultura da sociedade brasileira. No que se refere ao acesso à educação pública, os dados revelam que as disparidades de acesso para homens e mulheres praticamente não existem, exceto nas regiões menos desenvolvidas econômica e culturalmente. Esse é um avanço considerável, pois o acesso ao ensino e a permanência na escola dizem respeito ao futuro dos homens e mulheres. Se a menina ou a jovem tem acesso à escola em igualdade de condições com o menino, no futuro ela estará tão habilitada quanto o menino/jovem a preencher uma vaga no mercado de trabalho. Essa condição de equidade é extremamente necessária para o avanço da própria democracia no país.

Se no acesso ao ensino fundamental os avanços foram expressivos na relação entre os gêneros, no mercado de trabalho, as desigualdades ainda são muito grandes. Segundo a RAIS, dos trabalhadores que se inseriram no mercado de trabalho formal em Santa Catarina, em 2010, aproximadamente 75% tinham pelo menos o ensino médio completo. No entanto, para cada grupo de 10 trabalhadores com escolaridade superior completa ou incompleta, seis eram mulheres e quatro eram homens. Em 2010 as mulheres tinham, em média, 10 anos de estudo, enquanto os homens tinham 9,3 anos. Essa maior escolaridade, todavia, não tem evitado que a mulher aufera salário inferior ao do homem: 77,4% das mulheres com carteira assinada em Santa Catarina, em 2010, receberam até 1,5 SM, percentual que entre os homens é de 56,4%. Quando se observa o extrato de salário mais elevado (mais de 5 SM), a relação é inversa: apenas 0,8% das mulheres estão nessa faixa, enquanto os homens totalizam 1,5%. O curioso é que o diferencial na remuneração entre homens e mulheres em Santa Catarina aumenta com a maior escolaridade: enquanto entre os analfabetos essa diferença foi de 14% em 2010, para os trabalhadores de nível superior a diferença atingiu 35%.



O Gráfico VIII indica duas tendências importantes; em primeiro, a de estabilizar a razão entre sexos quando ambos tem o ensino fundamental completo. No entanto, na proporção atual entre os que têm o nível médio completo, a tendência é que esta diferença se amplie. Em síntese, uma política de equilíbrio na razão dos sexos, iniciada nas fases finais do ensino fundamental e garantida no ensino médio, pode reverter em médio prazo uma razão desequilibrada.



A mulher está cada vez mais presente no mercado de trabalho no Brasil: dos 3.421.000 trabalhadores ocupados em Santa Catarina (PNAD/2009), 1.496.000 (quase 44%) são mulheres, um percentual que vem crescendo a cada ano. Mas esse fato, por si só, não se reverte em sucesso na inserção no mercado de trabalho. As taxas de desemprego feminino apresentam-se sistematicamente superiores às masculinas em todas as regiões e, em geral, a mulher representa mais da metade do total de desempregados das regiões onde o DIEESE faz a pesquisa de emprego e desemprego. As mulheres também estão mais sujeitas a ocupações com inserção vulnerável (sem proteção e direitos trabalhistas: como os assalariados sem carteira de trabalho assinada, empregados domésticos, autônomos que trabalham para o público e trabalhadores familiares). Essa maior vulnerabilidade do trabalho feminino pode ser explicada, em parte, pela presença da mulher no emprego doméstico (em torno de 15% em todas as regiões do país). A boa notícia é que, em função da queda do desemprego e do aumento do crescimento econômico nos últimos anos, esta redução da desigualdade entre rendimentos de homens e mulheres vem caindo.

Além de auferir salários menores e estar em condição de maior vulnerabilidade no mercado de trabalho, a mulher tem a jornada de trabalho longa e intensa pelo exercício da dupla jornada, já que, mesmo trabalhando fora de casa, culturalmente ela é considerada responsável pelo desempenho do trabalho doméstico. Este trabalho doméstico é considerado improdutivo pelos cálculos do PIB. Nesse contexto, as mulheres são as que mais sofrem os efeitos da pobreza e da desigualdade social e são as mais atingidas, tanto pela vulnerabilidade social quanto pela carência de políticas públicas efetivas de combate à desigualdade.

Segundo dados divulgados por ocasião do lançamento do Plano Brasil sem Miséria, em junho de 2011, dos 16,2 milhões de pobres extremos detectados no Brasil, 40% têm até 14 anos, 71% são negros e 47% vivem no campo. O governo não tem o dado preciso, mas, possivelmente, a maioria desses pobres extremos sejam mulheres.

No meio rural, como se sabe, a situação da mulher é ainda mais difícil. Geralmente as mulheres são vistas apenas como mães e esposas dos trabalhadores rurais. O seu trabalho é invisível e considerado um simples auxílio ao trabalho masculino. Essa invisibilidade é agravada pelo fato de que, no campo, na hora de prestar as informações, aparece o homem como chefe de família, falando pela família inteira. Então, provavelmente o número de mulheres que trabalham e produzem é muito maior que o apontado pelas pesquisas.

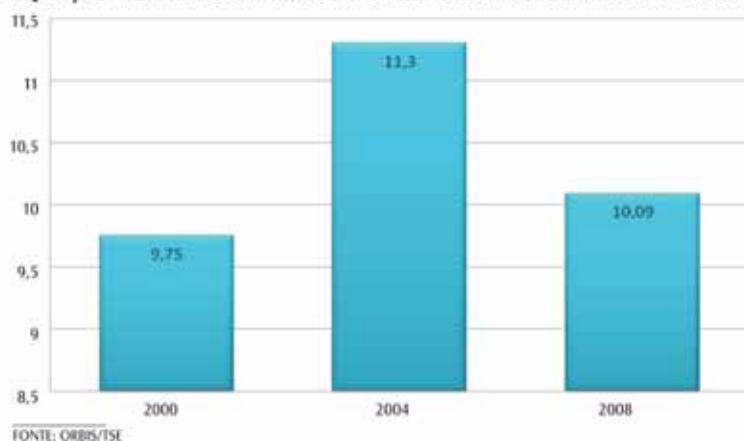
Apesar das dificuldades, em Santa Catarina, de se obter dados relativos às mulheres negras, é possível inferir, a partir das informações de sexo e negros no mercado de trabalho, que as condições de trabalho e emprego dessas mulheres sejam extremamente adversas. Um sintoma disso é a taxa de desocupação dos negros, que em Santa Catarina, segundo a PNAD/2009, estava em 8,5%, quase o dobro da mesma taxa entre os brancos, de 4,6% (praticamente o chamado “pleno emprego”). Se, comprovadamente, em todas as regiões do país se constata que a taxa de desemprego da mulher é sempre superior à do homem, a desocupação da mulher negra, no Estado, certamente será superior à dos negros como um todo, talvez superando os 10%. É fácil deduzir que tais dificuldades da mulher negra no acesso ao trabalho se estendam também a outros indicadores como renda, informalidade, rotatividade, precariedade, etc.

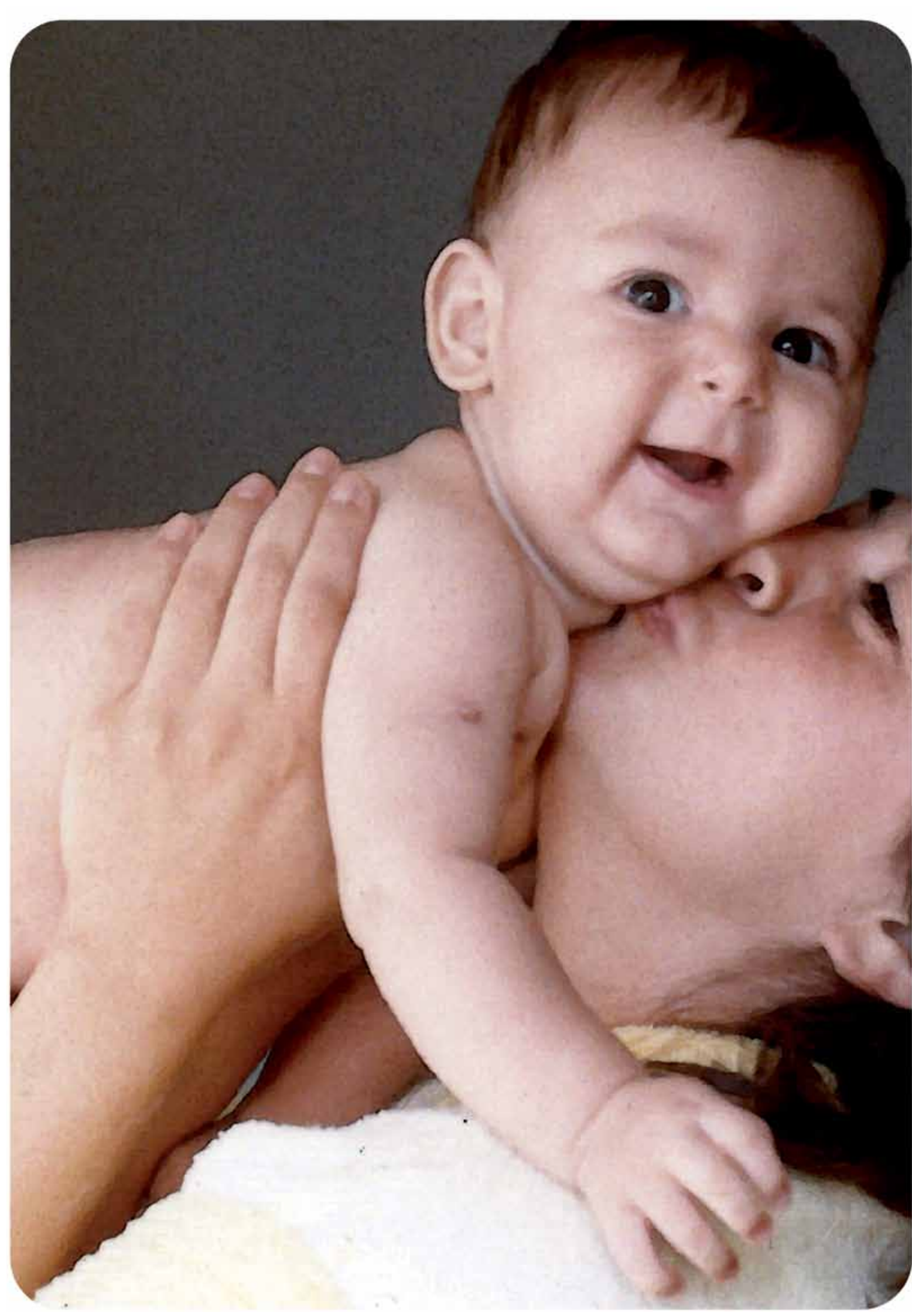
Santa Catarina terá que avançar bastante no que se refere à representação da mulher nos espaços públicos. Em 2004 foram eleitas apenas 9 mulheres para os executivos municipais. Em 2008, o número de eleitas foi significativamente maior que 2004 – 17 –, mas, mesmo assim, equivalente a apenas 5,8% dos 293 municípios existentes, uma representação muito aquém da importância da mulher na sociedade. O governo de Estado, em um universo de 22 secretarias, possui apenas uma mulher no primeiro escalão. O mais grave é que esta sub-representação no primeiro escalão tende a se disseminar pelos escalões inferiores, na medida em que ainda predomina na sociedade uma visão conservadora segundo a qual a mulher não está preparada para algumas funções, especialmente aquelas ligadas à administração, economia e tecnologia. Nas secretarias municipais a participação da mulher é também ainda bastante apagada. Na representação legislativa, a presença feminina é também bastante inferior à presença da mulher na população e no mercado de trabalho. Em 2010, entre 16 vagas para a Câmara Federal, apenas 1 mulher foi eleita (Luci Choinacki) e somente quatro foram eleitas entre os 40 deputados eleitos para a Assembléia Legislativa: Ana Paula Lima, Ada de Luca, Angela Albino e Luciane Carminatti, perfazendo apenas 10% da representação legislativa estadual. Em 2006 eram 1 deputada federal e 3 deputadas estaduais. Em 2002 foram eleitas uma senadora, 1 deputada federal e 2 deputadas estaduais. Há, portanto, uma evolução na participação da mulher nos cargos eletivos, mas ainda bastante lenta e frágil, ou seja, está sujeita à reversão nos próximos pleitos.

Nas Câmaras Municipais houve leve declínio da representação feminina no Estado entre os pleitos de 2004 e 2008 (Gráfico IX). Na capital, atualmente, não existe nenhum parlamentar do sexo feminino. Isso significa uma proporção inferior à verificada no país (12% de representação feminina nas câmaras municipais), que já é baixa para os padrões mundiais. No Brasil, a legislação que assegura a participação mínima de 30% nas candidaturas proporcionais não é cumprida e não existem sanções para o seu descumprimento. No entanto, Santa Catarina deveria buscar a elevação da participação da mulher nos espaços públicos, porque isso é fundamental para o fortalecimento da democracia representativa, que deve contemplar todos os segmentos sociais.

Gráfico IX

Proporção de mulheres exercendo mandato nas câmaras de vereadores





4



REDUZIR A MORTALIDADE INFANTIL

METAS

5. Reduzir em dois terços, até 2015, a mortalidade de crianças menores de 5 anos.

INDICADORES

.Taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos, a cada 1 mil nascidos vivos;

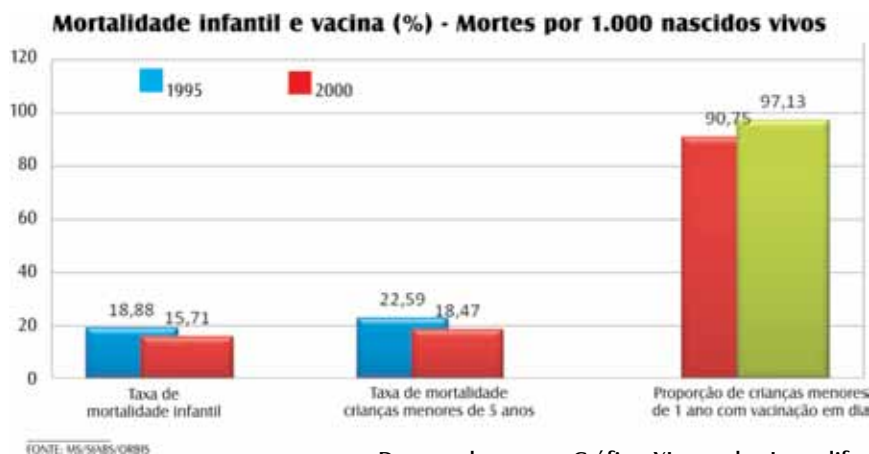
.Taxa de mortalidade infantil, a cada 1 mil nascidos vivos;

.Proporção crianças de até 1 ano de idade com vacinação em dia.

Entre 1995 e 2009, a taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos caiu de 22,5 óbitos para 18,4% a cada 1 mil nascidos vivos, o que representa uma redução de quase 40% no indicador (Gráfico X). Se tomarmos o número apurado em 2005 como referência (22,5 óbitos), a meta é chegar a, no máximo, 7,5 óbitos em 2015. Ou seja, o Estado teria que reduzir o indicador atual (13,6 a cada mil nascidos vivos) em 45% em quatro anos. Será uma tarefa bastante árdua porque, apesar dos indicadores mostrarem uma queda contínua desde 1995, ela tem sido lenta para a conquista da meta em 2015.

Em 2010, 97% das crianças menores de um ano estavam com carteira de vacinação em dia, o que reduz significativamente a mortalidade infantil. Os esforços têm que buscar 100% de imunização, em função da meta, o que não será tão fácil, visto que o indicador está estabilizado desde 2003. Há também o problema do sub-registro: apesar da imprecisão dos dados, sabe-se que é elevado.

Gráfico X



De acordo com o Gráfico XI, quadro I, as diferenças regionais novamente se mostram preocupantes. As microrregiões da Serra são as que apresentam os mais altos índices de mortalidade, seja a mortalidade infantil, seja a mortalidade em crianças de menores de cinco anos. O desempenho não tem experimentado alterações significativas nas últimas décadas, nestas microrregiões. Em 2009 ainda havia municípios com taxas de mortalidade infantil em torno de 81 p/100 mil. Os 20 municípios com as piores taxas de mortalidade infantil também têm as piores taxas de mortalidade de crianças menores de 5 anos.

Gráfico XI

Taxa de mortalidade infantil por região (%)

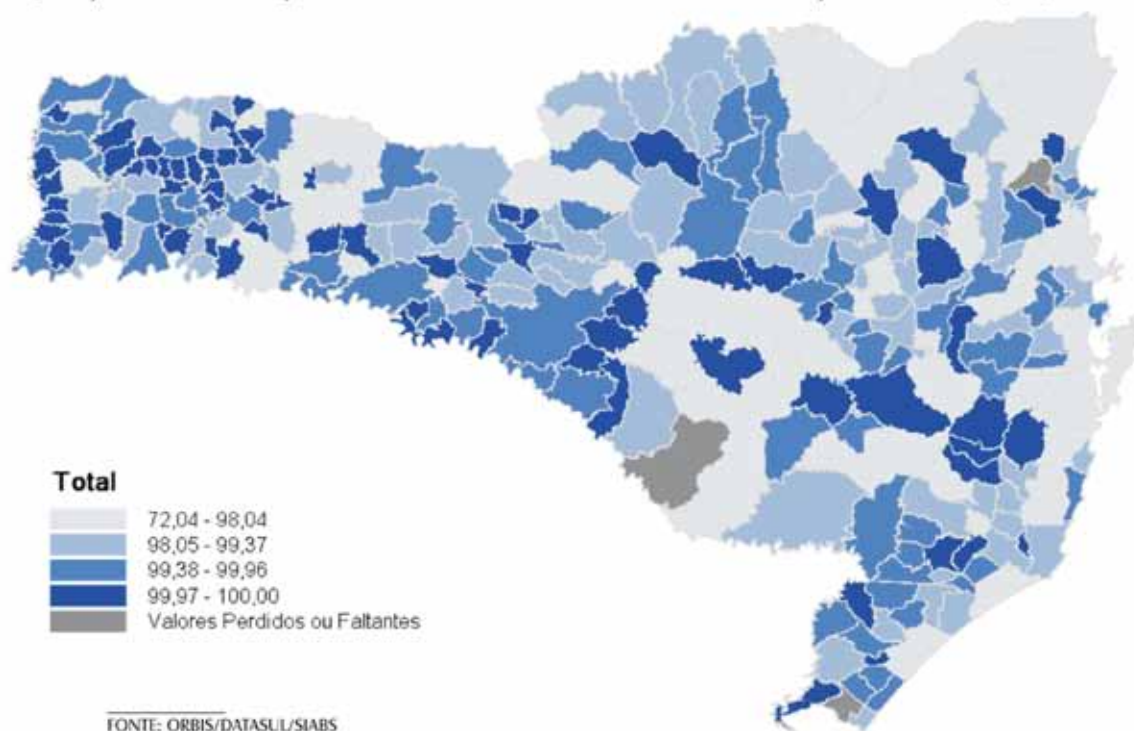


Isso significa que os esforços terão que ser gerais para se atingir a meta em 2015, mas ao mesmo tempo, diferenciados, de forma a que todas as mesorregiões atinjam a meta o mais rapidamente possível. Este processo de busca das metas dos ODM é também uma oportunidade excepcional de alcançar a redução das desigualdades regionais do Estado. Além disso, a redução da mortalidade infantil deve contemplar ações específicas e gerais, no caso, bastante articuladas com o Objetivo 1 – reduzir a pobreza (Meta 1) e a erradicação da fome (Meta 2).

O Mapa VIII mostra uma realidade mais homogênea no Estado, infelizmente de caráter negativo. Percebe-se que em vários pontos do Mapa existem áreas com baixa cobertura de vacinação, seja no Norte, Grande Florianópolis, Sul, Serra ou Oeste. Isto significa que, no que se refere à cobertura, o Estado pode avançar bastante, praticamente em todas as mesorregiões.

MAPA VIII

Proporção de crianças menores de 1 ano com vacinação em dia (%)- 2010





5



MELHORAR A SAÚDE DAS GESTANTES

METAS

6. Reduzir em três quartos, até 2015, a taxa de mortalidade materna.

INDICADORES

.Taxa de mortalidade materna, a cada 100 mil nascidos vivos;

.Proporção de partos assistidos por profissionais de saúde qualificados;

.Proporção de crianças nascidas sem consulta pré-natal;

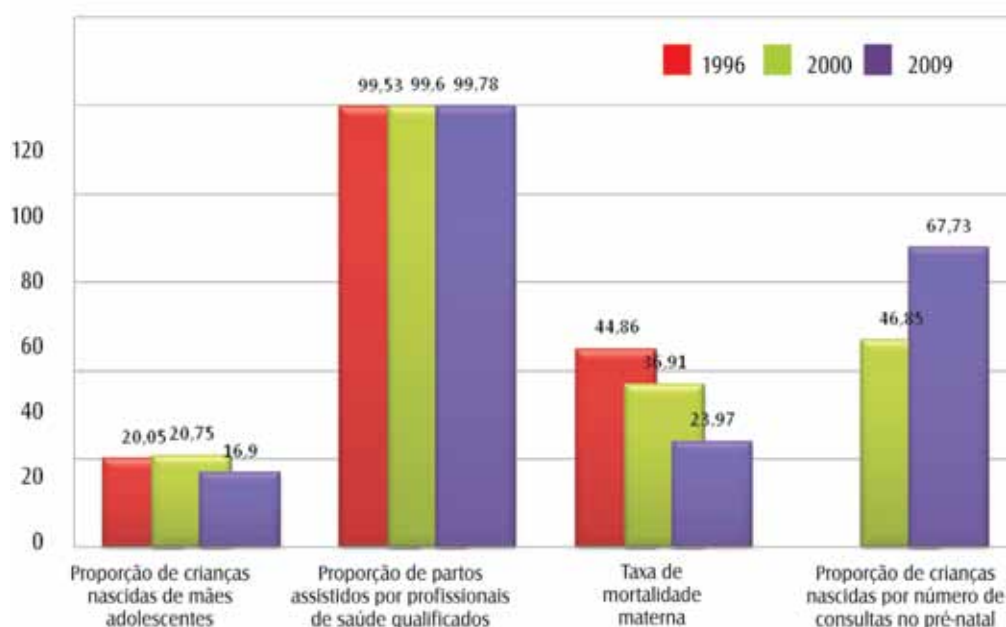
.Proporção de crianças nascidas com consulta pré-natal;

.Proporção de crianças nascidas de mães adolescentes.

A Meta do ODM 5 é reduzir em três quartos, até 2015, a taxa de mortalidade materna. O óbito materno é aquele decorrente de complicações na gestação, geradas por aborto, parto ou puerpério (período até 42 dias após o parto). O Gráfico XI mostra que esse indicador caiu de 44,86 mortes maternas por 100.000 nascidos vivos em 1996, para 24 mortes em 2009, uma redução considerável de 53%. No mesmo período de tempo, diminuiu também a proporção de crianças nascidas de mães adolescentes, de 20 para 17, o que ajuda na diminuição do número de mortes de mães em geral, na medida em que, nessa faixa etária, o risco de morte no parto é maior. Em Santa Catarina, desde, pelo menos, meados da década de 1990, a proporção de partos assistidos por profissionais de saúde qualificados atingiu praticamente a totalidade. O que, obviamente, é fundamental no alcance da meta. A proporção de crianças nascidas por número de consultas pré-natal avançou bastante entre 2000 e 2009, mas ainda representa apenas 67% dos casos, mostrando que o indicador pode ser ainda significativamente melhorado.

Gráfico XI

ODM 5 -Santa Catarina (%) - Mortes por 100.000 nascidos vivos

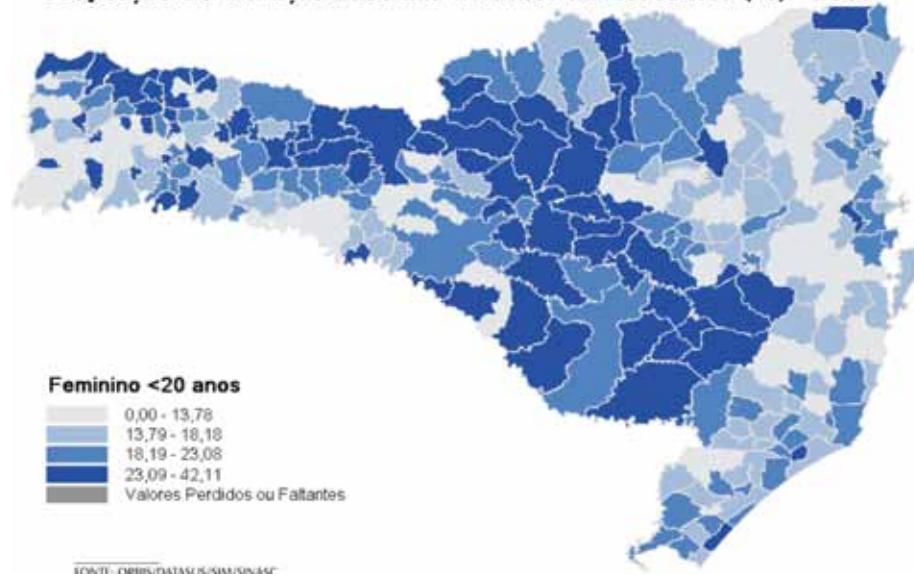


FONTE: ORBIS/DATASUS/SIM/SINASC

Apesar da queda da taxa de mortalidade materna nos últimos anos, será um desafio considerável reduzi-la em três quartos até 2015 (se tomarmos o indicador de 2000 como referência, a conquista da meta significaria reduzir o número de óbitos para algo em torno de 11). O desafio se faz ainda maior em função do fato de que a realidade, nesse indicador, é também bastante heterogênea nas mesorregiões do Estado. Conforme o Mapa IX, vários pontos de Santa Catarina oficialmente não apresentaram nenhuma criança nascida de mãe adolescente. Entretanto, ao mesmo tempo, em algumas regiões, a proporção de crianças nascidas de mulheres com menos de 20 anos pode atingir 42 em cada 100.000 nascidos vivos, um dado extremamente preocupante. Como revela o Mapa IX, a situação é difícil especialmente na zona central do Estado, numa área que abrange partes das mesorregiões Serrana, Norte e Oeste.

MAPA IX

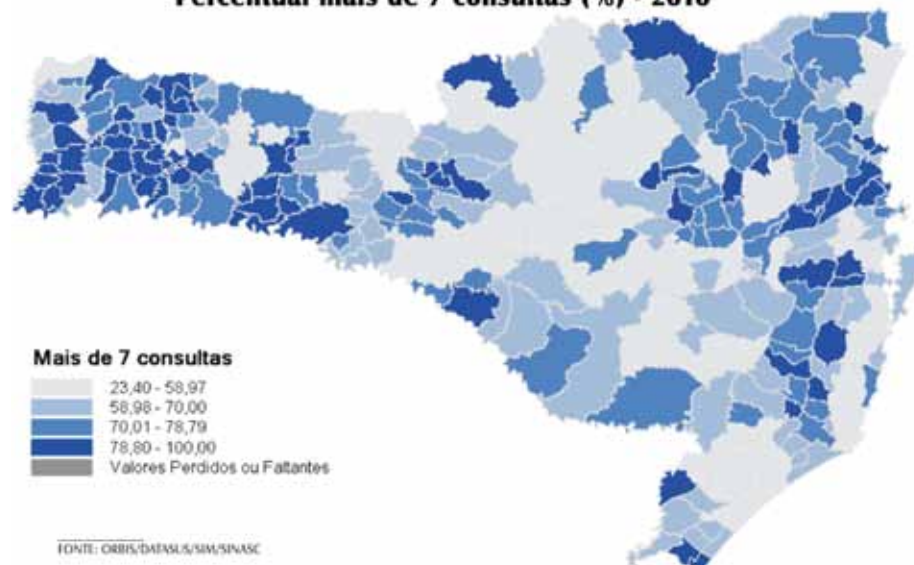
Proporção de crianças nascidas de mães adolescentes (%) - 2009



Nas mesmas regiões onde é elevado o número de crianças nascidas de mães adolescentes, são menores também as possibilidades de as mulheres realizarem consultas pré-natais, como revela o Mapa X. Nessas regiões, obviamente, é muito maior o risco de morte da mãe no parto, não só pela incidência maior de mães adolescentes, como pela menor ausência do benefício preventivo dos exames pré-natais.

MAPA X

Proporção de crianças nascidas por número de consultas pré-natais Percentual mais de 7 consultas (%) - 2010



Em termos da proporção de crianças nascidas com nenhum registro de consultas, o dado é de menos de 1%; já a taxa de crianças nascidas por número de consultas no pré-natal é 67,3%, a mais baixa da Região sul, sendo que no Paraná a proporção é de 78,73%. A média brasileira é 56,98%, sendo o Maranhão o Estado de mais baixa proporção (24,02%). Este indicador, assim com outros associadas às condições de saúde familiar, materna e infantil, está associado a ações e programas da Saúde da Família. De acordo com a PNAD 2008, a estratégia Saúde da Família tem encontrado dificuldades para sua expansão nos municípios de maior porte e continua com problemas nas áreas de gestão, de recursos humanos e de articulação com o restante da rede de serviços, além de necessitar de investimentos em infraestrutura que permitam seu melhor funcionamento, como se verá na seção específica. Santa Catarina teve o menor percentual de domicílios cadastrados (12,8%) no ano anterior à entrevista.







COMBATER A AIDS, A MALÁRIA E OUTRAS DOENÇAS



METAS

7. Até 2015, ter detido e começado a reverter a propagação do HIV/AIDS.

8. Até 2015, ter detido e começado a reverter a incidência de malária e de outras doenças importantes.

INDICADORES

.Proporção dos casos de HIV entre mulheres e jovens de 15 a 24 anos - 2009;

.Proporção dos casos de HIV entre mulheres e jovens de 15 a 24 anos (Feminino) - 2009.

.Taxa de mortalidade de HIV/AIDS por ano/diagnóstico (morte por 100.000 hab.)-2009.

. Número de casos de doenças transmitidas por mosquito (a cada 10 mil hab.) - 2009;

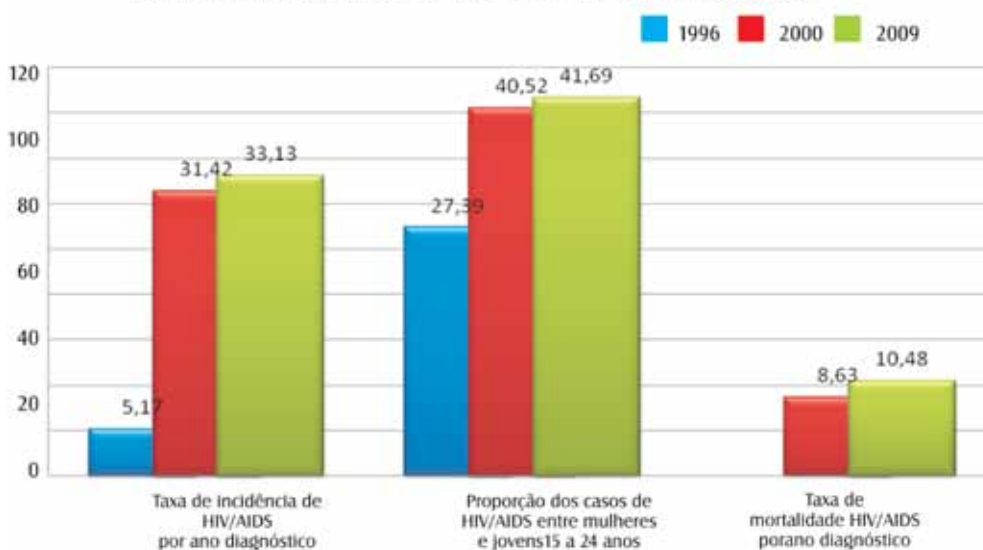
. Taxa de mortalidade de doenças transmitidas por mosquito (a cada 10 mil hab.) - 2009;

.Taxa de incidência de hanseníase (a cada 10 mil hab.)- 2009

. Taxas de mortalidade ligadas à hanseníase (a cada 10 mil hab.)- 2009

O ODM 6 tem como metas até 2015 ter detido e começam a reverter a proporção do HIV/Aids e até 2015 ter detido e começado a reverter a incidência de malária e outras doenças importantes. O Gráfico XII mostra que, até 2009, a proporção de HIV/Aids continuava aumentando, em uma elevação da taxa em quase 2 pontos percentuais em relação a 2000. No que se refere aos casos de HIV/Aids entre mulheres e jovens de 15 a 24 anos, as chances de sua incidência começar a reverter em 2015 são muito boas, a julgar pela tendência nas últimas duas décadas. Entre 1990 e 2000, a proporção dos casos passou de 27% para 40%; na década de 2000 (até 2009) este percentual praticamente estabilizou, ou aumentou discretamente. Isso significa que um esforço geral do Estado e da sociedade deverá conduzir à reversão do problema, inclusive na data prevista pela meta definida pelo ODM 6. Mesmo porque, a incidência da doença como um todo sofreu o mesmo processo de estabilização na década de 2000, o que permite esperar uma reversão (em termos relativos) nos próximos anos.

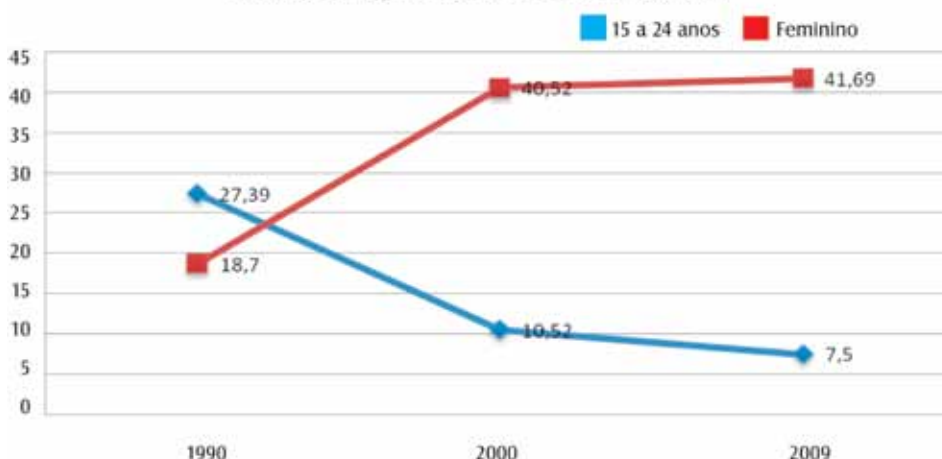
Gráfico XII
ODM 6 - Santa Catarina (%) por 100.000 habitantes



FONTE: ORBIS/DATASUS/SIM/SINASC

O Gráfico XIII mostra a ampliação e a proporção da incidência entre mulheres, mas com tendência a um processo de desaceleração; no caso da incidência entre os jovens, ocorre um recuo, ou seja, uma antecipação da meta, na medida em que está havendo uma reversão na tendência desde a década de 1990.

Gráfico XIII
Proporção dos casos de HIV/AIDS entre mulheres e jovens de 15 a 24 anos (%)

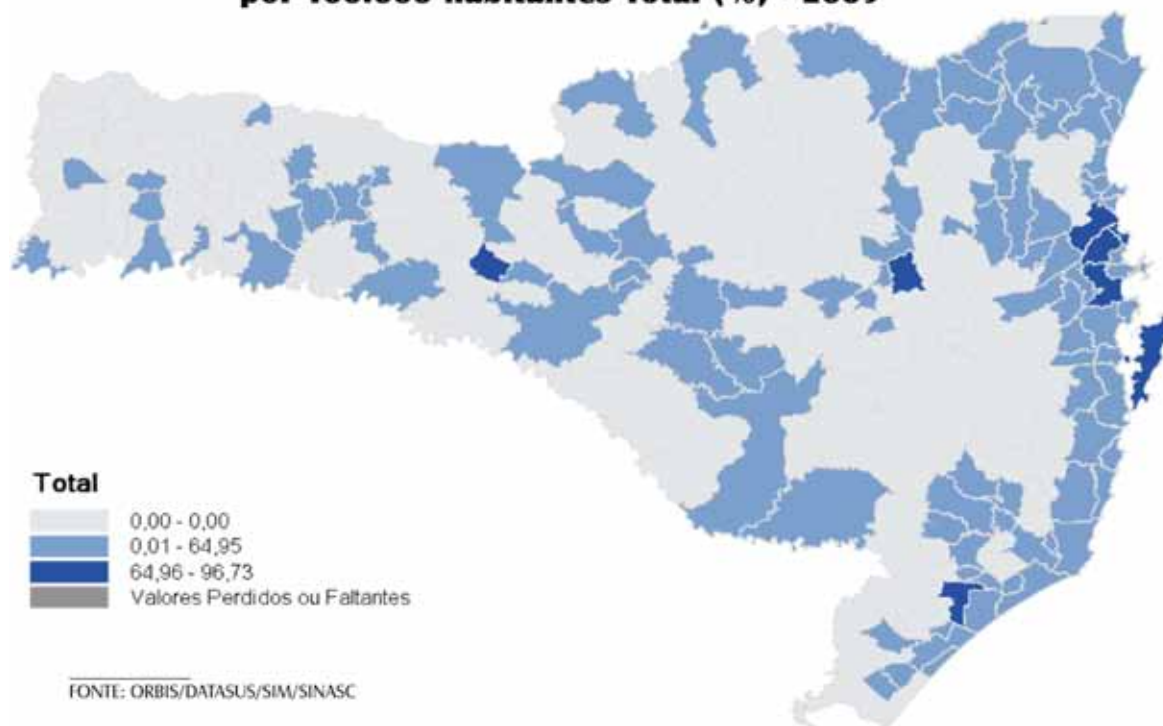


FONTE: ORBIS/DATASUS/SIM/SINAN

O Mapa XI revela que a taxa de incidência da doença no território catarinense é dramaticamente diferenciada, com vastas áreas sem incidência e áreas em que chegam a haver 96 casos por 100.000 habitantes. A proporção de casos é muito elevada no litoral catarinense, especialmente a partir da Grande Florianópolis até o Norte do Estado. Constatase também uma proporção grande na Serra Catarinense.

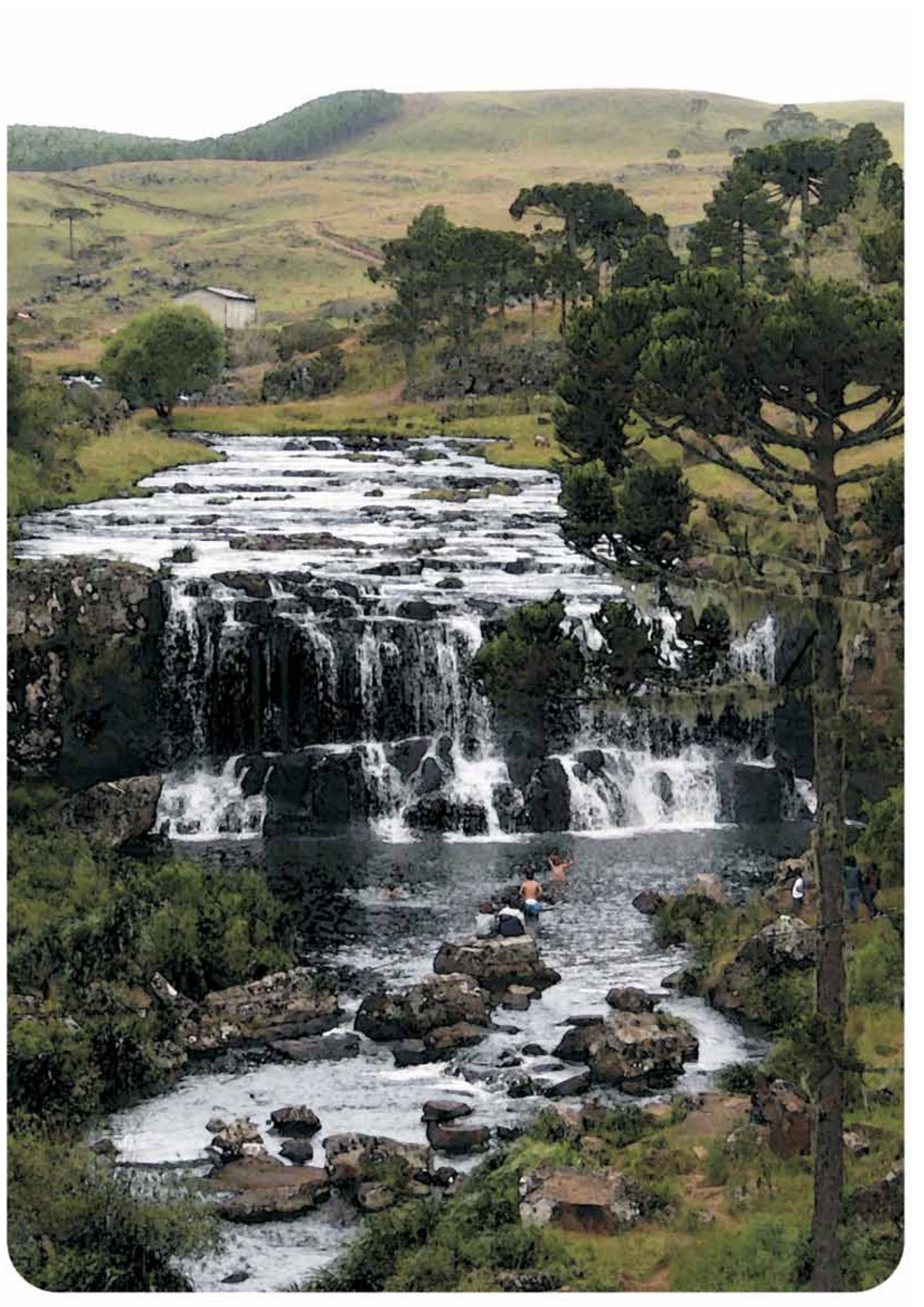
MAPA XI

Taxa de incidência de HIV/AIDS por ano diagnóstico por 100.000 habitantes Total (%) - 2009



Quanto às doenças transmitidas por mosquitos, foram registrados no Estado, em 2008, 195 casos, dentre os quais confirmados 14 de malária, 0 de febre amarela, 84 de leishmaniose e 97 notificações de dengue. A hanseníase – doença infecciosa causada por bactéria que afeta a pele e nervos periféricos – teve prevalência de 0,34 a cada 10 mil habitantes em 2006 (ORBIS).





7

QUALIDADE DE VIDA E RESPEITO PELO MEIO AMBIENTE



METAS

9. Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e reverter a perda de recursos ambientais até 2015.

10. Reduzir à metade, até 2015, a proporção da população sem acesso sustentável à água potável segura.

11. Até 2020, ter alcançado uma melhora significativa nas vidas de pelo menos 100 milhões de habitantes de bairros degradados.

INDICADORES

(não há dados disponíveis para todos os municípios)

. Proporção da população com acesso a água tratada - ligada à rede, canalizada em pelo menos um cômodo - urbano/rural.

. Proporção de pessoas com acesso a rede geral ou fossa séptica - urbano/rural;

. Proporção da população urbana vivendo em assentamentos precários (aglomerados subnormais);

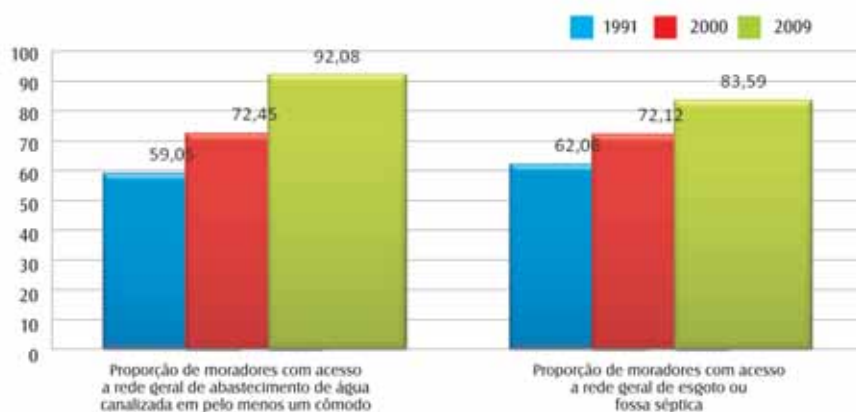
. Proporção de domicílios com regularidade fundiária - urbano/rural.

O ODM 7 tem como metas integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas nacionais e reverter a perda de recursos ambientais até 2015; reduzir à metade, até 2015, a proporção da população sem acesso sustentável à água potável segura; até 2020 ter alcançado uma melhora significativa nas vidas de pelo menos 100 milhões de habitantes de bairros degradados. O Gráfico XIV indica que a proporção de moradores com acesso à rede geral de esgoto ou fossa séptica vem crescendo gradativamente e aponta para a cobertura total em poucos anos, o que, possivelmente, vai garantir o atendimento da meta 10 do ODM no prazo definido. Em Santa Catarina a taxa de cobertura de rede geral de esgoto está entre as piores do Brasil: menos de 10% das cidades têm esgoto tratado. No entanto, a meta do ODM 7 menciona também o acesso à fossa séptica e, neste caso, a cobertura em Santa Catarina é elevada. Apesar disso, este sistema é bastante arcaico e perigoso do ponto de vista ambiental e para a saúde das pessoas. Santa Catarina deveria perseguir a universalização do acesso à rede geral de esgoto tratado, o que seria uma melhoria de qualidade de vida dos catarinenses e um grande tento marcado em prol do desenvolvimento social com preservação do meio ambiente.

Como mostra o Gráfico XIV, a situação é ainda mais positiva no que se refere ao acesso à água canalizada, que alcançou 92% dos moradores em 2009, apontando para a universalização em poucos anos.

Gráfico XIV

Proporção de moradores com acesso a abastecimento de água e fossa séptica - (%)

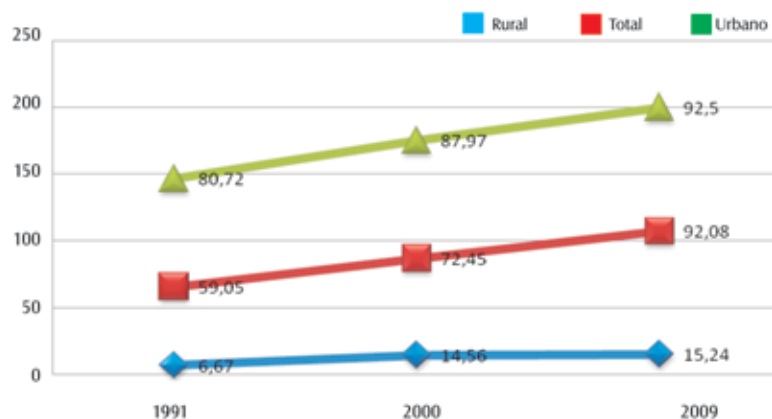


FONTE: ORBIS/IBGE

Se a cobertura no meio urbano vai bem, no meio rural, todavia, onde vive quase 20% da população catarinense, apenas 15% têm acesso à rede geral de abastecimento de água canalizada, percentual preocupantemente baixo (Gráfico XV).

Gráfico XV

Proporção de moradores com acesso a rede geral de abastecimento de água canalizada em pelo menos um cômodo - (%)

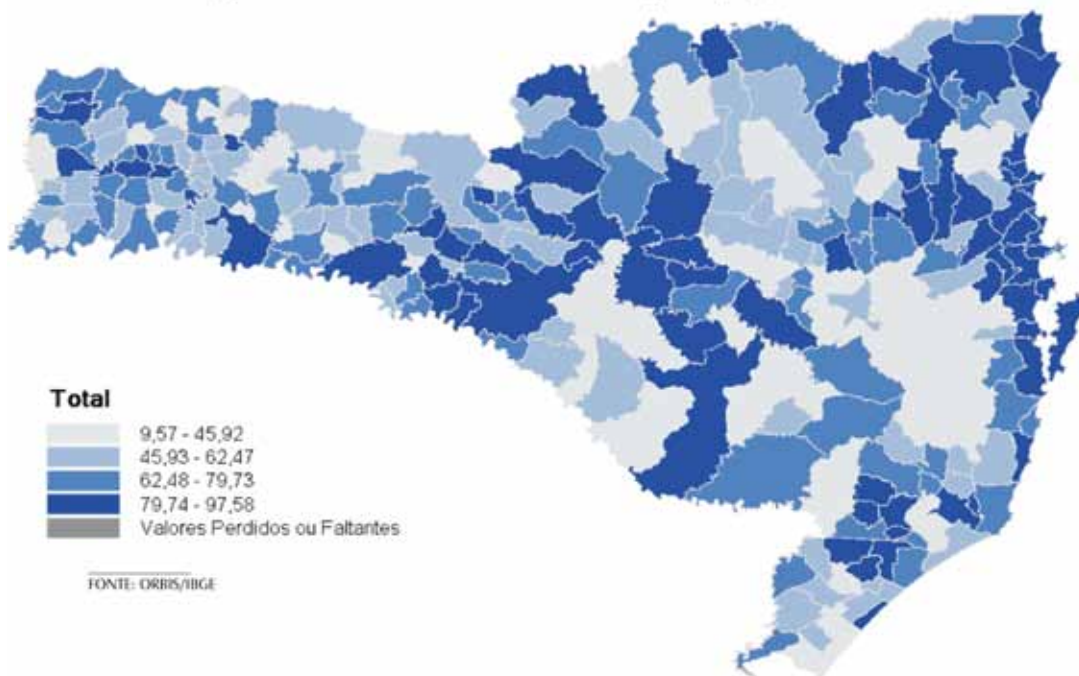


FONTE: ORBIS/IBGE

O Mapa XII mostra que, apesar de o abastecimento de água encanada ser elevado no conjunto do Estado, algumas áreas têm um nível de cobertura extremamente baixo.

MAPA XII

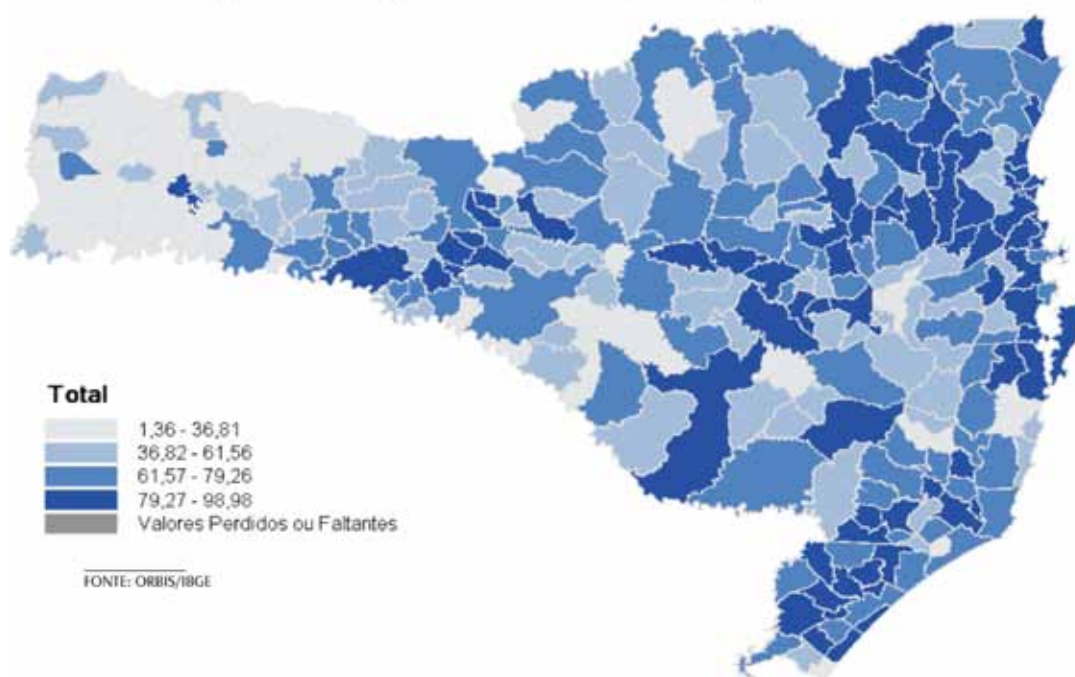
Proporção de domicílios com acesso a rede geral de abastecimento de água (%) - 2001



No acesso à rede geral de esgoto e fossa séptica a situação também é bastante desigual no Estado. No entanto, o Mapa XIII deixa evidente que o problema mais grave se encontra no Extremo-Oeste.

Mapa XIII

Proporção de domicílios com acesso a rede geral de esgoto ou fossa séptica (%) - 2001



Os setores de fornecimento de água tratada e de saneamento básico são extremamente sensíveis, pois lidam diretamente com uma necessidade fundamental da população, que tem direito constitucional ao acesso a este tipo de serviço. Como vimos, no Brasil, mais de 50% da população não tem acesso à rede de esgoto, o que representa quase 100 milhões de brasileiros sem este serviço essencial. Os indicadores do Brasil, nessa área, estão também muito distantes dos verificados nos países da OCDE, que atingiram a chamada universalização nos serviços de saneamento básico.

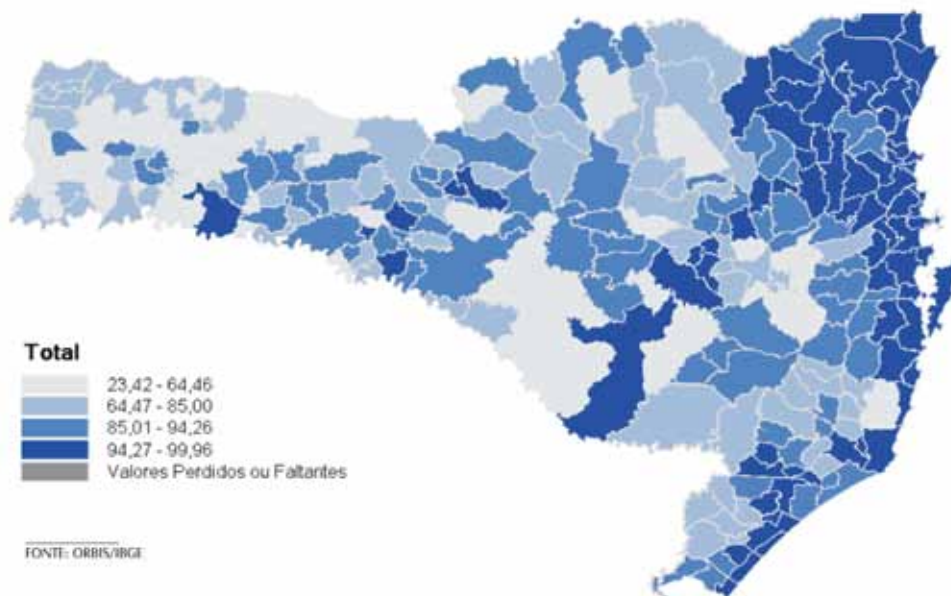
A universalização do acesso à água tratada e à rede de coleta de esgoto é um desafio brasileiro e catarinense, que transcende os limites do mercado. Não por acaso, o setor é regulado por legislação bastante complexa e abrangente. O desafio do governo estadual e municipais é dar dignidade ao conjunto da população e garantir o desenvolvimento com preservação do meio ambiente e a melhoria das condições de saúde da população. A universalização da rede de água e esgoto é uma política que exige investimentos de longo prazo, os quais, em regra, o setor privado não tem interesse em assumir.

Conforme a Lei 11.445, os municípios que fizerem a concessão dos serviços de saneamento a terceiros devem firmar um contrato com a empresa concessionária, que irá operar o sistema. No entanto, a legislação exige que, antes da concessão, os municípios elaborem Planos Municipais de Saneamento Básico. Em Santa Catarina, poucos municípios aprovaram os seus planos e a Companhia de Água e Saneamento (Casan) ainda não firmou nenhum contrato nos municípios onde atua. A empresa deve ter especial atenção no desenvolvimento de parcerias com os municípios, especialmente em torno do objetivo de chegar à universalização do serviço de saneamento básico. Este é um desafio tão significativo para o Estado, dados os seus baixos índices de cobertura, que somente um trabalho conjunto poderá oportunizar avanços significativos na área, nos próximos anos. Nos planos municipais de saneamento que forem elaborados, é importante definir os papéis dos municípios e do Estado, visando sempre melhorar o atendimento universal da população. É papel das prefeituras, por exemplo, desocupar áreas irregulares, de preservação permanente, suprimir ligações irregulares, detectar esgotos irregulares. A proporção de domicílios com irregularidade fundiária é de 5,8% (IBGE/PND). Os organismos estaduais, por sua vez, têm obrigação de realizar, nos prazos definidos, os investimentos estabelecidos pelos planos municipais de saneamento.

Conforme revela o Mapa XIV, a proporção de domicílios com acesso a serviços de coleta de lixo é mais um fator de diferenciação regional do Estado, com ótima cobertura em praticamente todo o litoral e cobertura de apenas 23% em vários pontos do Estado. Na questão da coleta do lixo, pela baixa proporção de domicílios com acesso ao serviço, e pela importância que o mesmo tem no que se refere à questão ambiental e na saúde pública, o esforço coletivo para reverter o problema terá que ser hercúleo.

MAPA XIV

Proporção de domicílios com acesso ao serviço de coleta de lixo (%)-2010



Quanto à habitação, não há dados precisos e atualizados. De acordo com os dados da Fundação João Pinheiro (2007), o déficit habitacional em Santa Catarina representava, em números absolutos, 145.363 novas moradias, número equivalente a apenas 7,6% do total de domicílios do Estado, o menor percentual em todo país. Em termos quantitativos o déficit urbano é significativamente maior que o rural, representando 86,2% da demanda total. A concentração do déficit habitacional por faixa de renda, assim como os demais Estados do país, se dá na faixa de mais baixa renda. No entanto, como Santa Catarina apresenta um percentual menor de trabalhadores na faixa que vai até 3 salários mínimos (se comparado com o demais Estados), a proporção maior do déficit habitacional está nas faixas de 3 a 5 e de 5 a 10 salários mínimos.

As principais consequências do déficit habitacional urbano, no Estado, são a coabitação familiar e o gasto excessivo com aluguel. Na área rural, o déficit habitacional se manifesta principalmente através da habitação precária. Mas a estimativa de domicílios em assentamentos precários em Santa Catarina é significativamente inferior à média nacional. Estudo realizado em 2007 pelo Centro de Estudos da Metrópole - CEM/Cebrap revelou que 1,5% dos domicílios do Estado encontram-se em aglomerados subnormais ou em setores precários.

A Constituição Federal estabelece o acesso a moradia digna como direito de todo cidadão. As aprovações de marcos legais como o Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/2001), a Lei do Fundo e do Sistema Nacional de Habitação Social (Lei Federal 11.124/2005) trouxeram para os gestores públicos uma série de instrumentos e mecanismos fundamentais que possibilitam tratar a política urbana e habitacional de maneira integrada e, de fato, como uma política de Estado.

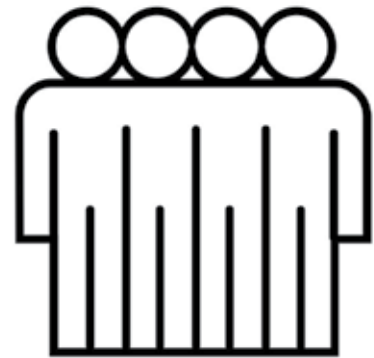
O Programa Minha Casa Minha Vida, em sua segunda etapa, irá aportar R\$ 5 bilhões em Santa Catarina, suficientes para financiar 75 mil novas moradias para famílias com renda mensal de até três salários mínimos. Os novos critérios do Minha Casa Minha Vida privilegiam os estados com taxas maiores de crescimento demográfico, o que, na Região Sul, pode beneficiar Santa Catarina, visto que o Estado apresentou crescimento populacional de 16,68%, superior aos 4,98% verificados no Rio Grande do Sul e aos 9,16% do Paraná. Segundo levantamento da Companhia de Habitação/SC (Cohab), existem no Estado cerca de 10 mil moradias localizadas em terrenos sujeitos a inundações, enxurradas ou deslizamento de encostas. A Companhia propôs recentemente agilizar a realocação das famílias em locais seguros e a reconstrução de habitações consideradas vulneráveis. Se a meta de construção de novas moradias da segunda etapa do Programa Minha Casa Minha Vida for atingida, resolverá 50% do déficit habitacional de Santa Catarina, estimado em 145 mil unidades.





8

TODO MUNDO TRABALHANDO PELO DESENVOLVIMENTO



METAS

16. Em cooperação com países em desenvolvimento, formular e executar estratégias que permitam trabalho digno e produtivo aos jovens.

18. Em cooperação com setor privado, tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, especialmente nos setores de informação e comunicação.

INDICADORES

.Taxa de emprego na faixa de 15 a 24 anos, por gênero.

. Proporção de escolas com computadores por nível de ensino;

. Proporção de escolas com acesso a internet por nível de ensino;

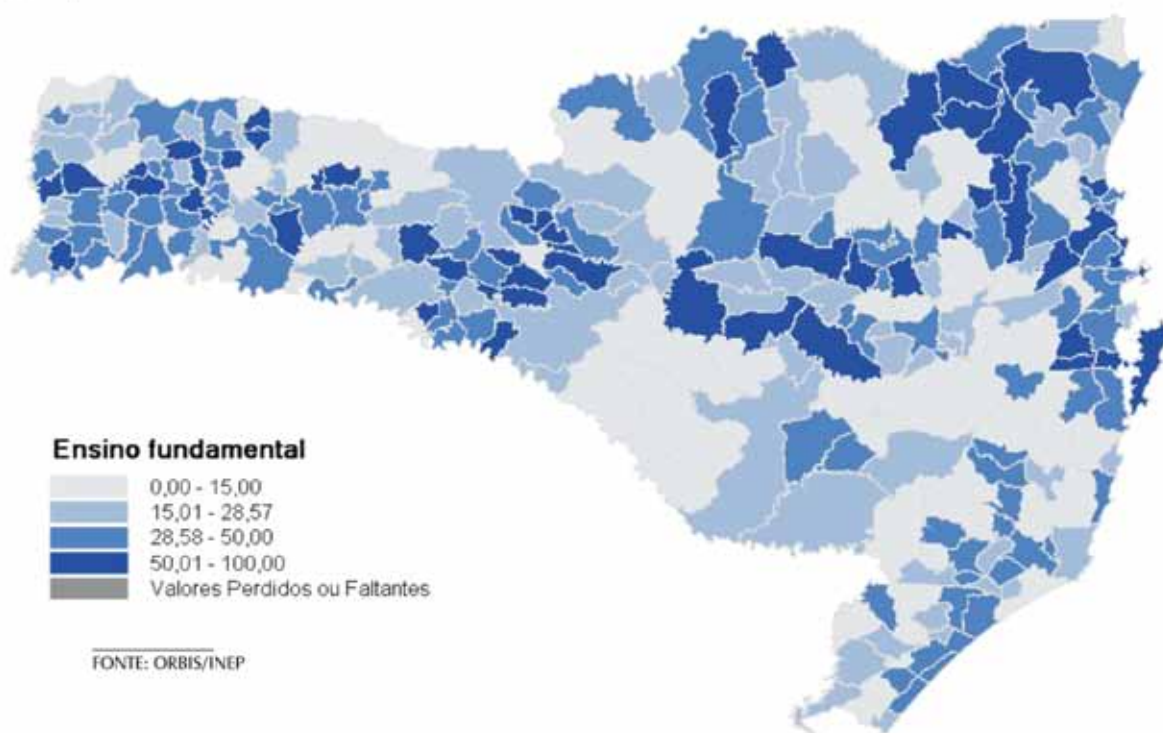
. Proporção de escolas com laboratório de informática por nível de ensino;

O Objetivo 8 tem como metas “em cooperação com os países em desenvolvimento, formular e executar estratégias que permitam trabalho digno e produtivo aos jovens” e “em cooperação com o setor privado, tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, especialmente nos setores de informação e comunicações”. Ele contempla um conjunto de metas e indicadores que envolvem cidadãos, governos, sociedade civil, empresas e organizações sociais na direção da sustentabilidade do planeta, da parceria e do trabalho em busca de melhorias na qualidade de vida de todos. Implica a promoção do acesso às tecnologias da informação e da comunicação, pela criação de redes de conhecimento e por ações educativas para a comunidade. Fortalece-se com o engajamento e o trabalho em rede. A soma de pequenas ações pode fazer uma grande diferença e mudar a sociedade.

O Mapa XV revela a situação de escolas com acesso à internet em 2005. Apesar de não haver até o momento dados mais atualizados, as diferenças regionais são marcantes, e nas regiões menos desenvolvidas este dado é ainda incipiente. O Mapa XV indica que em praticamente todas as mesorregiões do Estado há uma alta proporção de escolas com acesso à internet, indicando que o acesso é maior nos municípios maiores. A Região Serrana e o Sul são as áreas em que as proporções são menores de acesso à internet e a capital do Estado se destaca pela elevada proporção de escolas com acesso. É importante considerar que este indicador se refere aos computadores de uso administrativo da escola.

MAPA XV

Proporção de escolas com acesso a internet - Ensino fundamental (%) - 2005

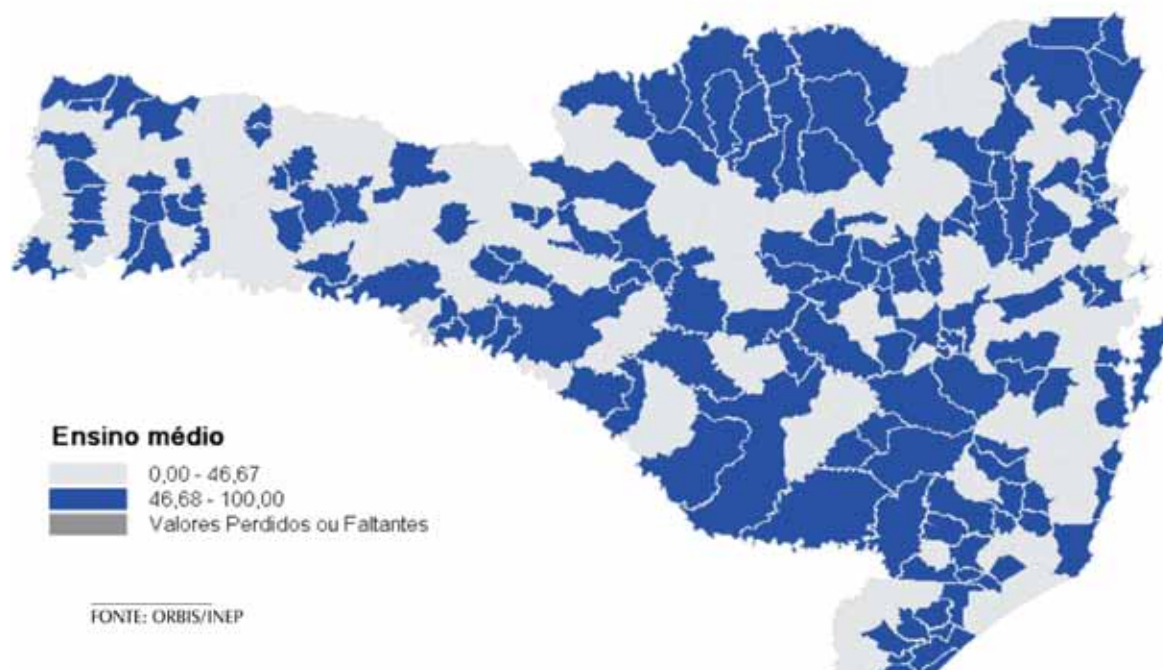


Já o acesso de crianças à internet na escola pode ser expresso pela existência de laboratórios de informática no ensino médio e deve ser uma política primordial, pois tem consequências muito positivas sobre os jovens nesta faixa etária, mais sujeitos às vulnerabilidades da vida escolar (pressão

para ingressar no mercado de trabalho, distorção idade-série, abandono escolar, etc.). O Mapa XVI (2005) indica uma diversificação do indicador e certa concentração nas microrregiões do Tabuleiro e do Norte catarinense. Em 82 municípios a proporção era de 90 a 100% de laboratórios de informática.

MAPA XVI

Proporção de escolas com laboratório de informática Ensino fundamental (%) - 2005



A meta 16 do ODM 8, que preconiza trabalho digno e produtivo aos jovens, é extremamente desafiadora, pela sua importância e pelos indicadores atuais. Em Santa Catarina, segundo a PNAD/09, vivem 1.500.000 jovens entre 16 a 29 anos, compondo uma População Economicamente Ativa (PEA) de 1.263.000. Do total da PEA, 110.000 estão desocupados, o que equivale a 8,7%. Este percentual de desocupação dos jovens é bastante superior (como o das mulheres e negros) à taxa geral no Estado, de 5,3%. Em Santa Catarina, a População Economicamente Ativa em relação à População em Idade Ativa (PEA/PIA) é, de longe, a mais elevada do Brasil, alcançando 84,2%, o que revela o catarinense como um povo extremamente laborioso (na Região Sul esta taxa é de 77,3%). Em Santa Catarina, 21,8% dos jovens estudam e trabalham (ou procuram emprego), o que dificulta o desempenho escolar desses jovens.





**Santa Catarina em
Relação aos Países da OCDE**

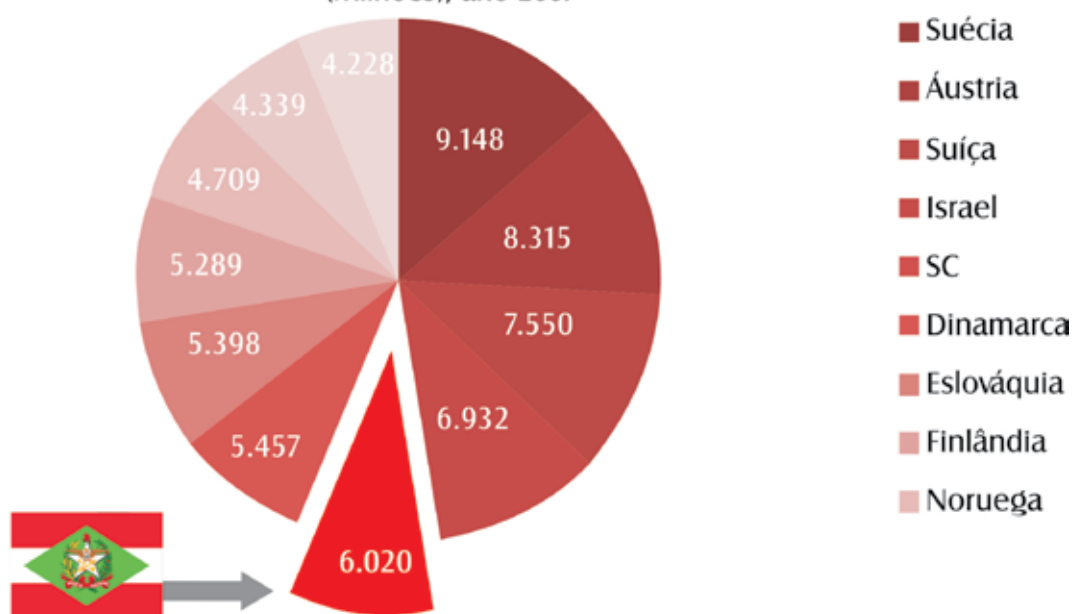


Se Santa Catarina fosse um país da OCDE, qual seria?

A Organização de cooperação e desenvolvimento econômico (OCDE) foi fundada em 1961. Originou-se da Organização Européia para a Cooperação Econômica (OECE), criada em 1948 na França para gerenciar o plano de apoio dos Estados Unidos à reconstrução da Europa, chamado Plano Marshall, logo após a Segunda Guerra Mundial. A OCDE atualmente possui 34 países membros, localizados na Europa, Ásia e nas Américas. Os parâmetros e dados dos países da OCDE servem de comparação para os indicadores de desenvolvimento porque a Organização reúne as maiores economias do mundo e os países com os maiores índices de desenvolvimento humano, como Estados Unidos, Alemanha, Reino Unido, França, Japão, Finlândia, Holanda, Bélgica, Noruega, Dinamarca, Suécia, Suíça, Itália, Austrália, Canadá, Coréia do Sul, Israel, Espanha. A OCDE também inclui alguns países com índices de desenvolvimento econômico e humano medianos, como México, Chile, Turquia, Grécia, Polônia, Irlanda, Portugal. Esta mescla reforça a importância comparativa dos indicadores da OCDE com o resto do mundo, uma vez que os dados mostram uma composição entre as economias mais avançadas e alguns países com desempenho não muito acima da média mundial. O Brasil, China, Índia, Indonésia e África do Sul são países observadores da OCDE e candidatos a fazer parte da Organização no futuro.

População de Países selecionados da OCDE e estado de Santa Catarina - BR

(Milhões), ano 2007

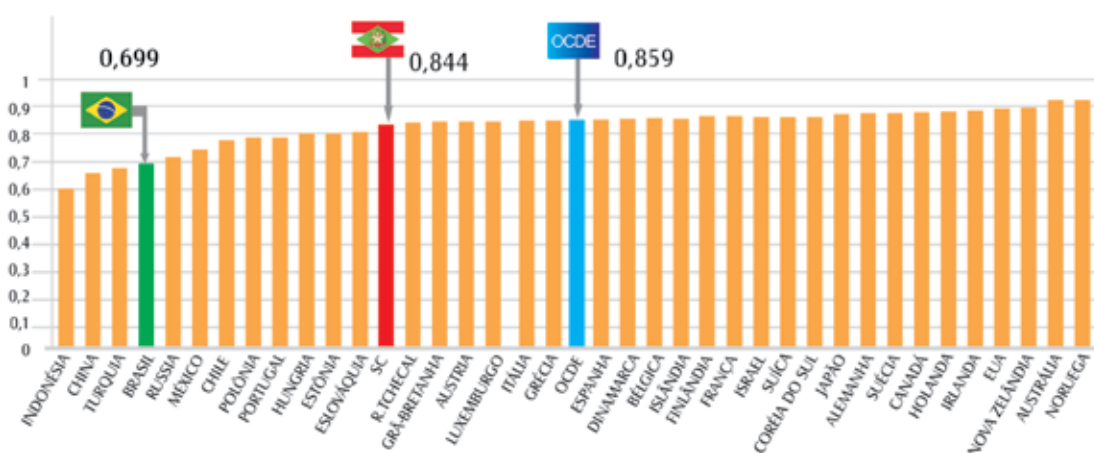


FONTE: Países: OCDE Factbook 2010: Economic, Environment and Social Statistics - Population and migration - Population - Total Population Santa Catarina: PNAD, IBGE

Comparação populacional, econômica e social do estado de Santa Catarina com países selecionados da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

O Estado de Santa Catarina estaria entre Israel e a Dinamarca em termos populacionais.

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), - Países selecionados da OCDE e estado de Santa Catarina - BR
ano 2009

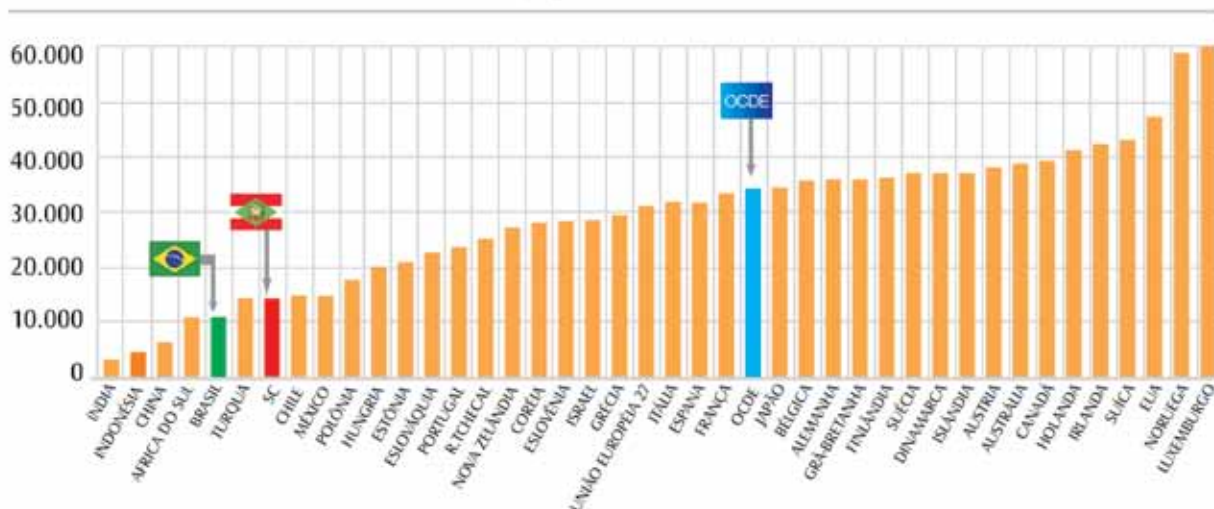


FONTE: Países:OCDE Factbook 2010: Economic, Environment and Social Statistics - Population and immigration - Population - Total population
Santa Catarina: PNAD, IBGE

Santa Catarina tem um índice de desenvolvimento humano próximo à média da OCDE. Estaria entre Eslováquia e República Tcheca.

PIB-per capita - Países selecionados da OCDE e estado de Santa Catarina - BR

US dólar a preços correntes e PPP, 2008

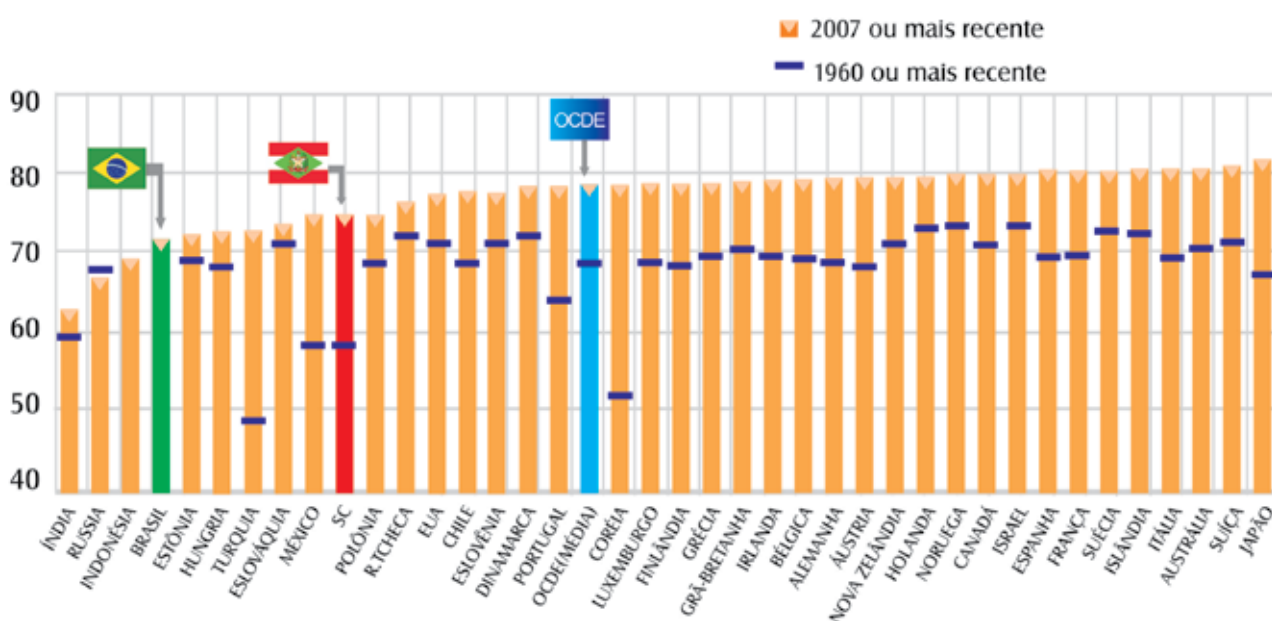


FONTE: Países:OCDE Factbook 2010: Economic, Environment and Social Statistics - Production and income - Production - Size of GDP
Santa Catarina: PNAD, IBGE - Valor em Real de 2008 convertido para Dólares PPP

Em 2008, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita de Santa Catarina, convertido para preços correntes no valor de paridade (PPP),* era de US\$ 13.961. Estava acima do Brasil, que no mesmo ano teve PIB per capita de US 10.466. Santa Catarina estava entre a Turquia (US\$13.952) e o Chile (US\$14.495). Estava bem distante do valor médio do PIB per capita dos países da OCDE, que era de US\$ 33.732. O PIB per capita de Santa Catarina era menos da metade do valor médio dos países da OCDE.

Esperança de vida ao nascer - Países selecionados da OCDE e estado de Santa Catarina - BR

US dólar a preços correntes e PPP, 2008



FONTE: Países:OCDE factbook 2010: Economic, Environmentt and Social Statistics

Santa Catarina: PNAD, IBGE -*Santa Catarina e Brasil ano de referência 2009, **Santa Catarina e Brasil ano referência 1970

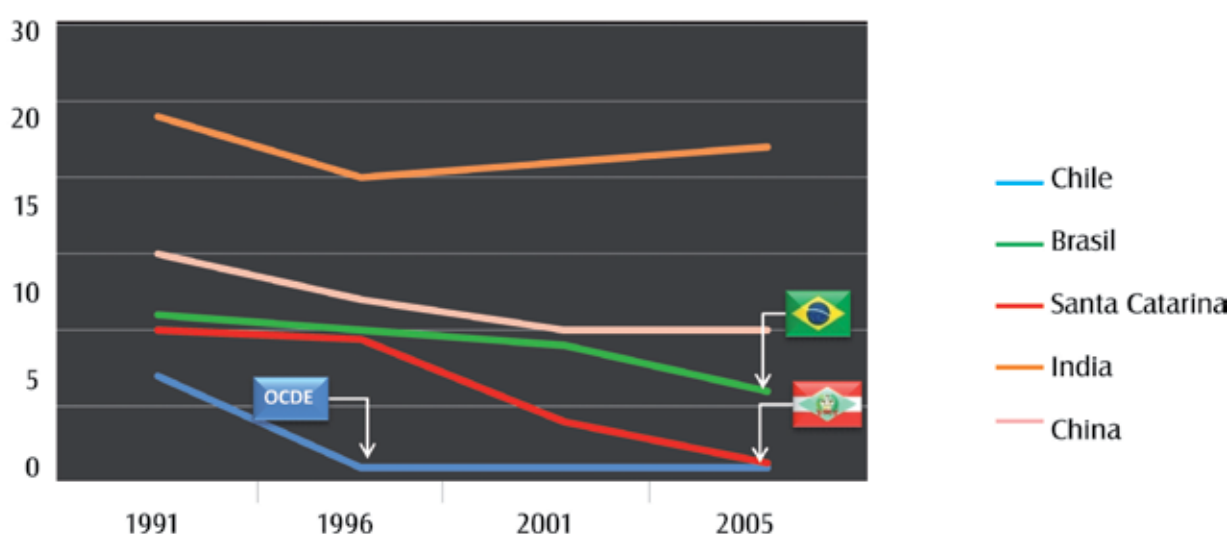
Os dados revelam uma grande evolução no índice de esperança de vida entre 1960 e 2007, tanto no Brasil, como em Santa Catarina. O índice de Santa Catarina é menor do que a média da OCDE, ficando entre o México e a Polônia.

Comparação de indicadores selecionados de algumas metas dos Objetivos do Milênio entre o estado de Santa Catarina e a média dos países da OCDE.

Comparação dos ODM

População Subnutrida

Proporção da população abaixo do nível mínimo de calorias consumidas, 1991-2005 ou mais recente
Países selecionados, Brasil e estado de Santa Catarina



FONTE: Países: United Nations Statistics Division, Department of Economic and Social Affairs, Millenium Development Goals Indicators
Santa Catarina: Ministério da Saúde. SIAB-DataSus

Meta 1-C, reduzir pela metade o número de pessoas subnutridas até 2015.

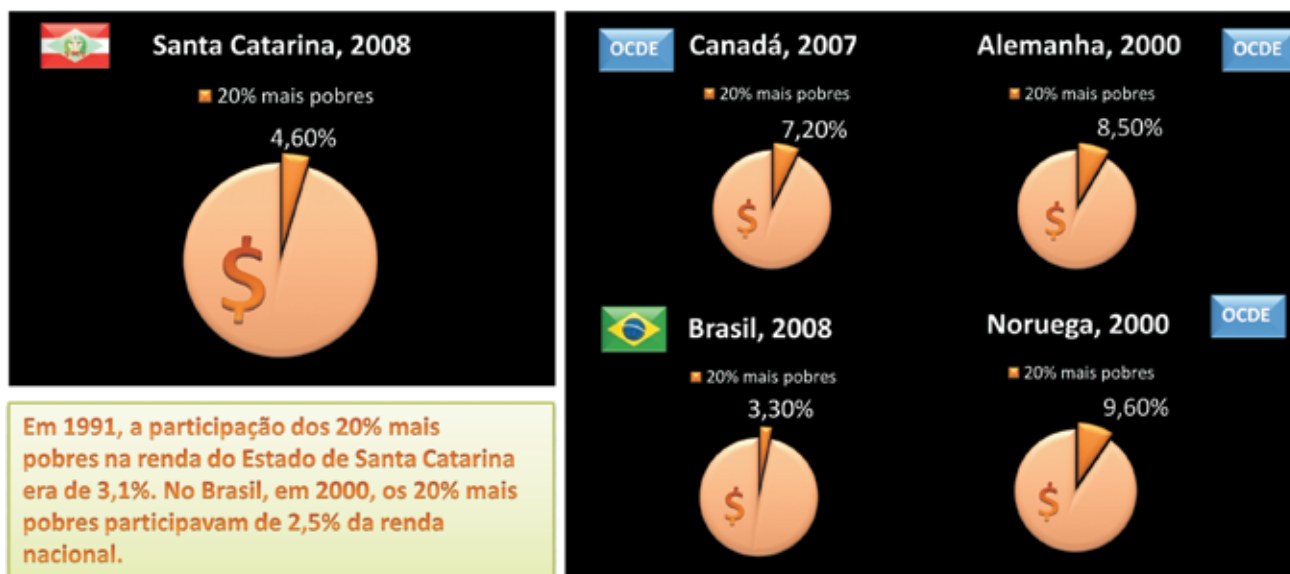
Os dados para os países da OCDE são estimativas. A média da OCDE é de menos de 5% da população abaixo do nível mínimo de calorias ingeridas. Os países desenvolvidos que fazem parte da OCDE já tinham este índice de menos de 5% desde antes de 1991. O Chile, que faz parte da OCDE, foi utilizado aqui como comparação de país latino-americano que já em 1996 havia alcançado o índice médio da OCDE. Reduziu a subnutrição de 7% da população em 1991 para menos de 5% em 1996.

O Brasil tem mostrado uma tendência de redução neste indicador desde 1991. O Estado de Santa Catarina teve um ritmo de redução mais intenso que a média do Brasil. Em 2001, o Estado já havia atingido a média da OCDE e chegou em 2005 com 1,3% da população ingerindo menos calorias que o recomendado pela ONU. Não consta do Gráfico, mas, de acordo com os dados do SIAB-Datasul (relatório do Milênio-SC), em 2008 o indicador já havia sido reduzido para menos de 1% da população. O Brasil está dentro da Meta prevista para o Objetivo, mas ainda acima da média da OCDE.

Como termo de comparação, a China e a Índia apresentavam indicadores que demonstram dificuldades destes países em alcançar a meta no prazo previsto.

Participação dos 20% mais pobres na renda

2000 ou mais recente
Países selecionados da OCDE, Brasil e estado de Santa Catarina



FONTE: Países: United Nations Statistics Division, Department of Economic and Social Affairs. Millenium Development Goals Indicators
Santa Catarina: IBGE, PNAD

Meta 1-A: Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção das pessoas cujo rendimento é inferior a um dólar por dia.

O indicador de participação do quintil mais pobre no total da renda não informa diretamente a redução das pessoas que vivem com menos de um dólar ao dia. Mas dá uma dimensão de como a renda é distribuída no país ou Estado. Quanto menor a renda apropriada pelo quintil mais pobre, maior a probabilidade de pessoas vivendo com menos de um dólar ao dia. Da mesma forma, quanto menos pessoas vivendo com menos de um dólar, provavelmente, mais distribuída será a renda na região.

Os dados possuem datas diferentes porque os indicadores da OCDE para renda e pobreza não são atualizados como os dos demais países. A participação dos 20% mais pobres na renda brasileira em 2008 era quase um terço menor do que a participação deste quintil na Noruega no ano de 2000. No Estado de Santa Catarina, os 20% mais pobres aumentaram a sua participação na renda de 3,1% em 1991 para 4,6% em 2008. No entanto, esse índice ainda está longe do padrão verificado nos países desenvolvidos.

O Chile é um país de destaque na OCDE. Aumentou a participação dos 20% mais pobres de 3,5% da renda do país em 2000 para 8,6% no ano de 2008.

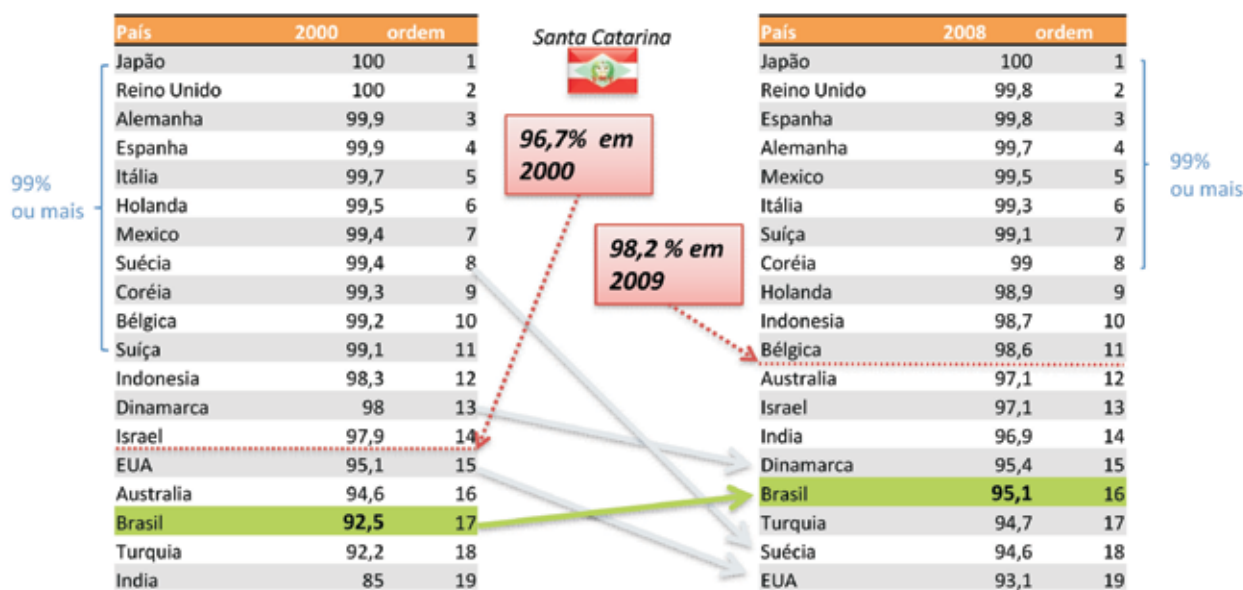
Nos países mais desenvolvidos da OCDE, houve uma redução na taxa líquida de escolaridade do ensino fundamental entre 2000 e 2008. A taxa líquida é calculada através do número de alunos matriculados com idade adequada para aquela série, dividido pelo número total de alunos com idade adequada para a série. A Suécia e a Dinamarca são exemplos bem destacados, conforme se observa no Gráfico. Os dois países estão próximos da taxa brasileira. A redução na taxa de escolarização líquida dos Estados Unidos também é um fator de destaque.

O Brasil aumentou o número de crianças matriculadas no ensino fundamental. A taxa líquida de escolaridade subiu 3,4% ao longo da década. Santa Catarina possuía em 2000 uma taxa líquida de escolarização para o ensino fundamental 4,6% superior que a nacional. Em oito anos, o avanço do Brasil não conseguiu ainda alcançar a taxa do Estado.

Santa Catarina tinha uma taxa de escolarização alta em relação ao Brasil e outros países como Turquia, Índia, Austrália e Estados Unidos, embora ainda estivesse distante da maioria dos países desenvolvidos, que tinham taxa de escolaridade de 99% ou mais. Entre 2000 e 2009, o Estado de Santa Catarina avançou 1,5% na taxa de escolaridade, aproximando-se mais dos países desenvolvidos da OCDE. O avanço de Santa Catarina foi menor que a média do Brasil (4,6%), justamente porque o percentual já era mais elevado do que a média nacional. Para alcançar a meta de 100% de crianças no ensino fundamental, Santa Catarina tem de aumentar a taxa de escolarização em mais 1,8%, ou seja, mais do que avançou entre 2000 e 2009.

Taxa líquida de escolarização no Ensino Fundamental

Brasil e Países selecionados - 2000 e 2008



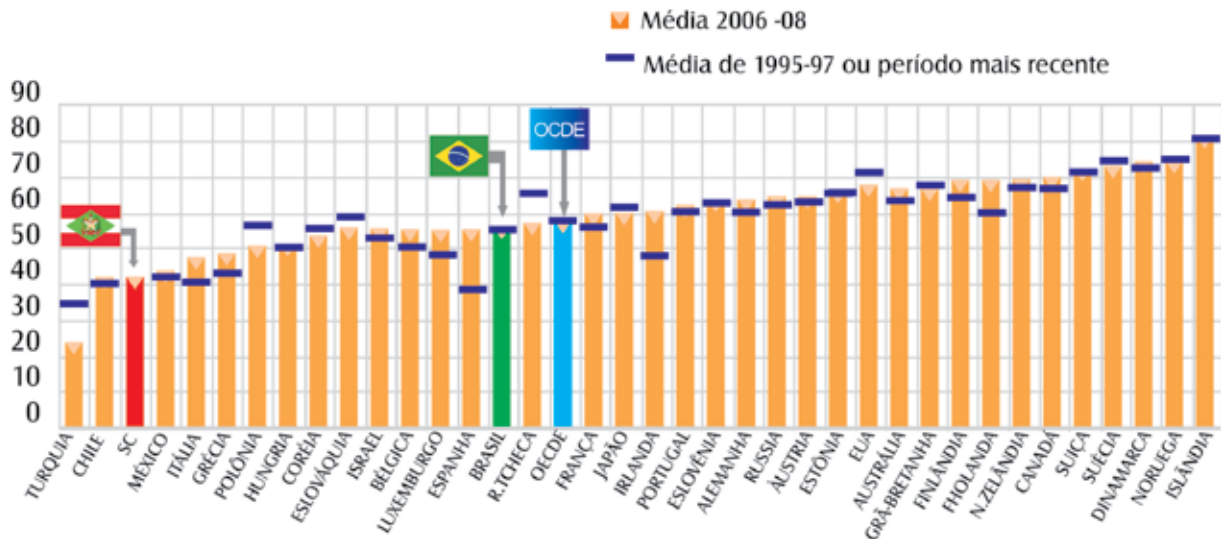
FONTE: Países: United Nations Statistics Division (UNPD), population data
 Santa Catarina: Fonte: MEC/INEP para 2000. IBGE, PNAD para 2009

Meta: garantir que, até 2015, todas as crianças, de ambos os sexos, terminem o ensino fundamental.

Santa Catarina está bem aquém do Brasil e da média da OCDE, aproximando-se do Chile e do México. Polônia, Eslováquia, República Tcheca e Estados Unidos tiveram uma piora no índice entre 1995-7 e 2006-8.

Taxa de emprego feminino

Porcentagem de mulheres em idade de trabalhar efetivamente ocupadas entre 2006 e 2008

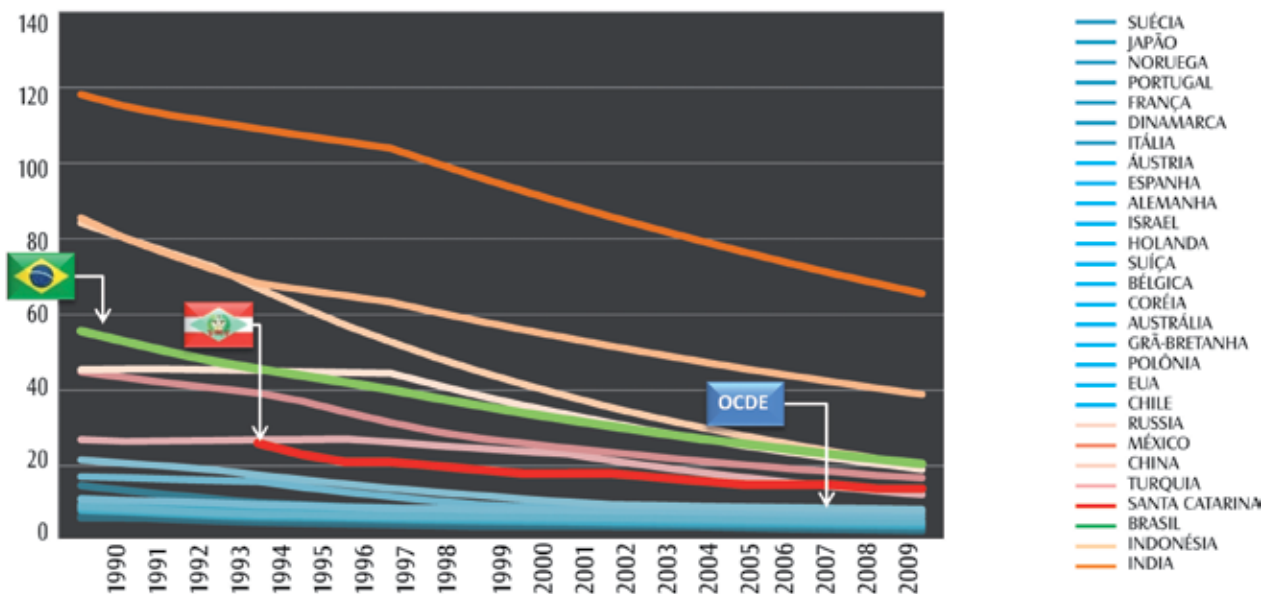


FONTE: Países:OCDE Factbook 2010: Economic, Environment and Social Statistics - Labour employment and hours worked - Employment rates Santa Catarina: PNAD, IBGE

O Brasil e Santa Catarina tiveram uma redução ao longo do período, mas ainda estão acima em relação ao conjunto de países que formam a OCDE.

Taxa de Mortalidade em menores de 5 anos (por mil nascidos vivos)

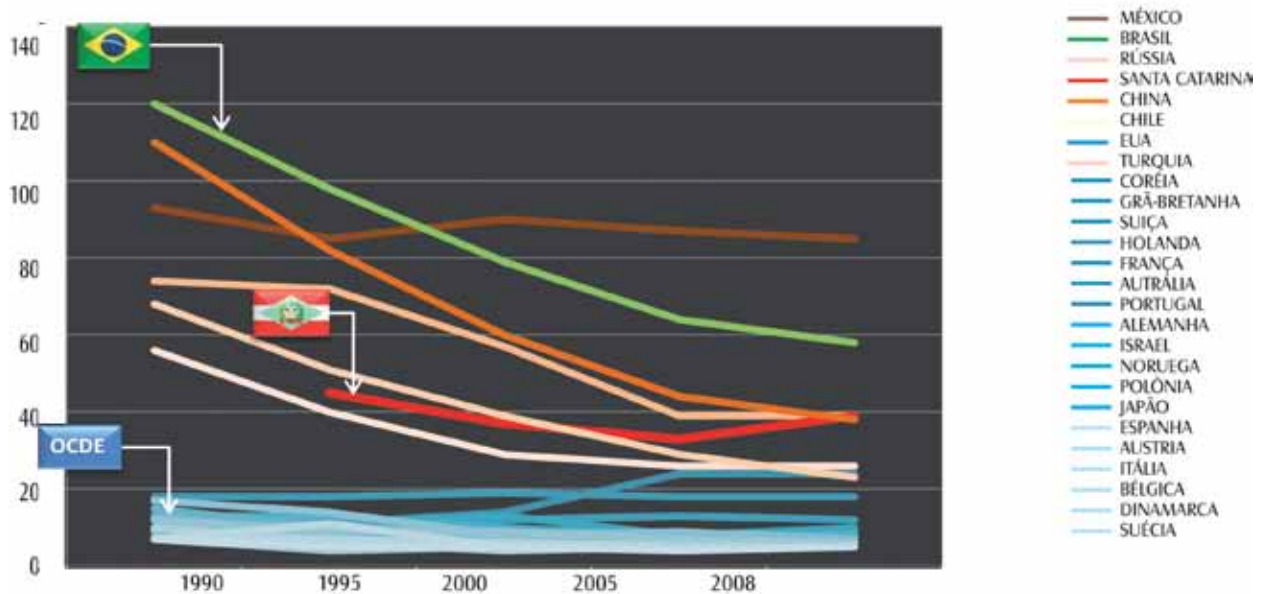
Países seleccionados, Brasil e estado de santa Catarina, 1990-2009



FONTE: Países:United Nations Statistics Division (UNPD), population data Santa Catarina: Ministério da Saúde. SIAB-DataSus

Taxa de Mortalidade Materna (por mil)

Países seleccionados, Brasil e estado de santa Catarina, 1990-2008

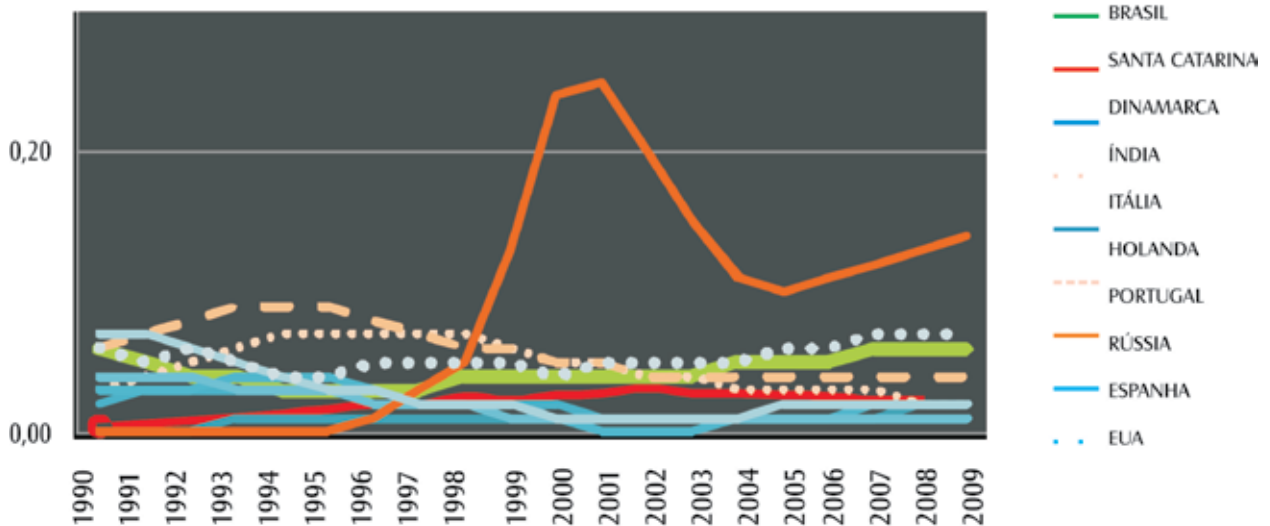


FONTE: Países: Trends in Maternal Mortality: 1990-2008. WHO/UNICEF/UNFPA/WB Santa Catarina: Ministério da Saúde. SIAB-DataSus

O indicador em Santa Catarina está bem aquém do Brasil e da média da OCDE. Aproxima-se do Chile e do México. Polônia, Eslováquia, República Tcheca e Estados Unidos apresentaram uma piora no índice entre 1995-7 e 2006-8.

Incidência de casos novos de AIDS

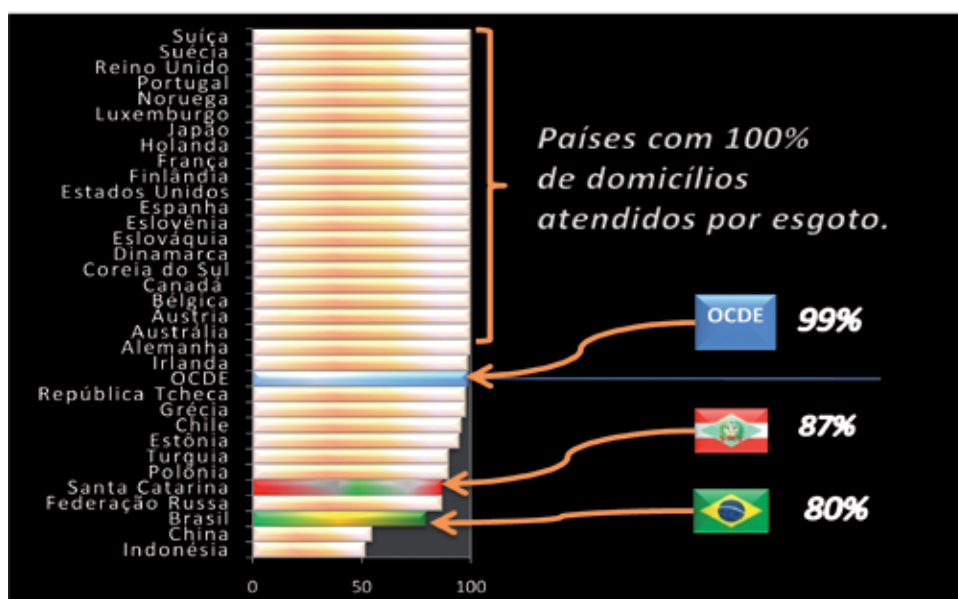
Brasil, Santa Catarina e Países Seleccionados (casos por 10 mil habitantes) entre 1990-2009



FONTE: Brasil e Santa Catarina: IBGE/Censos demográficos, contagem populacional e projeções e estimativas Ministério da Saúde/SVS/Programa nacional de DST/AIDS
 FONTE PARA PAÍSES: United Nation Program On HIV/AIDS

O Estado de Santa Catarina tem sob controle o número de casos novos de AIDS. O Brasil apresenta uma ligeira alta no último triênio. Os países da OCDE que mais têm incidência de novos casos de AIDS têm reduzido bastante este número, sobretudo a partir de 2000.

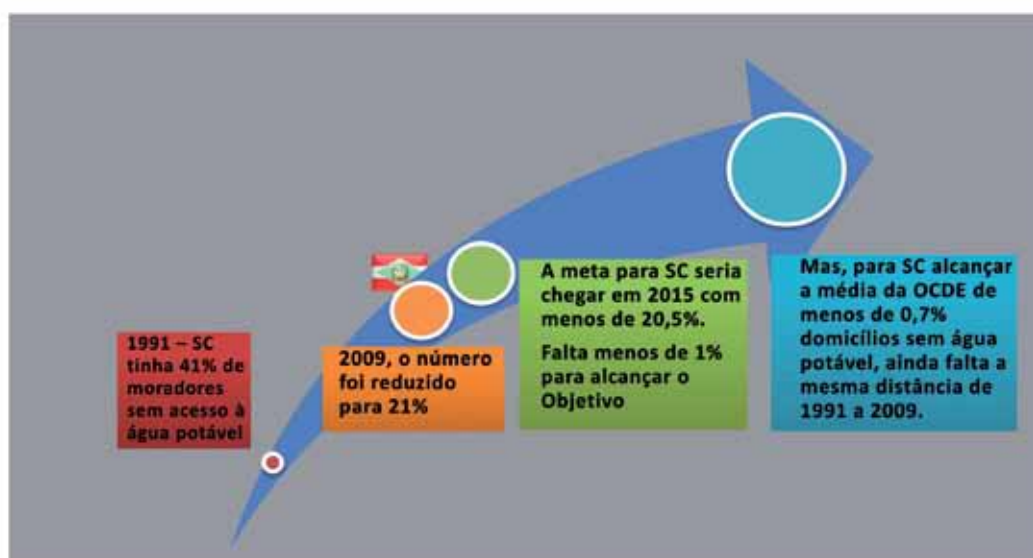
Proporção da população urbana com melhores condições de saneamento



FONTE: Países:United Nations Statistics Division Department of Economic and Social Affairs, Millennium Development Goals Indicator - 2010. Acesso em julho 2011.IBGE, PNAD 2009.

Apesar de uma cobertura acima da média brasileira, o Estado de Santa Catarina ainda está aquém da média da OCDE, que é de 99% de domicílios atendidos por esgoto (rede de esgoto propriamente ou fossa séptica).

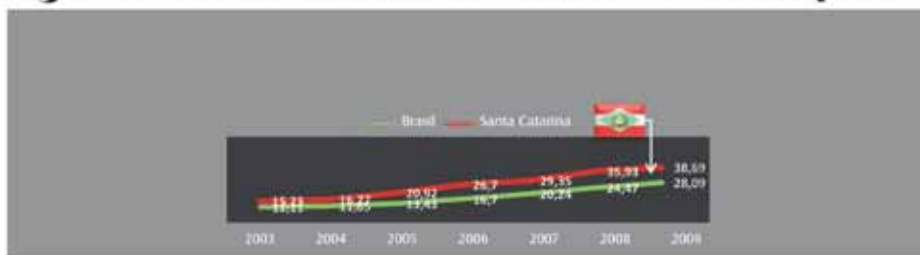
Proporção de População Urbana com Melhores Condições de Saneamento



FONTE: Países:United Nations Statistics Division Department of Economic and Social Affairs, Millennium Development Goals Indicator - 2010. Acesso em julho 2011.IBGE, PNAD 2009.

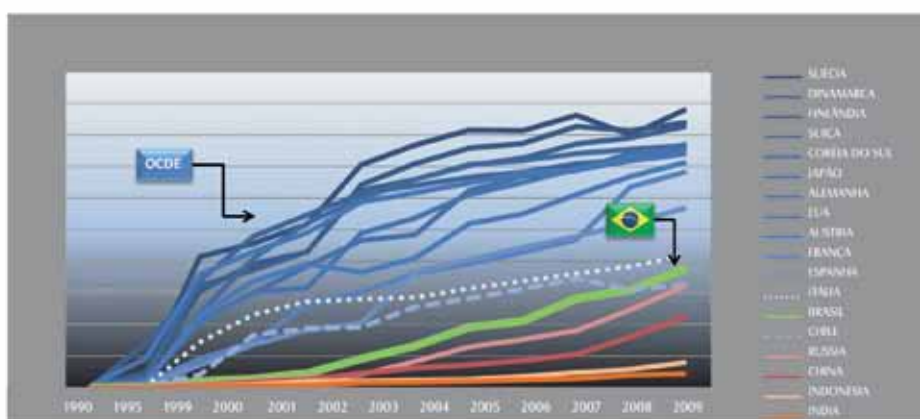
Santa Catarina já havia alcançado 95% da meta 2 do objetivo 7, no relatório de 2010. Em 1991 o Estado tinha 41% de moradores sem acesso à água potável. A meta era reduzir este número pela metade até 2015. Em 2009, Santa Catarina já havia reduzido para 21% de moradores sem acesso à água potável.

Porcentagem de Moradores em Domicílio com microcomputador e Internet



Usuários de Internet por 100 habitantes

Países selecionados, Brasil - 1990-2008



FONTE: Países: United Nations Statistics Division Department of Economic and Social Affairs, Millennium Development Goals Indicator - 2010. Acesso em julho 2011. IBGE, PNAD 2009.

O Objetivo 8 diz respeito à cooperação para o desenvolvimento. As metas e indicadores propostos pela ONU para os países dizem respeito mais à abertura de investimentos, incentivo à cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Um dos indicadores que permitem averiguar o grau de inserção de um país ou região neste processo é o acesso à internet. Os dados da ONU e do Brasil, coletados pela PNAD-IBGE, são diferentes. Por isso, são mostrados aqui em dois Gráficos.

Pelos dados de usuários por 100 habitantes (indicador da ONU), o Brasil demonstrou um rápido crescimento no acesso à internet ao longo do período que vai de 1990 a 2008. Ficou à frente da Rússia, Índia e China, mas ainda atrás da maioria dos países da OCDE. Enquanto o Brasil tinha 37,52 usuários com acesso pela internet para cada 100 habitantes, a maioria dos países da OCDE estavam com um índice de 68 a 87 usuários em cada 100.

Para podermos comparar com o Estado de Santa Catarina, pode-se verificar que entre 2003 e 2009 (quadro menor acima), a porcentagem de moradores que residiam em domicílios com microcomputador e acesso à internet aumentou de 15,23% a 38,69%. Este número é quase 38% a mais do que a média brasileira (28,09%).

Com este dado, pode-se fazer uma suposição indireta de que o Estado de Santa Catarina teria um número de usuários por 100 habitantes acima da média brasileira. Pode-se estimar que Santa Catarina tivesse em 2009 um número perto de 50 usuários por 100. Ainda assim, este número seria inferior ao da Espanha, que em 2009 tinha 56,74 usuários para cada 100 habitantes.



Considerações e Recomendações



CONSIDERAÇÕES...

Embora não estivesse previsto propor ações para o alcance dos Objetivos do Milênio, neste estudo, face à situação descrita, nos sentimos na responsabilidade de apresentar algumas sugestões gerais e específicas ao governo do Estado e para o conjunto da sociedade no sentido de auxiliar Santa Catarina a alcançar e superar os Objetivos do Milênio. De antemão o Movimento Nós Podemos Santa Catarina e as organizações filiadas se colocam à disposição para cooperar nesta valiosa mobilização em prol da melhoria das condições de vida da população catarinense.

Conforme descrito ao longo deste relatório, Santa Catarina vem apresentando desempenho razoável no alcance das metas dos Objetivos do Milênio, mais ou menos acompanhando a evolução dos indicadores no Brasil, na última década. Contudo, alguns pontos podem ser destacados com o objetivo de rever a definição de metas de longo prazo, com vistas à eliminação de problemas que ainda persistem.

O Estado apresentou redução superior a 50% no número de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza e da linha de indigência, fazendo com que o Estado tenha atingido a meta 1 dos Objetivos do Milênio com antecedência. Tomando-se como critério de pobreza a parcela da população que vive com rendimento médio inferior ou igual a meio salário mínimo (indicador 1 da Meta 1 dos ODM), Santa Catarina é um dos Estados com menor percentual de pobres no Brasil. Em 2009, 2,91% da população catarinense viviam com renda nesta faixa de pobreza, o correspondente a cerca de 156 mil pessoas. Apesar do avanço nesse campo, como o objetivo da Meta 1 é erradicar a extrema pobreza e não mantê-la proporcionalmente baixa em relação à população total do Brasil, Santa Catarina ainda tem que realizar ações concretas de combate à extrema pobreza para efetivamente cumprir a primeira meta dos ODM.

Os dados relativos à pobreza mostram, inclusive, que falta muito para o Estado alcançar satisfatoriamente o ODM 3 (Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia da mulher): entre os que vivem em Santa Catarina com até meio salário mínimo, o percentual de mulheres é quase o dobro do verificado entre os homens.

Conforme observado no relatório, a participação feminina no mercado de trabalho formal aumentou no Estado entre 1990 e 2010, embora a menor proporção do rendimento feminino em relação ao masculino (cerca de 70% do rendimento masculino, segundo a RAIS), tenha permanecido quase a mesma ao longo de todo o período. Ao se verificar mais de perto a qualidade do emprego formal gerado, através da natureza do contrato de trabalho, observa-se que Santa Catarina possui uma proporção inversa de homens e mulheres com contratos permanentes e temporários. Segundo a RAIS, 57% dos vínculos de tempo indeterminado são ocupados por homens, ficando 43% para as mulheres. As mulheres recebem menos que os homens, têm menos empregos, estão mais presentes na população que vive com até meio salário mínimo e a maior parte das mulheres que estão empregadas têm maior presença em trabalhos com vínculos temporários ou com vínculos por prazo determinado em Santa Catarina. Estes dados mostram que ainda há um longo caminho para o Estado transformar o aumento da taxa de escolaridade feminina em maior renda e melhor qualidade de empregos.

Em relação às Metas 10 e 11 (saneamento e acesso a água potável), o quadro de Santa Catarina revela que vários avanços ainda se fazem fundamentais. O Estado segue o Brasil no aumento de domicílios com acesso a esgotamento sanitário e água tratada. Contudo, observa-se ainda um aumento no número de famílias no Estado que recebem abastecimento de água por outros meios que não a rede domiciliar estabelecida da Casan (domicílios que se abastecem com água de chuva, carro-pipa, água apanhada em fonte pública, poço ou bica fora do domicílio). Além de ter aumentado, este número é bem elevado se comparado aos demais Estados da Região Sul. A taxa de cobertura de rede geral de esgoto está entre as piores do Brasil

- menos de 10% das cidades têm esgoto tratado. A situação só não é mais grave porque a cobertura no Estado de fossa séptica é elevada. Mas, como se sabe, este sistema é bastante atrasado e perigoso do ponto de vista da saúde pública. Conforme observamos anteriormente, Santa Catarina deveria perseguir a universalização do acesso à rede geral de esgoto tratado, medida que significaria um grande avanço em termos de desenvolvimento social com preservação do meio ambiente.

Olhando adiante

O Estado tem bons indicadores de qualidade de vida em relação à média observada no Brasil. Está perto ou já ultrapassou a meta em vários Objetivos do Milênio. Mas ainda está aquém de prover qualidade de vida aos cidadãos do Estado, conforme o padrão que outros países já alcançaram. Por exemplo, a expectativa de vida de Santa Catarina em 2007 era bem maior do que a média do Brasil, mas equivalia à expectativa de vida observada no Canadá, França, Noruega, Suécia e Dinamarca em 1970, há mais de quarenta anos.

O mesmo fenômeno ocorre com outro indicador importante, a taxa de mortalidade infantil. O Brasil e Santa Catarina, em especial, vêm observando uma redução regular anual na taxa de mortalidade infantil desde os anos 1970. Contudo, a taxa de Santa Catarina em 2008, equivalente à do México em 2007, ainda estava bem acima dos países desenvolvidos que fazem parte da OCDE. Se tomarmos a renda nacional como parâmetro, através do Produto Nacional Bruto per capita (comparado pelo índice de paridade do poder de compra definido pelo Banco Mundial), Santa Catarina está entre países como Chile e Turquia, que têm renda apenas média. Fica evidente, portanto, que ainda há um longo caminho a ser trilhado para que o Brasil e Santa Catarina possam não só atingir metas de redução proporcionais de pobreza e atendimento básico, mas superá-las na direção dos indicadores dos países mais adiantados. Infelizmente identificamos que, de um modo geral, Santa Catarina está muito distante do desenvolvimento dos países europeus. No entanto, dispomos de ótimas condições para avançar rapidamente, nos aproximando do excelente desempenho social e ambiental de alguns destes países. Para tanto, seria recomendável que o governo de Santa Catarina iniciasse um diálogo com o conjunto da sociedade (prefeituras, empresas, trabalhadores, universidades, sociedade civil entre outros), visando construir uma agenda na qual o conjunto desses atores pudesse estabelecer metas comuns de longo prazo.

Em todo o mundo, as referências são de que melhorias significativas nas áreas do emprego e da renda possibilitaram avanços no indicadores sociais como um todo. Por isso, visando que as metas dos ODM sejam atingidas mais rapidamente, fazemos as seguintes recomendações gerais e específicas:

Recomendações Gerais

1- COMPROMISSO MÍNIMO: é fundamental que o governo de Santa Catarina adotasse os Objetivos do Milênio como compromisso mínimo de governo e contribuísse para a mobilização estadual para o alcance das metas traçadas pela ONU. Em decorrência, seria importante que o governo de Santa Catarina adotasse princípios do desenvolvimento sustentável como norteadores das demais políticas estaduais e setoriais. Entendemos como desenvolvimento sustentável a aproximação do econômico com o social e ambiental. Se as demais esferas do poder público estadual adotarem estes princípios, o resultado será imensamente potencializado, facilitando o alcance

...RECOMENDAÇÕES

CONSIDERAÇÕES...

dos Objetivos do Milênio e pavimentando o terreno para melhor enfrentar os desafios do século XXI;

2- PARCERIA COM OS MUNICÍPIOS: os Objetivos do Milênio só serão alcançados na plenitude se houver uma intensa cooperação com o conjunto dos setores da sociedade catarinense, em especial com as prefeituras municipais. Os principais desafios para alcançar os Objetivos do Milênio estão em algumas regiões do Estado e, sobretudo nos bairros menos assistidos das principais cidades. Portanto, é condição essencial para o êxito das Metas do Milênio o diálogo e a parceria com as autoridades locais, organizando em cada município um comitê local dos ODM;

3- PRIORIZAR AS REGIÕES MENOS FAVORECIDAS: no mesmo sentido, os Objetivos do Milênio só serão alcançados ou superados se também houver a mobilização e a priorização para as regiões menos favorecidas e com mais problemas, identificadas ao longo deste estudo. Especialmente nestas regiões, deve-se reforçar o direcionamento para os segmentos sociais mais desassistidos: mulheres, mulheres negras, quilombolas, agricultores familiares, assalariados temporários, catadores de lixo entre outros. Santa Catarina pode ser um Estado modelo em desenvolvimento econômico, social e ambiental, se houver mais equilíbrio e apoio às regiões;

4- SANTA CATARINA SEM POBREZA: recentemente o governo de Santa Catarina, juntamente com o do Estado do Rio Grande do Sul e o do Paraná, assinaram um pacto para erradicar a miséria na região Sul em parceria com o governo federal, com o compromisso de retirar cerca de 16 milhões de brasileiros dessa condição até 2014. Em Santa Catarina são cerca de 102 mil pessoas recebendo menos que R\$ 70/mês (critério de pobreza adotado pelo Plano Brasil Sem Miséria). É possível erradicar a pobreza em SC até 2014 se este pacto for um compromisso do conjunto do governo e se a sociedade catarinense for mobilizada para alcançar esta meta. O Movimento Nós Podemos Santa Catarina se coloca à disposição para enfrentar este imenso desafio.

5 - GESTÃO SISTÊMICA DAS POLÍTICAS SOCIAIS: neste Diagnóstico ficaram evidenciadas as várias interfaces dos indicadores sociais, principalmente aqueles que remetem aos serviços públicos mais básicos como saúde, educação, saneamento básico e que envolvem segmentos sociais mais vulneráveis (crianças, jovens e mulheres, famílias, etnias, etc.). Por outro lado, as desigualdades regionais, a distribuição de responsabilidades administrativas, o conjunto de instituições governamentais e não-governamentais envolvidas implicam fatalmente o comprometimento da governança das políticas sociais e na eficácia de seus resultados. A tradição da cultura administrativa brasileira na gestão pública é profundamente departamentalizada, principalmente no campo das políticas sociais, o que as torna extremamente refratárias a ações horizontais e cooperativas. Por exemplo, propostas de programas sociais como a Segurança Alimentar não podem ser viabilizadas se não forem organizadas de forma cooperativa entre os sujeitos institucionais. A afirmação de uma cultura multisetorial de gestão torna-se um imperativo na gestão das políticas sociais, bem como sua avaliação regular. Um ponto de partida pode ser o PBF - Programa Bolsa Família, que abrange justamente as várias interfaces da atenção básica à famílias.

Recomendações específicas

Além das recomendações mais gerais, fazemos as seguintes específicas:

a) A política governamental deve apostar na geração de empregos em Santa Catarina. O Estado é formado por uma população economicamente ativa muito jovem, cuja absorção no mercado de trabalho requer, a cada ano, milhares de empregos. Por conseguinte, as políticas industrial, tecnológica,

fiscal e agrícola, têm que levar em conta, em todas as suas ações concretas, a necessidade de gerar uma quantidade de emprego que inclua a juventude, e gradativamente, vá diminuindo a taxa de desemprego no mercado de trabalho catarinense;

b) Além da quantidade, a política nesta área deve perseguir a melhoria da qualidade do emprego. Em Santa Catarina, como vimos, os empregos são ainda precários, com salário baixo, grande rotatividade e condições de trabalho ruins. Devemos adotar uma série de medidas nas várias áreas (tributária, educacional, industrial) e comprometer todos os atores sociais (governo, trabalhadores e empresários) no sentido de melhorar significativamente a qualidade do emprego no Estado. Santa Catarina não pode calcar a competitividade de seus produtos na baixa qualidade dos empregos gerados no Estado e na degradação ambiental;

c) É fundamental melhorar a renda dos trabalhadores assalariados, do campo e da cidade, dos autônomos e dos pequenos empresários. Santa Catarina precisa dar a sua contribuição no processo de melhoria do perfil de distribuição de renda no Brasil. Devemos adotar o máximo de medidas visando atingir este objetivo, porque não existe país desenvolvido sem um mercado interno forte. Esta tese ganha mais relevância face às atuais restrições nos grandes mercados compradores, especialmente o estadunidense e europeu;

d) A política do governo estadual na área do trabalho deve perseguir obsessivamente a formalização do emprego. É grande o número de trabalhadores sem carteira assinada no Estado, no campo e na cidade, o que implica salários menores, piores condições de vida, e a perspectiva de grandes dificuldades por ocasião da idade ou do tempo de aposentadoria. A informalidade, além de piorar muito a vida dos trabalhadores e suas famílias, tem sérias implicações no desenvolvimento do Estado e do País, assim como da previdência social, especialmente no longo prazo. A formalização do emprego reverteria diretamente na melhoria de vida das famílias e na conquista das metas dos ODM. Na mesma direção, a política estadual deve trabalhar no sentido de reduzir/eliminar as desigualdades no mercado de trabalho. Não é mais possível admitir que as mulheres e as minorias étnicas recebam salários menores apenas por sua condição de gênero ou étnica no mercado de trabalho;

e) Uma aposta importante pode ser feita no estímulo à formalização das micro e pequenas empresas, que sem dúvida atuam com muitas dificuldades, num sistema tributário, como o brasileiro, que não leva em conta a grande heterogeneidade entre as empresas. Estas iniciativas no Estado se somariam aos esforços realizados no âmbito federal com a chegada do Super Simples e com o Empreendedor Individual (EI). Estes esforços podem melhorar muito a qualidade do emprego em Santa Catarina;

f) No âmbito da Educação há imensos desafios que comprometem o desenvolvimento do Estado. O IDEB é a fotografia mais real da baixa qualidade do ensino em Santa Catarina, apesar de vários outros progressos obtidos e registrados neste estudo. Diante do exposto, colocamos o conjunto das metas deste ODM como uma das prioridades para a sociedade catarinense;

g) Apesar de o Estado ostentar um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) elevado considerando a situação do país, ainda existe uma razoável desigualdade entre as suas regiões, no que se refere a este indicador, que pode ser diminuída. Para isso, além do fomento à geração de trabalho decente, o acesso diferenciado ao crédito para estas regiões é fundamental. O crédito vem crescendo no país, mas é ainda muito caro para a maioria dos trabalhadores e empreendedores. Na luta pela distribuição de oportunidades aos catarinenses, é dever do Estado estimular o cooperativismo autêntico, que já tem forte tradição em Santa Catarina;

h) Um aspecto importante é o fomento de políticas estaduais que

...RECOMENDAÇÕES

CONSIDERAÇÕES...

mantenham a população catarinense no meio rural. Nenhum município catarinense teve um crescimento da população excessivo nos últimos anos, o crescimento demográfico tem sido próximo da média. Mas há uma tendência de maior crescimento da população das cidades do litoral que ofereceram mais oportunidades de emprego, como Balneário Camboriú, Grande Florianópolis e Jaraguá do Sul. Outras cidades, como Concórdia, Lages, Rio do Sul e Tubarão, vêm apresentando crescimento abaixo da média. Este deslocamento de população é natural, até pelas diferenças de oportunidades de estudo e trabalho apresentadas pelas diversas regiões. Mas o Estado deve intervir, adotando políticas diferenciadas para cada região, adequadas às suas necessidades, oferecendo tais oportunidades nas próprias regiões e concorrendo assim para um maior equilíbrio socioeconômico. O fortalecimento de polos tecnológicos regionais em parceria com os Institutos Federais (IF), que hoje já são 20, juntamente com o nosso sistema universitário federal e estadual, pode ser um fator maior de atração das populações nas regiões, especialmente para os jovens de 15 a 20 anos;

i) Igualdade entre Sexos e Valorização das Mulheres: o presente estudo identificou avanços expressivos na relação entre gêneros no ensino fundamental e médio. Entretanto, a participação das mulheres no mercado formal de trabalho é preocupante, contradiz com o crescente aumento da sua escolaridade. Isso é mais preocupante quando olhamos com mais atenção para as mulheres negras. Podemos inferir que suas condições são muito mais adversas. É preocupante também a participação das mulheres nos diversos níveis parlamentar e nas esferas de governo. Em Santa Catarina os avanços da mulher nos espaços políticos estão abaixo dos obtidos no Brasil. Portanto, este assunto merece muito mais atenção dos governos, dos partidos políticos e do conjunto da sociedade. Além dessa questão específica, ao melhorarmos as condições de renda das mulheres, estamos também melhorando os resultados nos ODM específicos de mortalidade materna, infantil, educação e erradicação da pobreza. Como passo importante, recomendamos a adoção e promoção da iniciativa do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM/ONU) que apresenta os Princípios de Empoderamento das Mulheres:

1. Estabelecer liderança corporativa de alto nível para a igualdade de gênero;
2. Tratar todas as mulheres e homens de maneira justa no trabalho – respeitar e apoiar direitos humanos e não discriminação;
3. Assegurar saúde, segurança e bem-estar a todos, trabalhadoras e trabalhadores, mulheres e homens;
4. Promover educação, treinamento e desenvolvimento profissional para as mulheres;
5. Implementar desenvolvimento empresarial e práticas que empoderem as mulheres;
6. Promover igualdade através de iniciativas comunitárias e de defesa;
7. Medir e publicamente relatar o progresso no alcance da igualdade de gênero.

j) Saúde deve ser uma prioridade. A taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos caiu de 22,5 óbitos para 13,6 a cada 1 mil nascidos vivos, o que representa uma redução de quase 40% no indicador. Se tomarmos o número apurado em 2005 como referência (22,5 óbitos), a meta é chegar a, no máximo, 7,5 óbitos em 2015. Ou seja, seria preciso reduzir o indicador atual (13,6 a cada mil nascidos vivos) em 45% em quatro anos. Juntamente com a redução da mortalidade materna e o combate ao HIV/AIDS, será uma tarefa bastante árdua porque, apesar de os indicadores mostrarem uma queda contínua ou estagnação, o ritmo é lento para a conquista das metas em 2015.

l) Sustentabilidade Ambiental é um assunto que ganha mais relevância devido aos fatores climáticos que cada vez mais afetam Santa Catarina: enchentes, secas, furacões, tornados, com sérios prejuízos sociais, econômicos e à saúde da população. Embora a maioria da população esteja bem atendida em termos de acesso a água potável, possibilitando superar a meta fixada pela ONU, em termos de disponibilidade de esgoto tratado o Estado está entre os piores do país. Isto merece um esforço gigantesco da sociedade, em especial do Estado, para investir massivamente nesta área e auxiliar os municípios na elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico. Indiretamente, além da melhoria da qualidade de vida da população, estamos auxiliando no alcance das metas relacionadas à saúde: redução da mortalidade infantil e materna e na redução de outras doenças. Outro fato importante é ampliação da biodiversidade e a valorização dos recursos naturais. Como base no zoneamento econômico ambiental, o nosso Estado deveria redesenhar o seu modelo produtivo, investindo em regiões e produtos com maior valor agregado e sustentáveis. A qualidade social e ambiental dos produtos são atributos cada vez mais exigidos pelos mercados, internacional e doméstico. A implementação do Pagamento de Serviços Ambientais – recursos para manter as florestas e biomas – seria um freio à degradação ambiental e geraria novas fontes de recursos às pessoas que querem preservar o meio ambiente.

m) O déficit habitacional em Santa Catarina está estimado em 145 unidades habitacionais, o que representava apenas 7,6% do total de domicílios do Estado, o menor percentualmente em todo país. Em termos quantitativos, o déficit urbano é significativamente maior que o rural, representando 86,2% da demanda total. A concentração do déficit habitacional por faixa de renda, assim como nos demais Estados do país, se dá na faixa de mais baixa renda. Os principais componentes do déficit habitacional urbano, no Estado, são a coabitação familiar e o gasto excessivo com aluguel, enquanto na área rural, pouco mais da metade da composição do déficit é representada pela habitação precária. O Programa Minha Casa Minha Vida, em sua segunda etapa, irá aportar R\$ 5 bilhões em Santa Catarina, suficientes para financiar 75 mil novas moradias, para famílias com renda mensal de até três salários mínimos.

Se a meta de construção de novas moradias da segunda etapa do Programa Minha Casa Minha Vida for atingida, resolverá 50% do déficit habitacional de Santa Catarina. Neste sentido, consideramos importante, além do critério da renda, que as novas moradias contemplem de maneira equilibrada as regiões onde as metas dos Objetivos do Milênio estão com maior dificuldade de serem alcançadas. Os planos habitacionais no Estado deve ser uma prioridade associada à melhoria do planejamento e desenvolvimento urbano, visando mais qualidade de vida. O enfrentamento do déficit habitacional, fundamental do ponto de vista social, poderá ser um grande gerador de emprego e renda.

n) Nossas cidades e a população cada vez mais sofrem com o modelo urbano: moradias de baixa qualidade e o transporte urbano estão sufocando as cidades e a mobilidade das pessoas. Os sucessivos eventos climáticos que afetam Santa Catarina são também exemplos evidentes da ausência de planejamento urbano. Para superar o déficit habitacional e promover a sustentabilidade, o Estado, em parceria com a sociedade, deveria viabilizar um espaço de coordenação que se preocupe com as questões do desenvolvimento e mobilidade urbana. Embora a questão do lixo urbano e rural não faça parte diretamente dos Objetivos do Milênio, hoje, mais do que nunca, deve ser entendida como parte da solução das questões ligadas à saúde e sustentabilidade ambiental. Esta questão virou lei nacional e, portanto, o Estado e a sociedade devem desenvolver ações específicas voltadas a termos mais qualidade de vida para a população, por meio de investimentos em políticas de tratamento dos resíduos sólidos. No Brasil há cerca de um milhão de catadores sendo que a maioria destes trabalha na informalidade. Políticas específicas de apoio a projetos e iniciativas de associações e cooperativas dos catadores, além de promover a cidadania, contribuem para a geração de emprego e a erradicação da miséria em Santa Catarina. Desenvolver e aplicar um plano de tratamento dos resíduos sólidos nos órgãos públicos estaduais seria um excelente começo.

NÓS PODEMOS/SC

**Entidades que participam do
Movimento Nós Podemos
Santa Catarina MNPSC
-outubro de 2011**

- 1- Ação da Cidadania
- 2- Associação Comercial e Industrial de Itajaí - ACII
- 3- Associação Ambientalista Comunitária Espiritualista Patriarca São José
- 4- Associação Comercial e Industrial de Florianópolis - ACIF
- 5- Associ. de Joinville e Região da Pequena, Média Empresa - AJORPEME
- 6- Associação de Jornais do Interior de SC - ADJORI
- 7- Associação de Pais e Professores EBM João Gonçalves Pinheiro
- 8- Associação Horizontes
- 9- Associação Teatral Eternos Aprendizes
- 10- BAESA Energética Barra Gande S/A
- 11- Banco do Brasil
- 12- Caixa Econômica Federal
- 13- Casa da Mulher Catarina
- 14- CELESC
- 15- Central Única dos Trabalhadores - CUT
- 16- Centro de Integração Empresa - Escola - CIEE/SC
- 17- Comitê para Democratização da Informática de Santa Catarina - CDI
- 18- Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina - CESUSC
- 19- Consulado da Mulher
- 20- ELETROSUL
- 21 - Enercan Campos Novos Energia S.A
- 22- Faculdade Estácio de Sá
- 23- Federação do Comércio de Santa Catarina - FECOMÉRCIO SC
- 24- Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina - FACISC
- 25- FUCAS
- 26- Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho - FMSS
- 27- Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB
- 28- Instituto Comunitário de Florianópolis - ICOM
- 29- Instituto Consciência e Cidadania - ICC21
- 30- Instituto Crescer - Movimento Cidadania e Juventude
- 31- Instituto de Geração de Tecnologias do Conhecimento - IGETECON
- 32- Instituto Primeiro Plano
- 33- Instituto Voluntários em Ação - IVA
- 34- Moradia e Cidadania Santa Catarina
- 35- NEXXERA
- 36- ONG Travessia
- 37- Plêiade Consultoria e Desenvolvimento LTDA ME
- 38- Prefeitura Municipal de Brusque
- 39- Prefeitura Municipal de Itajaí
- 40- Prefeitura Municipal de Joinville
- 41- Prefeitura Municipal de São José
- 42- Prosperitate Consultoria em Sustentabilidade
- 43- Sec. de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação/Governo SC
- 44- Sec. de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável/Governo SC
- 45- Serviço Social do Comércio SESC-SC
- 46- Serviço Social da Indústria SESI/SC
- 47- Sociedade Educacional de Santa Catarina - SOCIESC
- 48- Transmissão da Cidadania e do Saber
- 49- UNIMED Blumenau
- 50- UNIMED Brusque
- 51- UNIMED Canoinhas
- 52- UNIMED Chapecó
- 53- UNIMED Grande Florianópolis
- 54- UNIMED Litoral
- 55- UNIMED SC
- 56- Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI
- 57- Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE

EXPEDIENTE

Este caderno é uma publicação da Coordenação Estadual do Movimento Nós Podemos Santa Catarina - MNPSC
Secretaria Estadual - Rua; João Pinto, 30 – Ed. João de Gusmão – sala 803
Centro – Florianópolis/SC CEP 88010-420 Fone (48) 3025-1079/3025-3949
email: sec.mnpsc@gmail.com

Coordenação geral: Odilon Luís Faccio – Instituto Primeiro Plano
Secretária: Franciele Minatelli
Elaboração e responsabilidade técnica: Prof. Dr. Erni Seibel – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Prof. Dr. Ronaldo Baltar – Universidade Estadual de Londrina – UEL, José Álvaro de Lima Cardoso – Supervisor Técnico do DIEESE em Santa Catarina
Pesquisador: Fábio Cadore Hartmann (UFSC)

Projeto Gráfico e diagramação: Maria José H. Coelho (Mte/PR 930 - JP)
Finalização: Cristiane Cardoso (Mte/SC 634 - JP)
Capa: Bruna Ferencz
Fotos: Benjamin Earwicker, Miranda Laskowska, P. S. Mello, Sérgio Vignes, Odilon Faccio.
Edição/Revisão: Dauro Veras
Apoio: Claudia Dreher, Laurêncio Korbes e Diva Paz.

A Coordenação Executiva do movimento é composta, atualmente, pela CAIXA Econômica Federal, Celesc, Eletrosul, Faculdade Estácio de Sá, Fecomércio-SC, FUCAS, Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho (FMSS), FURB, Instituto Primeiro Plano, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável/SC, Univali, Univille, Unimed Santa Catarina.

Realização: Instituto Primeiro Plano

Apoio:
Secretaria Geral da Presidência da República do Governo do Brasil
Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade
Federação das Indústrias do Estado do Paraná – FIEPR
Serviço Social da Indústria do Paraná – Sesi/PR
Orbis – Observatório de Indicadores de Sustentabilidade
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD

Patrocínio: Eletrosul/Eletrobrás. A impressão deste estudo foi viabilizada pelo Governo de Santa Catarina, pelas empresas Baesa Energética Barra Grande S/A e Enercan Campos Novos Energia.

Florianópolis (SC), novembro de 2011.





REALIZAÇÃO



PATROCÍNIO



APOIO

